

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Carla Patrícia Paiva

“Redes Sociais e ação coletiva: o caso da “Nós Voluntários”

São Leopoldo
2007

CARLA PATRÍCIA PAIVA

“Redes Sociais e ação coletiva: o caso da “Nós Voluntários”

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de **mestre** em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. José Luiz Bica de Melo

São Leopoldo
2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

P149r Paiva, Carla Patrícia
Redes sociais e ação coletiva: o caso da “Nós Voluntários” /
por Carla Patrícia Paiva.-- 2007.
140 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e
Aplicadas, 2007.

“Orientação: Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo, Ciências
Humanas”.

1. Rede social. 2. Movimento social. 3. Organização não-
governamental. I. Título.

Catlogação na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil- CRB 10/1184

CARLA PATRÍCIA PAIVA

“Redes Sociais e ação coletiva: o caso da “Nós Voluntários”

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de **mestre** em Ciências Sociais

Aprovado em 27/03/2007

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo (Orientador) - UNISINOS

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky - UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Alves Müller - PUCRS

Dedico este estudo:
A minha mãe Teresinha e a memória de meu
pai Dilceu, eles me ensinaram que apesar
das dificuldades a vida é bela.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos...

...ao Todo Poderoso;
à minha família, que mesmo distante torce pelo meu sucesso;
ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
a CAPES, sem este incentivo eu não estaria aqui;
ao grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, pela sabedoria e pelo apoio;
aos colegas do mestrado, agradeço as conversas, as caronas e a
amizade;
a Maristela, portadora da melhor notícia que eu recebi em 2006 e
pelo carinho e atenção;
ao Professor Bica, que me recebeu no meio da caminhada;
aos amigos que torcem pelo meu sucesso;
a Estrela Maria, minha fiel felina companheira de caminhada;
aos nós da “Rede Nós Voluntários”, vocês são e fazem coisas
admiráveis.

O sucesso nasce do querer – sempre que o homem aplicar a determinação e a persistência para um objetivo, ele vencerá os obstáculos, e se não atingir a alvo, pelo menos fará coisas admiráveis.

(José de Alencar)

LISTA DE ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ACADEF – Associação Canoense de Deficientes Físicos
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
IMETRO – Instituto de Metrologia
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PV – Parceiros Voluntários
OP – Orçamento Participativo
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini
SUS – Sistema Único de Saúde
TMR – Teoria de Mobilização de Recursos
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO SOCIAL	15
1.1 Questão social e políticas públicas	15
1.2 As ONGs – Organizações Não-Governamentais no Brasil	33
1.3 – A complexidade das ações coletivas: os movimentos sociais.....	46
CAPÍTULO II	
2 REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	56
2.1 Ações coletivas e movimentos sociais	56
2.2 – Redes sociais	67
2.3 – O significado atual das redes sociais.....	81
CAPÍTULO III	
3 REDE “NÓS VOLUNTÁRIOS”	84
3.1 - Localização	84
3.2 Conhecendo a rede “Nós Voluntários”	91
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS	122

Resumo

O presente estudo trata do tema redes sociais, resgatando a trajetória dos movimentos sociais, a questão social brasileira e a importância da busca de novas alternativas de organização da sociedade civil. Trabalha também conceitos sobre organizações não-governamentais e terceiro setor baseado nos conceitos de Draibe, Dagnino, Doimo, Fernandes, entre e outros, utilizando os conceitos de rede social desenvolvidos por Fontes, Martins e Scherer-Warren. Realiza pesquisa empírica na rede “Nós Voluntários”, localizada no município de Canoas, RS, composta por 23 ONGs. Atualmente o conceito de rede é interpretado de várias formas pelos diversos campos de estudo, como a geografia, a administração e a sociologia. Uma rede existe quando instâncias estão articuladas de forma a disponibilizar seus serviços, tem estrutura flexível e leve, não hierarquizada e conta com a participação colaborativa.

Palavras-chave: redes sociais – movimentos sociais – organizações não-governamentais

Abstract

The present study aims at approaching the theme of social networks, analyzing the history of social movements, the Brazilian social issue and the importance of pursuing new organizational alternatives for civil society. The research deals with concepts referring to non-governmental organizations and the third sector, based on authors such as Draibe, Dagnino, Doimo and Fernandes, among others. This study also deals with the concepts on social networks developed by Fontes, Martins and Scherer-Warren. In order to develop the present work, an empirical research took place in the network called “Nós Voluntários”*, located in Canoas, Rio Grande do Sul, from interviews with representatives from 05 units out of 23, besides three NGOs that are part of the “Nós Voluntários” network. Nowadays, the concept of network is interpreted in a number of ways by several study fields, such as Geography, Administration and Sociology. A network exists when the instances are articulated in a way that makes available its services, when it has non hierarchical-flexible and light structure, and when it is able to count on collaborative participation.

Key words: social networks – social movements – non-governmental organizatio

* “We Volunteers”

INTRODUÇÃO

Este estudo, intitulado “Redes Sociais e ação coletiva: o caso da “Nós Voluntários” consiste em contribuir na reflexão sobre o tema “redes sociais” na atualidade, considerando a realização de um movimento teórico, para busca de subsídios e construção de um debate que contribua para a discussão das questões sociais.

A idéia de estudar redes sociais surgiu na época em que fiz o curso de residência integrada em saúde coletiva, onde tive a oportunidade de conviver num bairro carente de Porto Alegre e perceber a importância do trabalho em rede. Nesta experiência observei o quanto a questão está implícita no trabalho do assistente social, minha profissão, na qual atuo há 12 anos. Em todos os locais que exerci a profissão sempre precisei contar com o apoio da equipe, de outros serviços e principalmente da família, da rede de vizinhança e de amigos dos usuários atendidos.

A residência proporcionou-me uma reflexão do tema quando o grupo da Unidade Básica, onde desenvolvi minhas atividades práticas do curso organizou um encontro denominado “Rede do Morro da Cruz”, que tinha o objetivo de mostrar para a própria comunidade o que eles tinham dentro do bairro. Foram realizados dois encontros locais que renderam a aproximação das pessoas, dos grupos e das instituições do local.

Após a conclusão da residência iniciei minhas atividades profissionais no município de Canoas e conheci o trabalho em rede que estava sendo desenvolvido e que já tinha uma caminhada marcada por experiências positivas.

Falar de rede social é falar de uma forma de se organizar, de atuar, de formar parcerias e alianças. É discutir um movimento, uma nova maneira de responder às necessidades de transformação da vida social. Teoricamente, uma rede social existe quando as instâncias sociais estão articuladas e se disponibilizam para que o ser humano possa usufruir seus serviços.

Cidadãos, políticos e pesquisadores têm buscado respostas para os novos processos sociais que emergem com a globalização, palavra que está na ordem do dia, está na moda, “se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros (BAUMAN, 1999, p. 7)”.

Pretende-se discutir o tema, pensando o momento atual considerando o efeito do impacto da globalização na organização e reorganização mundial, além de considerar os valores e objetivos nos espaços ocupados pelas redes. A globalização, por tratar-se de um processo que pretende colocar o mundo em contato, impõe novos ritmos ao transporte das idéias, formando um espaço dinâmico, onde objetos e relações humanas são mundializados, formando uma totalidade complexa.

Esses novos processos são discutidos pelos mais variados grupos sociais e apontam, predominantemente duas respostas, a primeira é a denominada de neoliberalismo e “trata-se de um conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-ideológicas para a reorganização do capitalismo em escala mundial para se adequar aos desafios da globalização da economia (SCHERER-WARREN, 1999, p. 11)”. Esta proposta é defendida pelos representantes do interesse do mercado, que buscam a reorganização do capitalismo em escala mundial e a adequação aos desafios da globalização econômica.

A segunda resposta é organizada via um conjunto de sujeitos sociais que buscam, de forma coletiva, alternativas de atuação e soluções aos problemas gerados pelo processo de globalização. Dentro desta proposta existem os movimentos sociais, as associações civis, as Organizações Não-Governamentais, as redes sociais, entre outros. Este movimento é composto por sujeitos coletivos que,

[...]são aqueles que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e das reconfigurações das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir para a produção de uma sociedade mais justa e feliz (SCHERER-WARREN, 1999, P. 11).

A busca de uma alternativa por parte da coletividade desenvolve-se em relação a uma multiplicidade de problemas, sendo que algumas representações referem-se a problemas sociais como: a idéia de combate à exclusão social que busca um modelo civilizatório e emancipador. A cidadania e a democratização que tem como objetivo o fortalecimento dos poderes locais, via desenvolvimento de redes de vigília cidadã e defende a idéia da construção de uma cidadania planetária. E da cultura e autonomia que trata de respeitar as diversidades culturais e desenvolver uma ética de respeito à vida, à natureza e à alteridade.

O estudo está organizado em três capítulos, onde o primeiro intitulado **“Estado, Sociedade Civil e Questão Social”**, retrata o desenvolvimento da questão social brasileira, discutindo o tema de forma que se possa perceber o processo pelo qual o país passou para garantir direitos e as várias tentativas de se firmar sob os pilares da cidadania e da participação.

O capítulo também faz referência as Organizações Não-Governamentais – ONGs, que exercem grande influência no processo de democratização do país. Alguns autores sugerem que as ONGs existem desde os mais remotos tempos, pois julgam que a questão social sempre existiu, e sempre houve tentativas de solução por parte da sociedade civil, ou seja, de organizações e instituições que não são ligadas aos governos. Isto fica constatado na discussão sobre a questão da filantropia e da caridade, amplamente discutida por autores como Gohn (2000), Fernandes (1996), entre outros. No Brasil, as ONGs ganham mais visibilidade a partir da década de 80, contando com a participação da Igreja, de movimentos comunitários e sindicais.

Além das ONGs, os movimentos sociais também podem ser apontados como propulsores da luta pela democracia e garantia de direitos. O item diferencia as fases dos movimentos sociais, onde no início eram considerados movimentos as lutas dos operários, chegando na atualidade com a discussão sobre os novos movimentos sociais, discussão realizada por autores como Touraine (1994) e Gohn (1997, 2000 e 2005).

O segundo capítulo, intitulado “**Redes e Movimentos Sociais**”, faz uma retomada da questão social brasileira, onde reforça a importância da participação popular dentro do cenário de mudanças, que acontecem a partir da década de 80. Procura relatar a importância dos movimentos para o surgimento das redes, para a organização e fortalecimento das redes sociais existentes. Com o advento da globalização, da modernização e da informatização, as idéias circulam e proporcionam que os mais diversos assuntos sejam discutidos por várias pessoas em vários lugares do mundo.

Este capítulo destaca a discussão que vem sendo realizada por parte das ciências sobre o tema, que mesmo sendo interpretado de várias formas, pelos diversos campos de estudo, como a geografia, a informática, a sociologia, apresentam “desenhos” parecidos e tem o mesmo objetivo que é o de interligar pontos e proporcionar que as informações circulem. Neste capítulo, a base teórica está em Scherer-Warren (1993, 1999 e 2005), Gohn (1997, 2000 e 2005) e Fontes & Martins (2003).

O terceiro capítulo, intitulado “**Rede Nós Voluntários**”, apresenta o estudo de caso que é o da Rede “Nós Voluntários”, que existe desde 2004, no município de Canoas, RS. Rede essa que tem como objetivo a integração das ONGs, com forma de troca de experiências, conhecimentos e recursos, incentivando a busca de soluções conjuntas para a resolução de seus problemas.

Metodologia

A metodologia utilizada é o estudo de caso, que é um dos vários modos de realizar uma pesquisa consistente, segundo Yin (2005), examina acontecimentos contemporâneos, ou seja, é o estudo de eventos dentro de contextos da vida real. Este tipo de estudo permite uma investigação que preserva características significativas e fornece subsídios para a pesquisa.

O primeiro momento da pesquisa foi dedicado à revisão da literatura, pois o estudo de caso necessita do aporte teórico que se torna o veículo principal para a generalização dos resultados. O segundo momento foi dedicado as entrevistas, com

representantes de uma amostra de entrevistados que formam a “Nós Voluntários” em número de cinco, com o objetivo de coletar informações através da fala dos atores sociais. O critério para escolha das cinco instituições é o de buscar informações de pessoas que participam da rede, que oferecem serviços diferenciados e que estão em momentos diferentes de organização institucional. A intenção é de coletar dados referentes ao indivíduo entrevistado, de buscar informações sobre a realidade subjetiva, que só podem ser obtidos através da contribuição dos atores envolvidos. Por fim, após a revisão teórica concluída e de posse das entrevistas, realizei a análise das informações apresentando os resultados que estão presentes na última parte do estudo.

A intenção da pesquisa é realizar discussão sobre o tema e verificar o quanto à rede “Nós Voluntários” desenvolve critérios de práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político, inclusivo do ponto de vista social e polifônico do ponto de vista cultural.

O conceito de rede vem ganhando aceitação e se disseminando nas mais diversas áreas do saber, comporta em si mesmo uma variedade de sentidos que se movem por eixos diferenciados de busca de definição e compreensão analítica. A relevância do tema nas ciências sociais está na ampliação da discussão do mesmo, pois, estudos das mais variadas disciplinas têm procurado entender a questão das redes sociais. A intenção da proposta desta dissertação é contribuir para a identificação do significado de rede social e apontar suas aplicações para as áreas de ciências sociais para a atuação profissional na esfera das políticas públicas.

CAPITULO I

1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO SOCIAL

1.1 Questão social e políticas públicas

Discutir a categoria “questão social”, vinculada à participação da sociedade civil, nos remete a trajetória das mudanças na sociedade contemporânea. Não se pretende realizar um resgate histórico do tema, mas sim, trazer subsídios que orientem para sua discussão no Brasil. A realidade está em constante mudança e por esse motivo deve-se valorizar as múltiplas determinações e relações de uma totalidade que é viva, dinâmica e, às vezes, contraditória.

Autores como Heller e Féhér (1998), concordam que a “questão social” sempre existiu e sempre existirá já que problemas sociais são permanentemente colocados na lista de preocupações da sociedade contemporânea, pois problemas como a pobreza, a fome, indigência, desigualdades de gênero e etnia, estão presentes na sociedade há muitos anos.

A questão social na modernidade vista pelo viés da política, tanto por partidos da direita quanto da esquerda, perde o sentido, conforme Heller e Feher (1998),

[...] simplesmente não é idêntico ao fato bruto, e portanto eterno da pobreza. Nem equivale a tentativas políticas de privar os ricos de sua riqueza, nem a motivação econômica de atos políticos. Ao contrário, condições bastante específicas de modernidade tem de ser satisfeitas para que a “questão social” seja colocada na agenda política (p. 155).

Com o rápido crescimento populacional iniciado no século XVIII, que tem como causas o progresso da medicina, que aumenta o número de anos vividos pelas pessoas através de suas fórmulas e remédios e com a dissolução da sociedade corporativa, inicia-se o pauperismo, ou seja, a pobreza pré-industrial das massas.

A supressão do trabalho artesanal e o aumento e incentivo do trabalho assalariado gera uma parcela de pessoas que ficam excluídas, incluindo nessa

operários que recebem salários baixos e longas jornadas de trabalho, o trabalho feminino e infantil e a falta de proteção. Outro ponto que deve ser destacado é a urbanização descontrolada que vem acompanhada da miséria, falta de moradia e famílias arruinadas. O pauperismo não pode ser restringido somente ao operariado, pois atingiu os simples empregados, os pequenos artesãos e outras profissões dedicadas à prestação de serviços.

Essa questão toma proporções, no momento em que não é mais a comunidade local ou a Igreja que solucionam os problemas de homens e mulheres modernos, quando a caridade é substituída pela legislação social que tem como meta e tarefa a redistribuição. Os problemas sociais saem da esfera moral e são transformados em matérias de justiça social (Heller e Féhér, 1998).

A “questão social” se agrava na sociedade contemporânea, em decorrência do progresso tecnológico e da globalização, trazendo como consequência o desemprego, a fome, o aumento das desigualdades e a desproteção social. Essas consequências são produtos de uma opção política e econômica assumida pela maioria dos governos a partir da década de 80, o neoliberalismo.

Na América latina, e mais especificamente no Brasil, a década de 80 vem como uma superação do período de ditadura, onde os movimentos sociais ou qualquer outro tipo de movimento, que não aquele aprovado e construído pelo poder eram aceitos. No início da década o otimismo toma conta da população, os movimentos sociais, muitos deles ligados a Igreja, a partidos políticos de esquerda e sindicatos, introduzem mudanças sociais significativas no contexto político e junto surgem novos sujeitos e atores sociais no cenário em constante mudança, cujo objetivo é a garantia de direitos à população.

A questão social brasileira é histórica, desde a abolição da escravidão até os dias atuais é um tema que permeia os movimentos da sociedade nacional. Na época da escravidão, o escravo era propriedade do outro, não tinha autonomia nem podia fazer escolhas, simplesmente devia obediência ao seu senhor e dono. A Abolição traz o trabalho livre e a busca da melhoria de qualidade. Desde então, com o fim da escravatura passando pela Monarquia, pelo período da ditadura e enfim pela

democracia, a questão social é tratada como um elemento “essencial das formas e movimentos da sociedade nacional (Ianni, 2004)”.

Até meados da década de 20 a questão social era vista como um problema de polícia, as pessoas que estavam fora do “normal”, ou seja, que não tinham um emprego, uma casa, um endereço fixo, eram consideradas fora da lei, marginalizadas pela sociedade. As pessoas que reivindicavam direitos eram presas, existia uma forte repressão contra as manifestações sociais de setores populares, tanto do campo quanto da cidade.

Conforme Ianni

*Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda se começa a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o **status quo** seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 1920 e 1930 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político (IANNI, 2004, p. 104).*

A década de 50 é marcada pelo período desenvolvimentista, que foi a corrente econômica nos governos de Getulio Vargas até João Goulart, com especial ênfase na gestão de Juscelino Kubitschek. A questão social é deixada de lado, a preocupação está centrada no desenvolvimento da infra-estrutura, o que ocasionou elevadas taxas de crescimento econômico. Mas esta época também é marcada pelo desequilíbrio das contas por parte do Governo, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

Entre 1969 e 1973, sob o Regime Militar iniciado em 1964, o Brasil viveu o chamado Milagre Econômico, quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos não qualificados e ampliou a concentração de renda. A industrialização ficou concentrada no eixo Rio-São Paulo, ocasionando a imigração em massa das regiões mais pobres do país, principalmente do Sertão Nordestino. Nesta época, reaparecem no cenário político forças sociais que recuperaram o espaço vedado a partir de 64, pela ditadura militar. Essas forças sociais se traduzem nos movimentos

sociais urbanos e rurais, do sindicalismo operário aliado aos intelectuais, profissionais e uma parcela da Igreja que se posiciona a favor dos oprimidos.

Conforme Sposati (1987, p. 21), “o social torna-se campo de reivindicação coletiva onde os segmentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das propostas sociais”. O Estado passa a responder as pressões populares, mas os benefícios contidos em seus serviços são materializados como privilégios e não como direitos.

O desenvolvimento do capitalismo provoca a industrialização a metropolização e o fortalecimento estatal, crescem as diversidades sociais, conforme a época e o lugar, a questão está mesclada por aspectos regionais, culturais, econômicos e políticos. O subemprego e o desemprego tornam-se a realidade cotidiana de uma grande parcela da população. A economia diversificada, via incentivos governamentais, gera o crescimento da urbanização e da industrialização. A impressão que se tem é que o país se divide, conforme Ianni,

Seriam duas sociedades superpostas, mescladas, mas diversas: “A característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo”. A um lado “encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental, e acusa um extraordinário dinamismo”. No outro “encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas (IANNI, 2004, P. 106).

Ainda nesta linha de pensamento Hélio Jaguaribe (1988), constata que a sociedade brasileira está organizada pelo dualismo, onde de um lado existe uma moderna sociedade industrial, e de outro lado uma sociedade primitiva, que vive em condições de miserabilidade e marginalidade urbana.

A industrialização gera uma grande parcela de desempregados e mantêm um grande exército de reserva, que reduz os custos da mão-de-obra e facilita a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos e movimentos sociais. Pode-se dizer que “os progressos da economia tem raízes na pauperização relativa – e às vezes absoluta – de trabalhadores da cidade e do campo”.

Sob essas condições manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso a terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e na fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania.

Durante período desenvolvimentista houve uma rápida extensão do assalariamento e elevados graus de concentração de renda. Nesse modelo de crescimento são ressaltados os baixos salários para a grande maioria dos trabalhadores, ao mesmo tempo, que a massa da população permanece subempregada, integrando um imenso contingente de pobres miseráveis cuja diminuição se processa lentamente até os anos 80.

Com certeza, houve progresso social, sob tal padrão, mas este assumiu, no Brasil, a forma de acelerada mobilidade social com miséria absoluta de ampla parcela da população, de mobilidade com desigualdade extrema (DRAIBE, 1998, p. 9).

A idéia era de que os excluídos do mercado formal de trabalho seriam reincorporados, a carteira de trabalho e suas garantias eram vistas como um passaporte ao acesso do sistema de proteção social brasileiro. Aos extremamente pobres e que não estavam inseridos no mercado formal de trabalho restava a filantropia ou os serviços residuais oferecidos pelo Estado, que cobriam os direitos mínimos de sobrevivência, mas que não davam mais conta de suprir ao grande número de necessitados.

Cabe destacar que:

[...] não só a pobreza não se configurava como um fenômeno estrutural de nossa sociedade, como o papel estabelecido para as políticas sociais era o de criar condições para o desenvolvimento da economia. Daí a prioridade para a educação e saúde, por exemplo, da perspectiva de se criar um contingente de futuros trabalhadores qualificados para desempenhar funções do novo padrão tecnológico que vai se conformando em nossa economia, em particular do parque industrial brasileiro (COHN, 2004, p. 2).

Mas o sistema de proteção social do período desenvolvimentista não apresentou melhoras ou mudanças e não constituiu um canal apropriado para que o desenvolvimento social do país acompanhasse o desenvolvimento econômico. Draibe (1998) destaca algumas características da época: aumento do contingente de excluídos, em especial os trabalhadores rurais e os trabalhadores mais pobres, pouca contribuição dos programas sociais com vistas à melhoria das desigualdades sociais, reforço de alguns privilégios por parte dos programas e a dinâmica de crescimento era pautada pela dissociação entre os processos de expansão da qualidade de serviços oferecidos.

Conh (2004) assinala dois períodos distintos na trajetória de articulação entre economia e política, que são denominadas como “díades contraditórias”. O primeiro período, que vai dos anos 60 aos 80, combina uma acentuada expansão econômica no regime político autoritário, é quando acontece a ampliação das desigualdades sociais e econômicas aliada a melhoria dos indicadores sociais e prevalece o discurso da impossibilidade de se promover uma distribuição mais justa de renda. O segundo período, que abrange dos anos 80 até 2000, combina uma baixa expansão econômica a significativos avanços vindos pelo regime político democrático, e é marcado pelo avanço acelerado da nova exclusão social em decorrência da ausência de um crescimento econômico sustentado ao mesmo tempo em que se retoma o regime democrático e se fortalece a organização dos distintos setores da sociedade.

A pobreza, nas décadas de 60 a 80, é concebida como sinônimo de “carência” de determinados segmentos sociais no que diz respeito ao acesso a patamares de renda condizentes com a satisfação de determinadas necessidades sociais, bem como o acesso a determinados serviços sociais básicos, podendo ser destacada a educação e a saúde. Já nas décadas de 80 e 90, a pobreza ganha espaço na agenda pública enquanto um problema de exclusão social.

Na década de 80 surge o conceito de “nova pobreza”, que é associado ao de exclusão social e ao de vulnerabilidade social. Conforme Conh,

Este conceito é entendido como um fenômeno de marginalização social de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico, no geral pobres com baixa escolaridade, negros e mulheres. O conceito de nova exclusão social no geral é destinado ao processo de marginalização social que vem atingindo os segmentos sociais até então "incluídos socialmente" e relativamente protegidas de cair na situação de pobreza. O fenômeno da exclusão social passa então a ser entendido como um fenômeno mais abrangente, envolvendo as esferas econômica, política, cultural e social da rede de sociabilidade dos indivíduos, e com essa ampliação remetendo ao conceito de vulnerabilidade social, ou de grupos socialmente vulneráveis, ou ainda, de grupos em situação de risco (CONH, 2004, p. 05).

A década de 80 também foi marcada por mudanças político-institucionais sucessivas, que vão do centralismo autoritário à democratização política e administrativa do Estado. Essas mudanças levaram a modificações importantes na gestão e administração da ação pública. São introduzidas as negociações descentralizadas entre os poderes públicos (municipais, estados, e governo federal), e entre agentes de direito privado (empresas e ONGs). Recuperam-se as bases do Estado federativo, via a retomada das eleições diretas para todos os níveis de governo. "A autoridade política de governadores e prefeitos não deriva mais do governo federal, mas, ao contrário, do voto popular direto (Arretche, 2000)".

Até então o setor público era caracterizado pela centralização das decisões e dos comandos financeiros pela esfera federal, cabendo aos Estados e municípios apenas o papel de executores das políticas formuladas pelo poder central. Segundo Arretche (2000),

[...] todos os governadores e prefeitos detinham escassa autonomia fiscal: a centralização financeira instituída pela reforma fiscal de meados dos anos 60 concentrou os principais tributos nas mãos do governo federal e, ainda que tenham ampliado o volume da receita disponível dos municípios uma vez realizadas as transferências, estas estavam sujeitas a estritos controles do governo federal (P. 45).

Foi uma época marcada pela fragmentação institucional, que se deu de forma desordenada, pelo bloqueio da participação social e política de amplos setores da população nos processos decisórios, com a supressão das formas mais eficazes de controle, por parte dos cidadãos, sobre os destinos da proteção social no país, bem

como pelo padrão de financiamento das políticas sociais, e a criação de barreiras na questão da transferência de renda.

As políticas formuladas pelo Estado, quando incorporavam interesses da sociedade civil e do mercado, geralmente eram marcadas pela exclusão e acabavam sendo seletivas, beneficiando setores restritos, atingindo alguns trabalhadores e interesses do capital nacional e internacional. Os grupos não-governamentais que tinham participação nas discussões, eram restritos aos sindicatos e alguns poucos grupos organizados.

Com a Nova República, inaugurada em 1985, a questão social passa a ser motivo de preocupação, mesmo com as novas idéias vigentes, alguns casos ainda eram tratados como problema de polícia. A situação é grave e as perspectivas de mudanças estão distantes, conforme Ianni (1988), enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece. De um lado existe uma sociedade industrializada e dinâmica, de outro uma parte da sociedade vivendo em níveis de miserabilidade e de marginalidade urbana. A sociedade apresenta-se como uma fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social.

Na América Latina, os anos 80 podem ser considerados como a “era da participação”. Os intelectuais, sob a influência de Gramsci, encontram espaço para a construção de novas formas de participação. Além de Gramsci, outro autor importante, Paulo Freire, discute a Pedagogia Popular, utilizada como “uma forma de agregar novos valores ético-políticos como a democracia de base e a autonomia, dentro da metáfora do povo como sujeito da sua própria história (Doimo, 1995, p. 130)”.

Ocorrem mudanças no sentido de trazer a participação do “povo”, que segundo Doimo,

[...] deixa de ser a massa amorfa, tornando-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de

representação política , emerge o sujeito realizador da democracia de base direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (DOIMO, 1995, p.124).

A idéia é de que o povo unido conseguiria mudar as condições sociais do país, não havia mais espaço para qualquer tipo de diretividade, seja por parte dos sindicatos ou de lideranças populares, o Estado deveria ser negado, as hierarquias quebradas e tudo deveria vir “de baixo para cima”. “De um modo ou de outro, em toda parte, “o povo” parecia, mesmo, “caminhar com suas próprias pernas”, para “decidir seu próprio destino” e “mudar o rumo da história” (Doimo, 1995, p. 125)”.

Essa articulação não necessitava de um comando centralizador, mas sim da “troca de experiências” e da participação de todos que apresentam disposição de luta. Tem também a função de diluir as tensões acumuladas entre disputas internas e organiza de forma parecida o discurso pela reafirmação de códigos ético-políticos reconhecidos pelos que se sentem parte de um mesmo movimento: denominado Movimento Popular. Neste espaço não era permitido que os participantes utilizassem de manobras ou atitudes pessoais ou contrárias ao bem comum do povo.

Recusar a institucionalidade política em nome do “popular” significa neste caso, afirmar a capacidade concreta de se contrapor à tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar. Significa estabelecer um amplo diálogo crítico com um passado que, no limite, subsumiu a sociedade civil no interior do sistema político do Estado (Doimo, 1995, p. 126).

O formato encontrado para se resgatar a força do povo na organização de uma sociedade civil autônoma e capaz de caminhar com as próprias pernas foi a “assembléia”. É neste espaço que as pessoas discutem o melhor encaminhamento da luta, refletem em conjunto e se fortalecem. Esse formato permite que os participantes discutam e lutem por uma vida decente, com justiça, segurança e liberdade e se percebam cidadãs portadoras de direitos que devem ser respeitados. A partir de então, com o uso da linguagem de direitos, começa a aparecer a

linguagem da cidadania, que ganha força no final da década de 80 e será dominante nos anos 90.

Conforme Gohn os anos 80 tem como ponto de pauta, na agenda política, a temática da participação social, que denotam dois fenômenos, a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado e a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais, culminando na conquista de espaços institucionais como interlocutores, tendo como referência a garantia de direitos instituídos em Lei, como na Constituição de 1988 que pode ser considerada o marco formal do processo de mudança, que contribui para a democracia política, valorizando a participação dos mais variados segmentos da população. Consagra os princípios gerais que vão presidir a reforma do sistema de proteção social. Conforme Cunha,

O processo de redemocratização da sociedade brasileira levou à instalação da Assembléia Nacional Constituinte e à possibilidade de se estabelecer uma outra ordem social, em novas bases, o que fez com que esses movimentos se articulassem para tentar inscrever na Carta Constitucional direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do Estado, através de políticas públicas (CUNHA, 2003, p. 13).

Entre 1988 e o final da década desencadeou-se a produção legislativa complementar às disposições constitucionais. O processo avança pelos anos seguintes, construindo novas agendas e concepções de política social.

Segundo Draibe (1998) a Constituição é um avanço na matéria de política social e de inovações de caráter redistributivista das políticas sociais, podem ser destacados alguns pontos como:

[...] a ampliação e extensão dos direitos sociais, a concepção da seguridade social como forma mais abrangente de proteção, um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema, a universalização do acesso e a expansão da cobertura, a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores de benefícios sociais e um maior comprometimento do Estado, projetando mesmo um acentuado grau de provisão estatal público de bens e serviços sociais (DRAIBE, 1998, p.19).

É a Constituição que define os direitos sociais dos cidadãos e expande o espaço público, fazendo com que novos atores se coloquem como legítimos interlocutores do governo, e as organizações da sociedade civil ocupem seu espaço utilizando-se de estratégias como a prática da denúncia, da reivindicação e do uso de benefícios esporádicos. O campo das políticas públicas e das “questões sociais” torna-se um espaço político privilegiado.

Essa transformação tem como proposta a busca de alternativas que levam a novas relações onde a forma de tomada de decisão passa a ter uma postura de negociação e de participação da sociedade civil. A Constituição de 88 reafirma os princípios e os conteúdos das pretendidas reformas, projetando um novo perfil no sistema de proteção social, via políticas sociais.

A formulação das políticas, como forma de dar respostas às questões sociais, envolve a identificação dos diversos atores e dos diversos interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública. A questão social passa a ter uma posição de destaque, onde são valorizadas as ações descentralizadas, municipalizadas e de participação. Percebe-se neste período a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado, a grande maioria proveniente dos movimentos sociais existentes, que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular políticas.

Este processo de democratização e descentralização significa a redefinição do papel do governo federal, que assume a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios assumem a execução dessas políticas. Este formato propõe a transferência de atribuições, responsabilidades e recursos do governo federal para os níveis estaduais e municipais, bem como a autonomia de estados e municípios definirem a organização e gestão de suas políticas.

Esses fatos representam um avanço na direção de legitimar instâncias que garantam a convivência entre as formas representativas e participativas da democracia. As ONGs ganham relevância e as suas ações se confrontam com as práticas autoritárias do governo e com as formas conservadoras das organizações

de representação popular – inicia-se o processo de democratização e descentralização, que significa a transferência do poder central para outras instâncias de poder.

Conforme Dagnino,

O cenário mais amplo dos encontros entre Estado e sociedade civil está evidentemente constituído pelo processo de democratização pelo qual passa o país desde o final da década de 80. A revitalização da sociedade civil, com o aumento do associativismo, a emergência dos movimentos sociais organizados, a reorganização partidária, etc., fenômenos qualificados por um intenso debate sobre a natureza da democracia, constitui uma face desse processo. A outra, resultado da primeira, é a própria democratização do Estado, que, mediante o restabelecimento de vários dos procedimentos democráticos formais, abre-se ao acesso das novas forças políticas constituídas na luta contra o regime autoritário. A nova Constituição de 1988 é o marco formal desse processo (2002, p. 13).

Essa transformação leva a novas relações onde a forma de tomada de decisão, que até então eram feitas por quem estava no poder, passa a ter uma postura de negociação e da participação da sociedade civil. Os anos 90 trazem como novidade à proposta concreta de atuação conjunta de “encontros” entre o Estado e a sociedade civil. Procurou-se acrescentar às propostas já existentes novos ingredientes, voltados à busca da melhor organização do Estado. Alguns componentes da proposta neoliberal são utilizados para a reforma das políticas sociais. Surgem novas formas de articulação entre a sociedade civil e o setor privado, com vistas a garantir o oferecimento de serviços públicos, confirmando a substituição do modelo de provisão estatal por um modelo onde o Estado não é mais o provedor direto e exclusivo, tendo como função principal coordenar e fiscalizar os serviços que passam a ser prestados pela sociedade civil ou pelo mercado em parceria com estes setores.

Será sob uma nova agenda que, nos anos 90, se redefinirão os termos da reforma das políticas sociais anunciada na década anterior. Já em um ambiente intelectual e valorativo de novo matiz, apoiado também na mais dura e densa experiência social da forte instabilidade econômica e, posteriormente, do programa de estabilização e ajustamentos, o reequacionamento da questão social e das políticas a ela dirigidas se processa sobretudo como desafio (DRAIBE, 1998, p.2).

Este período pode ser dividido em duas fases (Draibe, 1998). A primeira acontece com o ajustamento econômico e as reformas institucionais, que passam a fazer parte da nova agenda de reestruturação do sistema de políticas sociais. “A proteção aos segmentos mais pobres da população adentra os anos 90 desprovida até mesmo dos programas assistenciais que contava nos anos 80 (1998, p. 19)”.

A segunda fase é organizada, segundo Draibe (1988), via estratégia de desenvolvimento social econômico do governo que reafirma a estabilidade macroeconômica, a reforma do Estado e a retomada do crescimento econômico. Tem como prioridade a organização de prestação de serviços voltados para os serviços sociais básicos, para os programas de trabalho, emprego e renda e para os de combate a pobreza, tendo o Programa Comunidade Solidária como prioritário.

O Programa Comunidade Solidária introduz novidades no combate a pobreza. Conforme Draibe,

Privilegia ações sociais integradas - de caráter universal e emergência, mas também continuas, flexíveis e descentralizadas. Introduce a delimitação territorial atendendo municípios com maior incidência de pobreza. É um programa federal e público, organiza-se nas três esferas de governo e ocorre a parceria com o setor privado, tanto empresarial quanto filantrópico. Ações nesta direção são implementadas pelo seu Conselho, integrado por uma maioria de membros pertencentes à sociedade civil. (1988, p. 8).

Nos anos 90 acontece a reestruturação dos serviços sociais básicos, que tem como objetivo a universalização. Surge também a participação social e as parcerias entre Estado, setores empresariais e Organizações Não-governamentais.

A construção de novas formas de organização institucional, que se diferenciam do modelo anterior que era estatal e centralizado, permitem a construção de redes institucionais que reúnem diversos atores envolvendo articulações intersetoriais, intergovernamentais e articulações entre Estado, mercado e sociedade civil. Tais redes são constituídas tanto para a formulação de programas como para a provisão dos serviços públicos, sugerindo que, na dinâmica recente dos

governos locais do Brasil, as políticas sociais já escapam ao modelo tradicional de políticas sociais como atribuição exclusiva do Estado.

Após o estabelecimento do processo democrático dá-se também um processo de criação e consolidação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, surgem os conselhos gestores de políticas públicas nos vários níveis de governo e alguns municípios adotam o orçamento participativo, tendo destaque às cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte.

A cidadania passa a ser um tema central na discussão da agenda política nacional a partir da década de 70, com o processo de democratização vivenciado pela sociedade. A Constituição de 1988 promove o fortalecimento do poder local, possibilitando que forças políticas de esquerda, aliadas aos movimentos sociais, ocupem espaços institucionais do poder local de forma inédita no Brasil.

Conforme Fedozzi,

Em nenhum período da história brasileira, a cidadania foi tão valorizada no discurso político e nos objetivos anunciados, seja por atores sociais diversos, seja por organizações partidárias representativas de um amplo (e até antagônico) espectro político-ideológico existente no país (FEDOZZI, 1999, P. 19).

O processo que valoriza a participação social tem seu marco com a conquista de várias prefeituras do país, por partidos de esquerda, que passam a trabalhar de forma democrática com destaque especial ao Partido dos Trabalhadores. Essa experiência é ampliada nas décadas de 80 e 90, em particular, na cidade de Porto Alegre em 1989, onde as eleições garantem a Prefeitura ao Partido dos Trabalhadores, inaugurando a “Administração Popular”, que significa “gestão pública, baseada na participação direta da população na elaboração e execução do orçamento público, especialmente na escolha das prioridades dos investimentos municipais (Fedozzi, 1999, p. 20)”

Uma das propostas de trabalho é o Orçamento Participativo – OP, que tem suas raízes na proposta de fortalecimento do poder de influência dos atores sociais.

Nesse processo pode-se destacar a existência de novos elementos culturais ao nível das comunidades locais e a capacidade da sociedade civil brasileira recuperar a idéia de cidadania e incorporá-la na Constituição de 1988, via a participação de associações e atores comunitários. À Idéia do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre, em 1986, alia-se a uma proposta de organização de Conselhos Populares.

Segundo Avritzer (2002), o Orçamento Participativo de Porto Alegre é um processo de decisão pela população sobre as prioridades de obras da Prefeitura do município. O processo envolve dois momentos, no primeiro são realizadas as assembléias regionais intercaladas por assembléias de nível local. O segundo momento é a instalação do Conselho do Orçamento Participativo, órgão formado por representantes das assembléias locais e regionais.

Nas assembléias regionais os moradores dos bairros de cada uma das regiões se reúnem, sendo que o critério para participação é o da moradia e o de decisão da maioria. São realizadas assembléias temáticas, centradas em cinco áreas – saúde, assistência social, transporte e circulação, organização e desenvolvimento da cidade, cultura e lazer e desenvolvimento econômico. O critério de participação é o interesse pelo tema e as decisões também são tomadas pela maioria.

O Orçamento Participativo de Porto Alegre é reconhecido mundialmente como uma experiência bem sucedida de participação popular, onde a comunidade participa das decisões sobre o orçamento disponibilizado para a gestão e conforme Fedozzi (1999) é uma estratégia para a instituição da cidadania no Brasil. É um processo onde a sociedade é consultada sobre o orçamento público que é um instrumento importante para a administração formal e como ação de governo.

A distribuição dos recursos de investimentos é um processo decisório, conforme Fedozzi,

[...] obedece a um método processual de planejamento participativo que inicia com a indicação das prioridades pelas instancias Regionais ou Temáticas e culmina com a aprovação, pelo Conselho do Orçamento, de

um plano de Investimentos detalhando obras e atividades discriminadas por setor de investimento, por região e para toda a cidade (1999, P. 126).

No caso de Belo Horizonte, conforme Avritzer (2000), o mecanismo de confecção do orçamento é diferenciado, acontecem duas rodadas de assembleias regionais e um fórum de prioridades regionais. No fórum ocorre a eleição de delegados para monitoramento das obras.

As assembleias regionais são divididas em dois momentos: no primeiro a Secretaria do Planejamento, via Coordenação do Orçamento Participativo apresenta, em cada uma das regionais, o resultado do ano anterior, isso é, o número de obras aprovadas e seu encaminhamento, nesse momento também é apresentado pela Prefeitura, o orçamento disponível. No segundo momento são eleitos os delegados.

O Orçamento Participativo relaciona, de uma forma única, a participação e o estabelecimento de critérios no processo de deliberação. A participação está diretamente ligada à credibilidade do processo, momento em que a sociedade pode participar das decisões.

É neste cenário que o crescimento das ONGs e as políticas de parceria começam a fazer parte das políticas sociais contemporâneas, as responsabilidades do Estado que são transferidas para as comunidades organizadas via a intermediação destas organizações, tendo muitas vezes o tripé, Governo-sociedade civil-iniciativa privada, atuando em conjunto

A partir dos anos 90 três setores de interface com as ONGs merecem destaque na configuração dessas entidades (Teixeira, 2003): as agências de financiamento internacional, o relacionamento com os movimentos sociais e as relações com o Estado. Destes três setores as articulações com o Estado é o que merece destaque, devido ao movimento da sociedade em direção ao Estado e vice-versa, configurando uma nova forma de relação. Além disso, a visibilidade e a importância alcançada pelas ONGs estão relacionadas a dois processos

concomitantes que envolvem a definição de quais seriam os papéis da sociedade e do Estado.

De um lado, após o restabelecimento da democracia, tivemos um processo de criação e consolidação de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil, tais como a criação de conselhos gestores de políticas públicas nos vários níveis de governo e orçamentos participativos em algumas cidades brasileiras, bem como vínculos mais pontuais em que organizações da sociedade e Estado realizam determinados projetos. Esses espaços, apesar de todos os problemas e dificuldades enfrentados, foram conquistas de movimentos sociais brasileiros que lutaram para que suas demandas fossem incorporadas de alguma forma nas políticas governamentais. Foram também formas, especialmente no nível municipal local, de abertura por parte de alguns governos e tentativas de construção de uma gestão pública mais democrática (TEIXEIRA, 2002, p. 107).

Com estas mudanças, tanto o Estado quanto à sociedade civil, passam por reformulações. A sociedade civil começa a aumentar a sua qualificação, ocorre a profissionalização dos agentes de organizações que até então se reconheciam como de apoio aos movimentos sociais. São criadas redes e articulações nos mais variados temas e a nível internacional, isto é um importante fator de união das organizações que até então estavam dispersas. No Brasil a Rio 92 – Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro – serve como marco na consolidação de apoios mútuos, tanto a nível nacional, quanto internacional.

Outras duas tendências se fortalecem no cenário social dos anos 90, o crescimento das ONGs e as políticas de aproximação e parcerias implementadas pelo poder público.

Teixeira (2003) cita três formas de aproximação das ONGs com o Estado, a primeira é caracterizada por uma relação pouco formal, onde não existe um contrato atrelando a organização ao Estado, existem momentos de parceria e colaboração, mas também existem momentos de pressão. Não existindo um contrato formal, as organizações ficam livres para criticar ou influenciar nos rumos das políticas implementadas pelo Estado.

A segunda forma é aquela onde as ONGs mantêm uma relação mais direta com o Estado e passam a ser uma prestadora de serviços. O Estado é um agente financiador que aprova ou não os projetos encaminhados pelas organizações e exige prestação de contas.

A terceira forma envolve a consolidação de projeto elaborado e executado conjuntamente entre poder público e ONG. Geralmente a concepção original do projeto parte das organizações e o governo acaba aderindo à idéia. Essa forma exige um contrato formalizado e passível de mudanças e a divisão de responsabilidades entre a ONG e o governo.

Os resultados dessa construção começam a surgir no início da década de 90, quando, por exemplo, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.472, de 7 de dezembro de 1993. Esta Lei é fruto de debates nem sempre consensuais, mas reflete as novas possibilidades de organização da população. O processo foi lento, iniciando-se em 1998 e só terminando em 1993, reforçando a importância das discussões e da participação da sociedade civil e do Estado.

Além da Lei Orgânica de Assistência Social destaca-se também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nº 8.069 de 13 de julho de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o Sistema Único de Saúde (SUS), nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Conforme Delgado (2004) fica claro que a questão da pobreza e da “desigualdade social”, independente da forma como emerge enquanto “questão social”, é estruturada na economia e desde suas primeiras manifestações está ligada a questão da exploração. A exclusão tem natureza estrutural e deriva das desigualdades prevaletentes da estrutura social brasileira que são as de renda, as urbano-rurais, as regionais e intra-regionais, além das de gênero e etnia.

1.2 As ONGs – Organizações Não-Governamentais no Brasil

As ONGs têm assumido significados diferenciados nos tempos recentes. Sendo assim pretende-se contextualizar o tema e tomar alguns dados relevantes que tenham implicação direta com o presente trabalho. Não tem-se como objetivo realizar uma análise da origem e do perfil das ONGs brasileiras, mas com base em estudos relevantes sobre o tema, de autores como Landin (1996 e 1998), Fernandes (1994), Dagnino (2002), Ioschpe (1997), Gohn (2000), Scherer-Warren (1999) entre outros, pretende-se delimitar o significado do que tratar-se-á.

A utilização do termo ONG designa um agrupamento de pessoas parcialmente destituídas de interesses econômicos e voltados à promoção de mudanças socioeconômicas. Foi cunhado pela ONU, em 1946, que o definiu como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental (Tavares, 1999 in Teixeira, 2002).

Conforme Scherer-Warren (1994), o termo ONG foi importado das Agências de Financiamento do 1º mundo. No início eram denominadas ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento), mas para os organizadores desses trabalhos tornaram-se conhecidas como “Centros Populares” (de educação, promoção, serviços jurídicos, informação, documentação, pesquisa e outros ligados as bases comunitárias). O termo ONG só passou a ser utilizado recentemente, principalmente com o aumento de ONGs ambientalistas e por passar a denominar um vasto número de entidades que se reconheciam sob a denominação de filantrópicas.

Esse termo é utilizado formalmente para designar um grupo que está institucionalizado, que é uma entidade privada sem fins lucrativos e que na maioria das vezes tem a participação de voluntários, mesmo que seja somente do Conselho Diretor. Estas instituições, conforme Scherer-Warren (1999) se identificam com a sociedade civil e distinguem-se do Estado e do Mercado. Nesse universo incluem-se organizações recreativas, de assistência social, de cultura, meio ambiente, etc.

Conforme Fernandes (1994) a Europa utiliza o termo organizações não-governamentais (ONGs) para referir-se ao mesmo tipo de formação das organizações privadas. Esse termo começa a ser mais utilizado nas décadas de 60 e 70, quando organizações internacionais, que mesmo não representando o governo, tinham importância para justificar sua presença na ONU. Essas organizações tinham como objetivo a promoção de projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo e o incentivo a criação de ONGs no hemisfério sul.

Em relação ao campo de atuação das ONGs, Gohn destaca que,

[...] tem sido o do assistencialismo (por meio da filantropia), o do desenvolvimentismo (por meio dos programas de cooperação internacional, entre ONGs e agências de fomento, públicas e privadas), e o campo da cidadania (por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais). Embora haja uma sequência histórica entre o surgimento destes "modelos", na atualidade eles coexistem no tempo e, as vezes, no mesmo espaço. Estudos do Banco Mundial tendem a subdividir o campo de atuação das ONGs em quatro grandes áreas, a saber: assistência e bem-estar, desenvolvimento de recursos humanos, capacitação/militância política, e políticas amparo ou de proteção (2000, p. 55).

O campo da filantropia, conforme Ianni (1988), é o mais antigo, tendo origem na Inglaterra através dos programas de distribuição de alimentos, roupas e remédios. No Brasil aparece no período da Primeira República, época em que a questão social era vista como caso de polícia, e alguns programas foram criados com a intenção de solucionar o atendimento de setores carentes que não eram atendidos pela Previdência.

O desenvolvimentismo surge no pós-guerra, que é quando surge a expressão "sem fins lucrativos". O trabalho tem como público alvo os setores carentes financeiramente e envolvidos em projetos de desenvolvimento econômico local. Conforme Gohn (2000) "A maior parte das ONGs da América Latina surgiu após os anos 70, e elas se enquadram, em sua grande maioria, na modalidade desenvolvimentista 9p.56)". Já o campo da cidadania é recente, surge via organização da sociedade civil e é denominado, entre as camadas populares de movimentos sociais populares.

Na América Latina as ONGs crescem devido a desmobilização dos movimentos sociais, sendo que a maioria dos participantes das ONGs são pessoas que militavam nos movimentos, que se reciclam e descobrem novas funções. As ONGs deixam de ser um apoio e passam a ter centralidade, assumem a liderança de processos sociais, que antes ficavam sob o domínio dos movimentos sociais.

No Brasil, o termo ONGs começa a ser utilizado a partir da década de 80, até então existiam organizações e entidades assistenciais e/ou filantrópicas, que não se autodenominavam “não-governamentais” e sim caritativas. Num primeiro momento o termo foi utilizado para designar as organizações internacionais que financiavam projetos de organizações brasileiras. A partir dos anos 80, o termo passou a ser utilizado, por centros de assessoria ligados a movimentos sociais, que foram os responsáveis, no ano de 1991, pela fundação da ABONG – Associação Brasileira de ONGs – (www.abong.org.br).

Constituíram-se em grande parte no período do regime militar, tendo como compromisso fundamental o fortalecimento da sociedade civil. Surgem quando a política fica bloqueada e a participação popular é restrita. Realizam um trabalho com dimensões locais voltado para o desenvolvimento comunitário e com posição contrária a do Estado.

Nascem dentro das Igrejas e suas pastorais populares, tendo suas raízes espalhadas aos movimentos comunitários e sindicais, principalmente aos que tem sua prática voltada à tradição marxista. Durante o período militar, quando os movimentos são proibidos, esses espaços tornam-se importantes para divulgação das idéias de partidos políticos, da militância de oposição – as ONGs ofereciam espaço de resistência democrática. Nesse período realizavam trabalhos de assessoria aos movimentos sociais e educação popular.

Com o fim da ditadura e a perspectiva de volta da democracia e da liberdade, onde partidos políticos de esquerda e os sindicatos retomam suas atividades às claras, as ONGs entram num processo de reorganização onde necessitam redefinir sua identidade e seus objetos de trabalho, tendo como principal ponto o reconhecimento de seu papel de ator próprio e não mais de prestação de serviços

aos movimentos proibidos de existir pela ditadura. Outro ponto a se destacar é a necessidade de abandonar o nível micro e localizado de suas intervenções, tendo como foco a capacidade de intervenção na construção das políticas públicas, com vistas a transformarem-se em atores importantes na construção de uma nova sociedade que se formava. Neste contexto os membros das ONGs começam a abandonar o perfil de militância e buscam um nível de profissionalização que atenda as novas expectativas.

Na década de 80, com a democratização e o processo de globalização, as ONGs não abandonam as ações de nível local, mas começam a buscar visibilidade e projeção nacional e internacional, assim como passam a intervir nos grandes debates a nível mundial.

Atualmente as ONGs organizam-se das mais variadas maneiras, para promover causas como defesa dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, ou, de modo mais direto, oferecendo ajuda aos mais frágeis onde quer que eles se encontrem.

A origem das modernas ONGs brasileiras é diversa. Segundo Gohn (2000) existem várias entidades criadas a partir de grupos de assessorias a movimentos sociais populares urbanos que até então eram denominados como “apoio”.

Após 1982 tivemos um período de grande expansão de ONGs no Brasil. Ele coincide com uma fase da vida nacional em que dois elementos se destacam: de um lado, a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários, em luta pelo acesso ao poder (nas Câmaras e Assembléias Legislativas e demais cargos executivos); e de outro, o discurso e a prática efetiva por parte do governo central, em termos de políticas de desestatização (GOHN, 2000, p. 60).

Passam a representar a sociedade civil, de forma organizada e menos burocratizada, atuando, conforme Gohn (2000), “como um agente de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos (p. 61)”.

Para Gohn (2005) as ONGs cidadãs surgem na década de 70-80 e eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Priorizavam os processos de mudança e transformação social e a emancipação sociopolítica e econômica das camadas excluídas da população.

As organizações são legitimadas a partir do momento em que se cria uma estrutura formal de levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas e com a constituição e fortalecimento de uma rede de solidariedade entre as diversas estruturas formais criadas.

Passam a buscar qualificação dos seus atores sociais, através de cursos seminários e capacitações. A mobilização das pessoas passa a ser uma tarefa integral em busca de mudanças nos hábitos e nos comportamentos dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação política, ajudando-o a desenvolver um espírito fraterno e comunitário, não importando a ideologia política. Estruturam-se como organizações, possuem quadros hierárquicos, independente se o trabalho é desenvolvido por profissionais remunerados ou voluntários.

Nos anos 90 existiam no Brasil ONGs cidadãs de todos os tipos e tamanhos, que pode-se dividir em quatro grupos importantes. O primeiro é composto pelas ONGs de cunho ambientalista e ecológico, que nasceram e acompanharam vários movimentos sociais, como a ECO 92 e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Do segundo grupo, fazem parte as organizações de assessoria a movimentos populares, compostos por profissionais liberais que se organizam e criam escritórios técnicos ou entidades de apoio a organização popular. O terceiro grupo presta assessoria a grupos de sindicalistas e o quarto grupo é formado por entidades de composição social com predominância das camadas médias, voltadas para o apoio a essas.

As ONGs cidadãs que sobrevivem as mudanças, pós anos 90, sofrem transformações, tais como:

a) a maioria delas adotam a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais se posicionam apenas como executoras de atividades de assessoria. A intervenção direta confere as ONGs um novo protagonismo: trata-se de exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimentos e democratizar informações.; b) as ONGs se especializam em temas e assuntos tais como atuação com mulheres sobre problemas da saúde, criança e adolescente; políticas públicas, formação sindical, produção alternativa no campo, etc. (GOHN, 2005, p. 89-90).

Scherer-Warren (1999) define ONG como organizações que tem por finalidade “melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar microtransformações, locais ou no cotidiano, ou macrotransformações, mais globais ou sistêmicas (p. 31)”.

Possuem duas formas de atuação, a primeira é de superar discriminações ou desigualdades e a segunda de melhorar a qualidade de vida, que remetem a dois eixos principais: “a questão da cidadania e ao modelo de desenvolvimento (p. 32)”.

Quanto ao formato existem as ONGs que atuam em movimentos populares, associações de bairro, grupos comunitários, minorias ou excluídos, que tem por objetivo desempenhar papel mediador entre estes e a gestão pública. E as organizações cujos atores atuam em nome de uma identidade própria e estão organizados em torno de uma causa comum.

“É através da junção destes dois papéis – representantes de anseios mais amplos da sociedade civil e atores com identidades próprias – que as ONGs vêm constituindo-se em elos relevantes de uma rede de movimentos (Scherer-Warren, 1999, p. 32)”.

Scherer-Warren concorda que as ONGs estão incluídas na categoria genérica do “setor sem fins lucrativos” e refere quatro questões-chaves para delinear o perfil dessas instituições: são organizações formais, privadas, sem fins lucrativos, autogovernadas mediante procedimentos próprios e contam com a participação voluntária (mesmo que seja somente do corpo diretor).

Quanto aos campos de atuação das instituições, Scherer-Warren concorda com Gohn, definindo-os a partir de três referenciais: a filantropia, o desenvolvimento e a cidadania. Devido ao aumento da miserabilidade e das carências primárias a filantropia tem seu sentido modificado, deixa de ser entendida como mero assistencialismo e “passa a ser justificada por “ação solidária” dos integrados para com os excluídos, como meio para a construção de uma cidadania mais abrangente e como base ética para a sociedade civil (Scherer-Warren, 1999, p. 46)”.

Em relação ao desenvolvimento a novidade está no maior envolvimento da sociedade civil na necessidade da ampliação da atuação das ONGs, para a construção de nova ética para um desenvolvimento com justiça social. A cidadania diz respeito a maior participação da sociedade civil no estabelecimento de políticas públicas.

Conforme Scherer-Warren,

[...] pode-se concluir que os três campos de ações (filantropia, desenvolvimento e cidadania), estão configurando-se no trabalho das ONGs como faces de um campo mais abrangente, com conteúdo ético e menos ideologizado: a busca do bem comum, por meio da resolução dos problemas de exclusão social, de uma nova ótica para o desenvolvimento e para a realização da cidadania plena para todos (1999, p. 50).

As ONGs, se comparadas ao Estado, são microorganizações que coincidem em diversos aspectos quanto à natureza dos serviços. Eventualmente podem obter lucro, que é reinvestido nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização. Para que este princípio seja resguardado os coordenadores da instituição não podem ser remunerados e o capital acumulado não pode ser distribuído ou ser convertido em patrimônio dos seus executivos. Caso a ONG encerre a prestação de serviços, o patrimônio deve ser transferido para uma outra instituição do mesmo gênero (Fernandes, 1994).

A principal descoberta do trabalho das ONGs é que percebe-se que,

[...] atividades de interesse público podem ser exercidas fora do governo, e em medidas que ultrapassam as expectativas de uma vida. As

ONGs, em suma, e sem que sequer os seus principais protagonistas percebessem, importaram para o campo do trabalho social elementos significativos do se costuma chamar "a livre iniciativa"(FERNANDES, 1994, p. 67).

As ONGs, podem ser consideradas formas modernas de participação na sociedade brasileira, segundo Gohn,

[...] modernas porque se organizam em torno dos chamados direitos sócias modernos: direito à qualidade de vida, à felicidade, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente etc.; porque buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão); e finalmente modernas por se constituírem em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais (2000, p. 64).

Na América Latina, e mais especificamente no Brasil, outro termo é utilizado, fala-se de "sociedade civil". Este conceito foi recuperado no período recente das lutas contra o autoritarismo. Este fato remete a idéia de que estas organizações surgem via embates ideológicos de nível global, resultando numa ênfase na dimensão do discurso e da agenda das esquerdas.

Sociedade Civil é uma noção e um ideário que tem algumas interpretações de conceitos que tem a ver com a regulamentação do Estado ou do mercado, ou se associam ao mundo da cultura. Ainda pode ser definida conforme Pies (2005), "como um espaço de construção de projetos globais, articulando-se mutuamente, capacidade de direção política, disputa de poder, conquista de hegemonia e formação de vontades coletivas".

Vários pensadores desenvolveram conceitos sobre a sociedade civil, passando por vários caminhos e chegando aos dias atuais revigorado no debate acadêmico. Os conceitos compreendem, de certa forma, a idéia da defesa das liberdades humanas contra a opressão do Estado, onde buscam trazer a tona à participação das pessoas, com a intenção de fortalecer a democracia.

Para Hobbes, na sua obra *Leviatã* (1651), sociedade civil se contrapõe a barbárie do estado natural e primitivo, expressa uma sociedade política baseada em leis, onde o Estado e a Sociedade Civil se equivalem. Segundo o autor, sociedade civil está atrelada ao contrato social que estabelece um pacto político entre os homens, que é o que institui o estado civil. Os indivíduos são submetidos a uma autoridade comum, já que no estado de natureza os homens viviam em condição pré-social.

Rousseau em sua obra *Do Contrato Social* (1762), tem como preocupação conhecer a natureza humana. Este pensador pressupõe que o homem, em seu estado de natureza, era bom e tinha como marca de sua existência a liberdade. Pies (2005), destaca que no pensamento do autor “os males que afligem o homem social e fazem sua infelicidade não são, de modo algum, oriundos da natureza humana, que em si é boa, mas nascem da própria ação do homem (p. 30)”. Isto significa que a sociedade civil constitui-se num momento negativo do desenvolvimento, que representa o campo dos interesses privados.

Hegel construiu uma concepção moderna de sociedade civil, definido-a conforme Pies (2005) “como a esfera conflitiva dos cidadãos, enquanto o Estado é a esfera da universalidade, do espaço ético político, o reino da liberdade (p. 39)”. A sociedade civil representa o momento inicial na formação do Estado jurídico, administrativo, que tem como principal tarefa regular as relações sociais, sendo que o Estado tem o como objetivo realizar a adesão do cidadão na totalidade que ele faz parte.

Conforme Bobbio (1982), de Hobbes a Hegel, o período de racionalização do Estado,

[...] caracteriza-se pela constante tendência - ainda que o interior de diferentes soluções - a considerar o Estado ou a sociedade política, em relação ao estado de natureza (ou sociedade natural), como o momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, ser racional; como o resultado mais perfeito ou menos imperfeito daquele processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses; mediante o qual o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada (1982, P.19).

Para Marx, conforme análise de Pies (2005), sociedade civil é o sinônimo de sociedade burguesa, determinada pela estrutura econômica, é ela que determina a ação política e influencia sobre as idéias do plano ideológico. O homem é produto do seu meio e é a vida social que constitui sua consciência. A sociedade civil é o lugar onde se dão as relações econômicas que determinam as idéias do plano ideológico. Para Marx existe uma dicotomia entre a sociedade e o Estado, que só poderá ser superada,

[...]a medida que, a classe proletária garantir, através da ação política, uma ordem, sem Estado e sem classes, onde o poder é exercido pelos proletários, fundada na propriedade social dos meios de produção - o que Marx chama de autogoverno dos produtores associados (PIES, 2005, p. 98).

Gramsci, também analisado por Pies (2005), é um pensador reconhecido como um dos principais interpretes do pensamento marxista, pensa a sociedade civil como um espaço de conflitos, onde organizações cívicas reproduzem e disseminam idéias hegemônicas associadas ao capitalismo, mas que podem ser contestadas. Conforme Pies a sociedade civil é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais e os meios de difusão cultural.

Conforme Pedlowski (2001), em Gramsci a sociedade civil tem uma mudança política. No nível tático a conquista estável do poder pelas classes subordinadas sempre é considerada como sendo uma função das mudanças que devem ser operadas no interior da sociedade. No nível teórico, a hegemonia objetiva não apenas a formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho de Estado e de transformar a sociedade, mas também de elaborar e propagar uma nova concepção de mundo.

Habermans, na sua obra Técnica e ciência enquanto ideologia (1980), entende sociedade civil como o espaço da institucionalização da esfera pública, onde seu núcleo fundante é constituído por movimentos, organizações sociais não estatais e não econômicos. Isto significa que a sociedade civil não está atrelada ao

reino das necessidades da economia e do Estado, estes não devem ser eliminados, mas sim regulados de forma democrática, a partir da sociedade civil, com base na democracia.

Ao se pensar no plano contemporâneo percebe-se a existência de uma relação tripartite: Estado, mercado e sociedade civil. O Estado e o mercado seguem uma racionalidade instrumental e a sociedade civil, segundo uma visão harbermesiana, desenvolve uma racionalidade ética, comunicativa, de solidariedade, vinculada a processos do “mundo da vida” orientadas para os interesses de justiça social, comunitários, de comprometimento com o coletivo. Portanto, concepção, associa à sociedade civil a possibilidade de construção da cidadania num sentido mais pleno, de superação da exclusão social, pensando-se a sociedade como um todo.

Pode-se dizer que a sociedade civil sempre esteve presente na esfera da interação social, a inovação está na questão de que os atores não estão em busca do poder total, mas sim da geração de influência na esfera pública, ou seja, de poder contribuir nas decisões sobre as questões sociais.

Outro conceito é o de Terceiro Setor, expressão traduzida do inglês – third sector – dada sua origem norte-americana. O primeiro setor é constituído pelo Estado, que tem sua composição organizada pelas instituições, ministérios, órgãos, secretarias e autarquias que o representam em nível municipal, estadual ou federal, tanto no poder Executivo, no Legislativo e judiciário.

O segundo setor abrange as instituições de caráter privado que atuam com fins lucrativos. Inclui indústrias, comércio e empresas de prestação de serviços e está diretamente relacionado ao que se convencionou chamar de mercado ou livre iniciativa.

O Terceiro Setor abrange o conjunto de instituições de caráter privado que não possuem fins lucrativos, que atuam em favor de causas ou grupos específicos de mudanças na sociedade, tendo como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Conforme Fernandes (1994) Terceiro Setor é entendido como aquilo que é público, porém privado, ou aquilo que é privado porém público. Esse trocadilho demonstra que o terceiro setor assemelha-se ao Estado (primeiro setor) quando tem como objetivo de atuação o espaço público, mas é diferente do governo por ser uma iniciativa da sociedade. Por outro lado, o Terceiro Setor não equivale à iniciativa privada (segundo setor), pois mesmo não sendo governamental, tem como objetivo a questão social. Sendo assim os campos estatal, privado e não-governamental soa distintos, mas se sobrepõem.

Fernandes resume o conceito de Terceiro Setor da seguinte forma,

[...] é composto de organizações sem fins lucrativos criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, de filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (1997, p. 27).

Dentro do Terceiro Setor encontram-se organizações de diferentes matizes. São exemplos de organizações que podem ser definidas como pertencentes ao terceiro setor: associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, fundações, igrejas, organizações sociais da sociedade civil (OSCs), projetos sociais desenvolvidos por empresas e sindicatos.

Pode-se ressaltar que dentro da definição de Terceiro Setor cabem tanto organizações formais quanto as informais, organizações com uma gestão estruturada e profissionalizada quanto não-estruturada e pouco profissionalizada, organizações de grande porte quanto de tamanhos médio e pequeno, organizações de caráter internacional quanto local, organizações com fontes de financiamento do estado como de grandes empresas quanto sem fontes regulares de financiamento. O ponto de convergência entre as organizações que compõem o Terceiro Setor é a ausência do lucro como objetivo principal.

Autores como Landim (1993), Fernandes (1994), Gohn (2000) e Scherer-Warren (1999), concordam que no Brasil as organizações não-governamentais, que fazem parte do chamado Terceiro Setor, surgem na década de 60, durante o

período do regime militar, mas passam a receber maior atenção a partir da década de 80 que é marcada pelo desenvolvimento do processo de democratização política do Brasil e dos países da América Latina.

Este processo vem acompanhado de políticas econômicas regressivas em relação às populações mais carentes, via ajustes econômicos, redução dos programas sociais, aumento do desemprego e inflação são fenômenos que marcam a busca de alternativas, sendo que uma delas são as ONGs, já analisadas anteriormente que derivam dos movimentos sociais, que têm a intenção de prestar serviços e buscar uma maior participação da sociedade civil.

Ao mesmo tempo que prestam serviços, não tem a pretensão de substituir o Estado e tem como base de constituição do trabalho os “projetos”, que implicam parcerias com entidades financiadoras, e também em prestação de serviços,

[...] de ordem material à “população-alvo”, promovendo atividades como cooperativas, grupos de produção ou comercialização alternativa, de saúde, de desenvolvimento comunitário, etc. No entanto, o traço característico das ONGs é o direcionamento político, em sentido lato, de suas atividades. Pode-se dizer que seu ideário tem como fundamento último o exercício da cidadania e da autonomia dos grupos nas bases da sociedade, no sentido de romper com a secular lógica tradicional da dependência e da hierarquia que caracteriza as culturas populares” (LANDIN, 1993, p. 33/34).

Na construção das identidades das ONGs brasileiras existe uma distinção ou oposição entre as organizações e a assistência social que são de cunho religioso e de relações clientelistas e de dependência. Já as ONGs estão no campo da busca de direitos e participação na construção de políticas públicas.

Para Landim (1993) as ONGs têm compromisso com a transformação social, lutam por direitos civis e participam da construção de políticas públicas. Causa estranheza que as ONGs sejam colocadas no mesmo campo das organizações filantrópicas que são menos profissionalizadas e funcionam com trabalho voluntário. Dedicam-se à prestação de serviços a grupos fragilizados da população, como crianças, idosos, deficientes e pessoas em vulnerabilidade social. Enquanto as

ONGs preferem o universo da militância e dos movimentos sociais organizados, as organizações de assistência não apresentam problemas de relacionamento com o Estado, sendo que, em muitos casos recebem recursos e são parceiros do governo.

1.3 – A complexidade das ações coletivas: os movimentos sociais

O conceito de movimento social, segundo Doimo (1994), surgiu por volta de 1840, para designar o movimento operário europeu. A partir do século XX era utilizado para designar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados em transformar as relações capitalistas de produção, mais recentemente também organizada na esfera da cultura e denominada como “novos movimentos sociais”.

A modernidade apresenta um cenário onde vários movimentos ideológicos e políticos ampliam os direitos de cidadania. As novas idéias criam concepções de alcance universal. O liberalismo traz a idéia dos direitos individuais e da consciência da liberdade como valor para a vida individual e social. Com a democracia surge a igualdade de direitos políticos, a participação na escolha dos governantes, dela decorre o enfoque na cidadania política. O socialismo apresenta a idéia da conquista social e econômica.

Os movimentos sociais, que surgiram nas últimas décadas, acabaram incorporando em suas pautas elementos como : respeito à individualidade e às identidades, garantia de participação na esfera pública e conquistas no campo da justiça social.

A América Latina é palco de inúmeras formas de luta pela cidadania. Um dos momentos que merece destaque é o período dos regimes militares onde as lutas de libertação contra o autoritarismo, as restrições políticas, a busca da liberdade de expressão e a transformação do regime político eram pautas difundidas pelos movimentos sociais. Um segundo momento é o que se dá com o fim das ditaduras, e a preocupação passa a ser com as lutas pela democratização, mas agora incluindo a questão da justiça social que prioriza os direitos sociais, econômicos e culturais,

como o direito das minorias, o repensar sobre o desenvolvimento em face da degradação ecológica e exclusão social.

Houve uma época (anos 60) em que falar de movimentos sociais, significava tratar da questão do proletariado, classe que, até então era explorada, mas que a partir da sua organização racional, tem o objetivo específico de mudar essa realidade. A forma mais acabada dessa representação eram os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista.

No final da década de 70 os movimentos sociais, que tinham predominantemente os trabalhadores, entram em crise com o fim do socialismo. A partir de então o movimento operário deixa de ser o personagem principal da história, dando espaço para os de gênero pacifistas, ecológicos e nacionalistas – esses passam a ser os representantes dos novos “movimentos sociais”, conforme a divisão organizada pelo sociólogo Alain Touraine.

Assim, se antes os movimentos concentravam sua atenção na esfera econômica e confiavam na racionalidade do Estado, agora eles surgem em franca desconfiança da racionalidade instrumental e desenvolvem uma postura de hostilidade em relação ao Estado. Tal mudança apresenta para Touraine, um duplo sentido : por um lado, uma positiva tendência (a bem da democracia) de subordinação das forças políticas à orientação fundamental dos movimentos sociais, facilitada pela falência do “grande partido” oligárquico-centralizador, pelo isolamento estéril da ideologia socialista e pela descrença na eficácia das instituições representativas. Por outro lado, porém, argumenta que tais fatores podem dificultar a formação de um verdadeiro movimento social capaz de oferecer uma “promessa de futuro” na “luta face a face com a classe dirigente (DOIMO, 1995, p. 41).

Gohn afirma que pode-se falar em novos movimentos sociais a partir da década de 80. “A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das Sociedades Amigos de Bairros ou Associações de Moradores (p. 26)”. Conforme a autora os novos movimentos demarcaram duas novidades, uma nova concepção para o novo e uma divisão paradigmática.

Quanto a primeira, o novo passou a ser referência a movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários para a sobrevivência cotidiana - característica básica das ações dos movimentos populares, que inscreviam suas demandas mais no campo dos direitos sociais tradicionais: direito a vida, tendo acesso à comida, ao abrigo e a outras condições essenciais para a sobrevivência elementar do ser humano. O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc., se referia a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelam para a igualdade e a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo (GOHN, 2000, p. 27).

A autora concorda que a divisão paradigmática se deu a nível das interpretações das ações e das análises realizadas. Pode-se dizer que predominam as de cunho marxista influenciadas por autores como Castells, Borja, Godard, entre outros, ou pelas análises acionalistas de Touraine. Outros autores que influenciaram foram Foucault, Melucci, Guattari, Castoriadis, etc.

No início no Brasil, os novos movimentos sociais, não se desenvolveram em torno de questões ligadas a ecologia ou as causas das mulheres – as carências eram outras como a de sobrevivência imediata. Surge a idéia de “povo como sujeito”, incentivado pelos setores progressistas da Igreja Católica, dos intelectuais, principalmente dos ligados a centros de pesquisas em resposta ao regime militar que deixava as universidades em segundo plano. A idéia, segundo Doimo (1995), era recuperar a capacidade ativa do “povo”.

Esse foi o período onde mais se valorizou a idéia de povo e de participação popular, acreditava-se que só o povo poderia produzir as necessárias transformações históricas.

[...] inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do “Estado-nação”, que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa do planejamento compreensivo, nem tampouco para a ação das “vanguardas”, que previam combater o imperialismo e o latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas e indiferentes (DOIMO, 1995, p. 75).

Os movimentos sociais brasileiros podem ser situados entre a segunda metade da década de 70 e a primeira de 80, pois aconteciam manifestações

públicas, tanto relacionadas ao capital-trabalho, quanto a reprodução da força de trabalho, isso gerou a existência de um movimento social concebido como sujeitos sociais portadores de novas práticas, refletindo novas concepções políticas com grandes potencialidades renovadoras. A revolução é substituída pela democracia e a luta de classes é substituída pela pluralidade de sujeitos. A substituição da predominância do marxismo por outras correntes teóricas se deu, simultaneamente, com a elaboração de um novo sujeito social, portador de novas esperanças, mudanças e participativo.

Durante a segunda metade da década de 80 e início da de 90, os movimentos sociais brasileiros ficaram menos expressivos social e politicamente. As manifestações reivindicatórias nos bairros e os movimentos sindicais foram menos freqüentes e menos agressivos.

No entanto o processo associativo parece ter sido mais agudo ao longo da década de 80, ou seja, na interface dos dois períodos anteriormente assinalados. Aparentemente, no final do último governo militar e início do primeiro civil assistiu-se a uma grande onda de associativismo como surgimento de novas organizações, particularmente nos bairros periféricos e nos no seio dos setores médios, e de novos sindicatos, particularmente no nível das estruturas nacionais, com o surgimento de novas centrais sindicais (NASCIMENTO, 1994, p. 101).

No nível dos movimentos, na esfera da força de trabalho deu-se pouca atenção as mudanças, há pouco tempo é que se deu conta de que ocorreu na época um processo de institucionalização e burocratização dos movimentos. No nível do capital-trabalho observou-se uma tendência a fragmentação das centrais sindicais. Mas o retorno ao regime democrático aproximou os movimentos sociais da esfera política.

No início dos anos 80 o movimento que despontou foi o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, fruto da questão agrária que é histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que

aconteceu em 1984 na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, se multiplicando pelos anos seguintes.

Conforme Gohn, nos movimentos sociais dos anos 90, concentram-se mais questões éticas ou de revalorização da vida humana.

Portanto, o "novo" dos movimentos sociais se redefine novamente nos anos 90, e isso se faz em duas direções. Em primeiro lugar, deslocando-se o eixo das reivindicações do plano econômico - em termos de infraestrutura básica para o consumo coletivo - para suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual, em termos de comida. Retoma-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvida no país. Em segundo lugar, o plano que como eixo articulatório das lutas sociais. Os movimentos dão lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos (GOHN, 2000, p. 34).

Para Razeto (1993) os anos 80 têm como marca dos movimentos sociais a ação reivindicativa, que transforma-se nos anos 90 em ações solidárias alternativas, onde parte das necessidades devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas. Aqueles que demandam também executam a gestão do serviço reivindicado. As ações deixam de se estruturar apenas como movimentos sociais e passam a se articular em grupos organizados e em muitos casos institucionalizados. Os trabalhos são organizados via propostas ou projetos, apresentando sugestões e estratégias de execução das ações. O poder público assume o papel de agente repassador de recursos, tendo as ONGs como um agente intermediador. "Na prática, as ONGs tem tido o papel principal no processo, são elas que estruturam os projetos e cuidam da organização e divisão das tarefas. A questão do saber acumulado se faz presente e a dependência das organizações populares em relação aos técnicos das ONGs é bastante visível. (Cohn, 2000, p. 36)".

Atualmente os movimentos sociais têm como pressuposto o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da cidadania; Conforme Scherer-Warren (1993, p 26) esses pressupostos contêm desdobramentos como:

- "a questão da ética, tanto em termos de moralização do espaço público, como de controle da "ganância" do mercado;

- a democratização da esfera pública, repensando as relações entre o privado e o estatal e o público;
- a superação da exclusão social, econômica, cultural, redefinindo as prioridades das políticas públicas e repensando a questão da qualidade de vida;
- o respeito à diversidade cultural, abatendo discriminações étnicas, regionais de gênero, etc.;
- a valorização da subjetividade e das diversas formas de expressão simbólica (música, teatro, festas, celebrações, etc.);
- a abertura ao pluralismo político e ideológico, contra os sectarismos, as ortodoxias e os corporativismos.
- Os movimentos sociais apontam para uma direção aberta ao pluralismo, onde as forças sociais se articulam, permitindo a criação de parcerias e redes ao nível da esfera pública.

Outro aspecto interessante e que está diretamente ligado à discussão proposta é que nesse momento começa a existir a organização em redes, onde os serviços começam a ser oferecidos de forma organizada e mais qualificada, conforme Gohn (2000),

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local". Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semiqualeificados ou com qualificação, mas principalmente no mercado de trabalho, atuando como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso depende a sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos perdem espaço e importância nesse novo cenário (2000, p. 36)".

Se nos locais que os movimentos eram organizados, um novo formato de trabalho acontecia, nos que ainda não haviam atingido essa organização e onde a população ainda não estava organizada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais, realizados em parceria eram implantados como "serviços sociais", ainda não eram tratados como direitos, mas como prestação de serviços, "despolitizando totalmente o conteúdo político da questão e retrocedendo a

problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual (Gohn, 2000, p. 37)”.

Outro aspecto importante do cenário dos anos 90 é a participação da população nos conselhos e colegiados. Dois motivos levaram a essa maior participação, o primeiro era uma exigência da Carta Magna de 1988, pois os conselhos se tornam uma estratégia política que viabiliza a participação da população na construção das políticas e na busca de soluções para as questões sociais. O segundo, fruto de políticas específicas, proporciona novos espaços de interação entre o governo e a população, possibilitando o surgimento da vontade coletiva agora no sentido plural e não apenas corporativo.

Ao se discutir movimentos sociais deve-se ter o cuidado de distingui-los das ONGs, ambos atuam em busca de melhorias ou mudanças sociais, mas são distintos. Conforme Gohn (2000) movimentos sociais não são institucionalizados e não necessitam ter uma estrutura funcional, são aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Não necessitam fazer balancetes, não tem contas apagar e não tem funcionários. Já as ONGs tem tudo isso no seu cotidiano, além de ter uma lógica racional de manutenção e continuidade. Os movimentos existem de forma geral, em muitos casos acabam criando associações ou outro tipo de entidade que os representa junto a sociedade política – que são as ONGs, conforme Gohn (2000),

“De concreto o que temos é uma organização. Mas ela é diferente de uma entidade privada. Ela ocupa o lócus do chamado comunitário, público privado, ou o público não-estatal. [...] Fazem parte, sem dúvida, de um universo amplo do movimento de emancipação e liberdade de setores da sociedade civil (2000, p. 50)”.

Antes de se analisar as redes – objeto do capítulo seguinte – pode-se sintetizar algumas análises deste capítulo.

A questão social brasileira identificada pelo senso comum remete a pobreza, violência, desemprego, meninos de rua, etc., a questão social passa a ser um

sinônimo de problema social que em alguns momentos é vista como indesejável, mas tolerável e em outros como ameaça a ordem social.

No fim do século XIX, quando o Brasil começa a ter um aumento considerável na população urbana, e a economia começa a se desenvolver, tendo como um coadjuvante à exploração do trabalho livre, os problemas sociais aumentam e ficam vinculados a carência de recursos e a pobreza. Até esse momento, os problemas sociais eram encaminhados como uma questão de filantropia, valorizando o trabalho voluntário e caridoso, principalmente ligado a Igreja Católica. Nesta época o Estado tinha como dever manter a ordem pública e dar segurança aos seus cidadãos, que eram os pertencentes a elite econômica e política do país.

Já na década de XX a questão social brasileira é tratada como um fenômeno episódico, onde o Estado organiza iniciativas pontuais e a maior parte do trabalho continua sendo desenvolvido pela filantropia, ou seja, pela esfera privada. Está época também é marcada pelo aumento da plantação de café e imigrantes europeus passam a fazer parte da força de trabalho nacional. Iniciam-se movimentos de luta operária, marcada por ideais anarquistas, que reivindicavam direitos básicos e melhores condições de vida.

Neste momento cidadania passa a ser associada ao trabalho, quem possuía um emprego passou a fazer parte da elite, passou a ser considerado cidadão portador de direitos, surge a classe do operariado e assalariado. Mas os pobres, desempregados e miseráveis continuam existindo e essa parcela da população continua sendo uma questão de responsabilidade da esfera privada, sujeitas a ações de caridade.

Como pode se observar na trajetória social brasileira a questão social, desde o tempo da escravidão, esteve ligada à falta ou conquista dos mínimos sociais e a garantia de direitos. Mesmo em épocas promissoras e de desenvolvimento, quando se achava que os problemas seriam resolvidos o efeito era contrário, quanto mais riqueza o país conquistava, maior era o número de pessoas carentes.

A partir da década de 80, com a redemocratização, novas idéias surgem, o assistencialismo e o clientelismo são criticados, novos valores são construídos e a assistência social passa a ser um direito de todos, os “pobres e necessitados” não vão mais ser acudidos ou cuidados, agora são cidadãos portadores de direitos garantidos em lei. A Constituição de 1988 inaugura uma nova era de garantias, ampliando a extensão dos direitos sociais tendo como linha mestra à universalização do acesso e a expansão da cobertura.

O Estado passa a interferir nas questões sociais e junto com a sociedade elabora novas Leis, incentiva a descentralização e a participação social via conselhos e incentiva as parcerias entre Estado, setores empresariais e Organizações Não-Governamentais.

Como já foi amplamente discutido as ONGs surgem como alternativa do trabalho social, prestam atendimentos a uma parcela da população que necessita a garantia dos mínimos sociais, mas o detalhe é que podem ser consideradas resquícios ou continuidade dos trabalhos filantrópicos oferecidos desde a década de 20, quando a questão social começa a ser discutida no Brasil.

A grande maioria da ONGs nascem com cunho caritativo e a partir da década de 80 se reorganizam e participam das mudanças, contribuindo com a experiência que adquiriram no decorrer do tempo e também começam a construir novas formas de organização e de prestação de serviços. Agora revigoradas, são uma alternativa no campo da política, desempenhando um papel importante na economia, tendo como objetivo aliviar os problemas sociais que a expansão do mercado traz.

Outro termo bastante utilizado a partir da década de 80, mas que no seu teor não se diferencia do trabalho da ONGs, é o Terceiro Setor. É uma expressão que surge nos Estados Unidos, mas que adquire reconhecimento pelo mundo. No Brasil, define as organizações sem fins lucrativos, o que significa que a renda obtida não pode ser distribuída entre os diretores e associados, essas instituições podem gerar dinheiro através do trabalho prestado, mas estas quantias devem ser reinvestidas na própria instituição.

A discussão das políticas públicas remete novamente a construção e ao desenvolvimento da sociedade. Numa época em que se buscam respostas para a organização do social, onde se intensificam as transformações econômicas, as políticas públicas surgem como uma alternativa a essas questões. Essas políticas têm como objetivo atender a demanda social, buscando apoio nas ONGs e na sociedade, pois quanto maior for a participação, maiores serão os resultados e mais forte será o seu caráter público. Os próprios beneficiários das políticas podem participar da sua construção, ocupando espaços através de conselhos e grupos organizados e desta forma tendo maior controle.

O crescimento das demandas sociais, aliado a falta de recursos do poder público, abriu um espaço que foi ocupado pelas instituições da sociedade civil. Essas organizações desempenham importante papel através de parcerias com o próprio Estado e a iniciativa privada no combate as mazelas sociais.

CAPÍTULO II

2 REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 Ações coletivas e movimentos sociais

Conforme discutido no capítulo anterior, a partir da década de 80, com a volta da participação do “povo”, onde as lutas sociais ficam em evidência e conceitos como participação e cidadania estão à frente das discussões, surgem formas de organização e união das instituições, que tem como objetivo possibilitar a troca de informações.

Entre essas formas de organização, destacam-se as Redes Movimentalistas, que conforme Draibe (1995, p.151) “se tecem no âmbito dos desejos e das intencionalidades, pois é através delas que circulam os interesses, os bens e as informações num universo político não-especializado e institucionalizado”.

Em relação ao movimento popular foram constituídos diversos tipos de redes sociais, que agregaram uma infinidade de participantes, predispostos à participação. Essas redes eram territoriais, temáticas e de influência, que contavam com a participação de instituições como a Igreja Católica, segmentos da comunidade científica e agrupamentos de esquerda.

No Brasil a organização em rede intensifica-se nos anos 80, devido à organização dos movimentos sociais e em função da necessidade de articulação dos atores políticos democráticos em luta contra a ditadura, pela democratização e pelos direitos humanos, por exemplo, o Fórum Nacional das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, em 1988, que articulou, formulou e garantiu a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

No final dos anos 80, as redes trazem para a sociedade uma resposta sociológica aos impasses da burocracia, surge a preocupação de entender os

significados e alcances políticos e culturais das ações coletivas, conforme Scherer-Warren: “A inovação encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimento e na busca de metodologias que permitam entendê-las” (1993, p. 22).

Nos anos 90, com o fim da ditadura militar e com a democratização dos regimes políticos, surgem as primeiras iniciativas de formação de redes de movimento. Estas redes são constituídas, na sua grande maioria, de Organizações Não-Governamentais e em alguns casos por movimentos populares e atores políticos.

Essas redes, na grande maioria, não são institucionalizadas e formalizadas, ou seja, ainda estão no processo de construção das suas identidades. Os grupos se organizam em torno da construção de projetos políticos e culturais, que venham atender os interesses coletivos.

Segundo Scherer-Warren,

Organizar-se em torno de redes significa participar de uma visão da realidade que tenta superar a tradicional visão dicotômica de uma sociedade dividida em dois nítidos grupos de conflito, opostos entre si. A idéia de rede implica admitir a complexidade do social, composto de setores e agrupamentos sociais heterogêneos, campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, em que opera não apenas a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade (1999, p.51).

Fazer parte de uma rede é em primeira condição ser um voluntário. Pessoas participam da rede quando querem e porque assim o desejam. Elas não são obrigadas a participar, devem participar do projeto que é coletivo porque acreditam nele. A rede sustenta-se na lógica da participação espontânea, conforme Melucci,

O que distingue a ação voluntária como categoria sociológica é a voluntariedade do vínculo social dentro do qual ela está inserida: a ação voluntária implica a adesão livre a uma forma de solidariedade coletiva e ao pertencimento a uma rede de relações da qual se participa por escolha. Outra característica é a gratuidade dos serviços oferecidos pela ação voluntária. Mas a gratuidade não diz respeito simplesmente ao

fato de que não se tira benefícios econômicos diretos da própria ação. Na verdade, se tivermos, por exemplo, alguma ajuda voluntária e gratuita ao próprio vizinho para cultivar o jardim, essa ação é uma forma de solidariedade privada regulada por uma troca interpessoal. Para se falar de ação voluntária na gratuidade deve-se considerar a relação que liga os atores envolvidos na ação coletiva: a ação voluntária é caracterizada pelo fato de que os benefícios econômicos não constituem a base da relação entre os que dela participam, nem entre esses e os destinatários da ação (2001, p.17).

As redes podem ser classificadas como redes de troca de informação e redes operativas. As de troca de informação são voltadas para a produção científica, consistem em espaços de veiculação e intercâmbio de tecnologias de comunicação e informação.

Já as operativas possuem um projeto que vai além da troca de informação, estabelece e conduz processos de interlocução e negociação políticas, realiza o acompanhamento de políticas públicas; promove processos de formação e capacitação; faz campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização; atua na defesa e conquista de direitos sociais e causas coletivas; capta e distribui recursos; presta serviços; e em alguns casos, como o das redes de socioeconomia solidária realiza mesmo atividades de produção, circulação e até regulação econômica. A maioria absoluta das redes da sociedade civil brasileira é do tipo operativo (WWW-F, p. 54).

Conforme FREY (2005) as ciências sociais evidenciam quatro campos de estudo relacionados às redes que são: o interpessoal, o dos movimentos sociais, do estado em sua relação com as políticas públicas e o da produção e circulação de mercadoria.

O foco no indivíduo é o campo interpessoal onde a rede se constitui por meio de interações pessoais. No campo dos movimentos sociais a rede é formada por relações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações comuns. As formas de organização do Estado e das políticas públicas acontecem através das agências governamentais e os arranjos de governança. No campo da produção e circulação as redes representam as novas formas de estruturação do mercado, rompendo com princípios de interações hierárquicas tradicionais.

Na abordagem antropológica, o termo redes sociais é utilizado para referir redes locais geograficamente delimitadas. Scherer-Warren (1999), destaca dois sentidos principais, o primeiro vê a rede como parte constituinte do próprio sistema/estrutura social, onde não indicam apenas a ligação entre pessoas, mas a existência de uma interdependência grupal com o intercruzamento de ligações entre elos e suas relações causais.

O segundo sentido vê a rede como relação entre indivíduos, em decorrência de conexões preexistentes, são relações ainda não formalizadas e que não respondem por si pela formação sistêmica, que podem formar-se e se dissolver na sociedade. Alguns exemplos deste tipo de rede são: vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, entre outros.

Para Scherer-Warren,

[...] tanto num caso quanto no outro, redes sociais são elos/relações nodais que tem a ver com o tecido social (sistêmico), seja caracterizando o próprio sistema como em Radcliffe-Brown, seja como decorrente de aspectos sistêmicos preexistentes conforme afirma Barnes (1990, p. 25).

Na sociologia, como indicado por Gohn (1997) os estudos sobre redes são oriundos de duas perspectivas principais, a da Tradição Americana, de análise da ação coletiva e da teoria de Mobilização de Recursos (TMR), e a outra, da tradição europeia, denominada de Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A TMR, segundo a autora acima citada, surge na década de 60 nos Estados Unidos. Rejeita a ênfase dada aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, e a psicologia como forma de explicação das ações coletivas. Essa teoria enquadra as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais. Tem como base à teoria do utilitarismo.

A tradição americana (TMR) procurou investigar como os recursos, que são no caso os atores coletivos, foram mobilizados para a formação das redes. Existe uma dupla origem dos recursos, um a partir do tecido social comunitário (vizinhança)

e outra de elos que se formam em circuitos geográficos mais amplos devido a elos familiares de amizades ou religiosos.

Conforme Gohn,

[...] os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas. [...] a MR é talvez a escola de pensamento não-marxista mais bem estruturada, explicando os movimentos sociais não em âmbito individual mas organizacional (1997, p. 51).

Analisa os movimentos via categorias econômicas e tem como principal variável a dos recursos, sejam eles humanos, financeiros ou de infra-estrutura. Os movimentos estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação.

Os movimentos de sucesso seriam aqueles que possuíssem atributos de uma organização formal hierárquica e seus líderes deveriam ser pessoas com alto poder organizativo, profissionais com dedicação exclusiva e integral ao trabalho e ter capacidade para mobilizar suportes externos. Os movimentos competem com outras organizações e buscam adeptos e recursos para a execução de suas tarefas. A mobilização das bases é analisada pela ótica econômica e administrativa.

A tradição americana (TMR) procurou investigar como os recursos, no caso os atores coletivos, foram mobilizados para a formação das redes. Existe uma dupla origem dos recursos, uma a partir do tecido social comunitário (vizinhança) e outra de elos que se formam em circuitos geográficos mais amplos devido a elos familiares de amizades ou religiosos.

Pode-se dividir a TMR, ainda segundo Gohn (1997), em dois momentos: o primeiro, destaca a organização e a lógica econômica presente nos movimentos, além de não os considerar como organização formal.

O segundo momento, que pode ser denominado Movimento Político (MP), se apropria de novos conceitos como o de movimento político e de cultura e passa a tratar as ações coletivas como processo. Nesta fase, muitos movimentos (direitos civis, mulheres, etc) passam por uma releitura e conforme Gohn, “a criação de uma nova ordem holística passou a ser uma das grandes ênfases” (1997, p. 70).

Outro ponto a se destacar é a retomada dos teóricos clássicos da teoria da ação social, que até então recebiam muitas críticas por parte dos teóricos da TMR – os clássicos passam a ser reconhecidos, também, como fontes de recurso.

Gohn, destaca que,

A ênfase na mobilização de recursos, como grande eixo articulador da teoria, continuou, mas a nova etapa não considera apenas os recursos econômicos, e a lógica instrumental-racionalista deixou de ser o eixo central condutor das análises. As táticas não-convencionais - tratadas como atos anômalos pelos clássicos - passaram a ser vistas como contendo um lado positivo para o entendimento da mudança social. Isto porque os protestos, por exemplo, são construídos socialmente e como tal geram energias novas. Há a necessidade de intenso compromisso (pessoal e coletivo) para que um objetivo atinja suas metas (1997, p. 71).

Neste momento são retomados os teóricos clássicos e a psicologia social é vista como importante instrumento de compreensão dos comportamentos coletivos e o interacionismo ressurgiu com vigor, denominado agora de interacionismo simbólico, tendo como principal representante Irving Goffman.

O interacionismo simbólico tem uma concepção teórica que considera que os objetos sociais são construídos e reconstruídos pelos atores, ou seja, o significado social dos objetos se deve ao fato das pessoas darem sentido a eles. Sendo assim a interação social está sempre em construção pelos atores, de modo que eles possam interpretar o mundo em que estão inseridos e que interagem. As ações sociais não podem ser organizadas numa lógica pré-estabelecida a partir de uma ordem de fatos externos e fixos.

A ordem dos fatos sociais e o sentido das ações, por ser mutável e própria de cada ato social, deve ser considerada a cada nova

interação. Portanto, a pesquisa de campo é importantíssima para a efetivação desta forma de fazer sociologia. O pesquisador deve observar diretamente o cotidiano das relações estabelecidas pelos atores sociais e procurar recuperar o sentido que eles dão a cada ato, no contexto em que se inserem, temporal e espacialmente (GUESSER, 2003, p. 154).

A TNMS surge na década de 70, na Europa e segundo Gohn (1997), pode ser dividida em três linhas: a histórico-política de Claus Offe, a psicossocial de Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Touraine.

Claus Offe segue a teoria crítica, iniciada na Escola de Frankfurt. Nos seus trabalhos sobre os NMS faz uma análise dos movimentos e de todo o cenário da conjuntura política após a Segunda Guerra Mundial.

Tem sua base na dialética e nas análises de Habermas e Foucault, e concebe o surgimento dos NMS como uma resposta para a questão da incapacidade das instituições políticas e econômicas em atuar sobre os riscos e as ameaças globais que causam, estes acontecimentos estariam levando a paralisação da capacidade de aprendizagem e de autotransformação das instituições de racionalidade tecnológica, econômica, política e militar.

Para Offe os movimentos sociais são:

[...] elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando. Eles reivindicam seu conhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos. O que é novo é o paradigma da ação, que tem caráter eminentemente político. [...] Ele conclui que os movimentos não são nem pós-modernos (no sentido de assumir novos valores que não tenham sido defendidos pela sociedade mais ampla), nem pré-modernos (resíduos de um passado idílico e irracional) (GOHN, 2006, p. 167).

Alberto Melucci tem sua produção centrada na relação entre o plano micro e macro, na ação coletiva de indivíduos, dando um enfoque mais psicossocial, é considerado um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Foi Melluci quem qualificou o conceito de Novos Movimentos Sociais e acrescentou no campo de análise a questão da cultura e não se baseou só nas análises anteriores

centradas no estudo da classe operária. Sua formação é em sociologia e psicologia e utiliza nas suas discussões, categorias como: emoção, intuição, criatividade e percepção do mundo, acreditando que elas podem tornar-se elementos legítimos do processo por meio do qual a realidade é construída. Pode se afirmar que Melucci complexifica a perspectiva de A. Touraine.

Define identidade coletiva como,

[...] interativa e compartilhada, que vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e campo de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca: interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores. O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro, a sua relação como ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos). Tal processo é a base para a construção das expectativas e para o cálculo dos custos e benefícios da ação (MELUCCI, 2006, p. 69).

Para o autor, movimentos sociais podem ser traduzidos como um agir coletivo, que “não é o resultado de forças naturais ou leis necessárias da história, nem, de outro lado, simplesmente o produto de crenças e de representações dos atores (MELUCCI, 2001, p. 31)”, mas é um processo que deve ser continuamente ativado para tornar possível a ação. Os participantes se identificam e a partir daí decidem agir em conjunto. São sistemas de ações, redes complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social.

Um dos pontos-chaves do autor é a distinção entre forma e representação de imagens e idéias. Isso significa que a ênfase dada ao fator organização não é elemento básico para a existência de um movimento social. Melucci se vincula em certa medida à perspectiva dos interacionistas simbólicos, mais preocupados com o nível ideacional e com o conjunto de representações que um movimento cria ao longo de sua existência. Sendo assim, um conflito, ou a quebra de regras não significa a existência de um movimento social, pois o que caracteriza a sua existência é a luta de atores pela mesma coisa.

Outro aspecto que Melucci chama atenção é o fato de que quem inicia os movimentos sociais não são os marginalizados, mas sim as lideranças com experiência de participação anterior, estes conhecem os procedimentos e métodos de luta, recursos e fazem parte de redes já existentes.

Os movimentos também são permeados pela questão da vida pessoal e da política. A pessoal por que as pessoas não se organizam e nem são moldadas apenas pela por condições estruturais e nem são racionais todo tempo. “Experiências corporais, emocionais e afetivas também constroem o universo simbólico de representações dos indivíduos (GOHN, 2006, p. 160)”. Melucci, segundo Avritzer (1994), busca uma forma de desvelar um sentido que os indivíduos podem produzir por si mesmos, e para tal são necessárias novas formas de abordar o social.

Touraine, sociólogo e pesquisador do tema movimentos sociais da Europa, considera os atores (sujeitos) na história como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas. Não podem ser vistos apenas como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. Touraine se distânciava do marxismo ortodoxo ao enfatizar o papel dos indivíduos e dos grupos e não necessariamente da classe social como atores na categoria projeto.

Parte de uma crítica as teorias sociológicas que afirmam que o comportamento do indivíduo está predeterminado pelas estruturas sociais. Enfatiza o papel criativo dos homens na história, destacando o lugar central da “ação” individual e coletiva para a construção da sociedade.

Na perspectiva de Touraine movimento social é um movimento de classe, mas também anticapitalista, oposto a dominação estrangeira e voltado para a integração e modernização nacional. A nação é um elemento presente na discussão do autor, principalmente quando trata das sociedades dependentes. Os movimentos sociais das nações dependentes, ao contrário das dominantes onde ganham importância os movimentos contestatórios, são frágeis, heterogêneos, dilacerados e fragmentados. São sempre expressões de conflitos de classes, possuem caráter

defensivo e contestatório e são voltados para uma ação crítica. Considera que o estudo dos movimentos sociais é relevante no sentido de entender o processo de mudança no mundo.

Touraine concorda com Melucci na questão de que os novos movimentos sociais se distanciam dos antigos quando incorporam a questão da cultura,

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioram, seja em grupos de pressão política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa (TOURAINÉ, 1999. p. 260).

Conforme Touraine (2004) estamos passando por uma era de transformação social, onde a sociedade está marcada pelo predomínio da era da informação e onde o grande problema não é mais só a exploração econômica, mas o controle que a comunicação assume sobre os modos de vida e pensamentos dos indivíduos. Os novos movimentos sociais surgem como uma forma de recolocar os recursos tecnológicos a serviço da sociedade e dos sujeitos. Portanto os novos movimentos sociais deslocam sua luta da esfera econômica para a esfera cultural. O potencial transformador está na capacidade de renovar a sociedade a partir de novos valores: respeito à natureza, paz, dignidade da mulher, respeito a diferença, etc.

A sua teoria é caracterizada por três elementos básicos: a identidade que refere-se a autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia, o adversário que refere-se ao principal opositor do movimento, conforme declarado pelo próprio movimento e o objetivo que refere-se a visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização que ele deseja alcançar.

Esses autores “partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado”

(GONH, 1998, p. 121). Foi constituída a partir da crítica à abordagem clássica marxista e estabeleceu um debate com as teorias norte-americanas (TMR e MP).

Apresentam algumas características básicas como: a construção de um modelo teórico baseado na cultura, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e do coletivo, a eliminação do sujeito hierarquizado e predeterminado, a redefinição da política enquanto análise e a centralidade da identidade coletiva.

A TNMS, conforme aponta Gohn (1997), recebe influência da teoria da ação e tem como principais autores os frankfurtianos como Adorno e Habermans, pelos filósofos da pós-modernidade – Félix Guatarri, Giles Deleuze e Michel Foucault. Outra fonte importante de referência à abordagem dos NMS é a fenomenologia, discutindo duas categorias básicas – a cultura e cotidiano.

Conforme Gohn,

Os Novos Movimentos Sociais recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais - existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (1997, p. 125).

Os seguidores da TNMS, segundo Scherer-Warren, “têm utilizado a noção de redes para caracterizar o campo ou os tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos” (1999, p. 26).

A rede, nesta perspectiva, é vista como uma área de movimento, formada por grupos e indivíduos que compartilham de uma mesma identidade coletiva e de uma mesma cultura de movimento, desafiam os padrões dominantes, propondo inovações sociais e culturais.

Alguns estudiosos do tema, como DIANI (1992), propuseram a integração da TMR com a TNMS, chegando à conclusão que uma organização formal pode não ser um movimento em si mesmo, mas pode fazer parte de um movimento mais amplo, que pode ser definido como uma rede de interações entre diferentes atores.

2.2 – Redes sociais

Os movimentos sociais, independentemente da forma de seu surgimento, fazem parte da busca de melhorias, pensando qualidade de vida dos indivíduos a nível local e mundial. Sendo assim, surgem novas formas de organização que aliadas às idéias dos movimentos sociais, somam suas forças na busca de um objetivo comum. Seguindo essa linha de raciocínio, as redes sociais podem ser consideradas como uma das novas formas de organização.

A palavra rede é um termo que provém do latim *retis*, que surge no século XII para designar um conjunto de fios entrelaçados, o que atualmente poderia ser representado por uma rede de pesca. No Dicionário Aurélio (1995), rede significa “entrelaçamento de fios, cordas, arames etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”. Mas muito antes, já na antiguidade a rede tinha a representação de hoje, além de circular pelo imaginário das formas da natureza e do corpo humano. Hipócrates, no século V a.C., já imaginava os efeitos de rede no corpo humano, sua medicina associou a rede ao organismo pensando na comunicação e interligação das veias.

Para Dias e Silveira, “A associação entre rede e o organismo atravessa toda a história das representações de rede, para designar tanto o corpo na sua totalidade – como organizador de fluxos ou tecidos (2005, p. 14)”, por exemplo. Para Descartes (1648), a rede é uma parte do cérebro e lugar de passagem “dos espíritos que vem do coração”. A partir da metade do século XVIII um novo conceito de rede é introduzido, o que se caracteriza pela saída do corpo. Surge o conceito de espaço geométrico, de comunicação e de representação territorial. A rede deixa de ser observada somente como corpo humano, malha ou tecido. Passa a ser objetivada

como matriz técnica modificando a relação entre espaço e tempo, como exemplo tem-se a infra-estrutura rodoviária, as estradas de ferro entre outros.

Partindo do princípio acima, a idéia de rede já esteve ligada a uma referência ao organismo e depois a uma referência técnica. Mas o conceito moderno de rede, conforme Dias e Silveira (2005), surge com o pensamento de Saint-Simon, que teve como tema principal os estudos sobre a passagem do sistema feudal para o sistema industrial.

Saint-Simon parte da idéia que o corpo humano se solidifica e morre quando a circulação é suspensa. Graças a essa analogia de organismo-rede, Saint-Simon dispôs de uma ferramenta de análise para conceber uma ciência política e formular um "projeto de melhoria geral no território da França", que consistiria em traçar sobre o seu corpo, ou seja, sobre seu território (organismo), as redes observadas sobre o corpo humano para assegurar a circulação de todos os fluxos, enriquecendo o país e elevando à melhoria das condições de vida, incluindo as classes mais pobres da população. O pensamento de Saint-Simon e dos seus adeptos exerceu forte influência sobre intelectuais, políticos e governantes europeus (DIAS e SILVEIRA, 2005, p. 16).

Saint-Simon teve como seguidores o filósofo Auguste Comte, que é o fundador do positivismo e foi secretário de Saint-Simon, Barthélemy Enfantin engenheiro e fundador da revista *Producteur* e da Sociedade de Estudos do Canal de Suez e ainda Michel Chevalier que foi economista público. O que unia esses seguidores era a forte crença no desenvolvimento tecnológico e na racionalidade tecnológica.

No debate contemporâneo as ciências sociais dialogam com outras ciências para construir um conceito de redes sociais, transitando pelos estudos da matemática, biologia, antropologia, comunicação entre outros.

Scherer-Warren (2005) destaca duas vertentes principais nos primórdios dos estudos sobre o tema, a primeira, que surge na década de 40, e tendo como precursor Radcliffe-Brown e seus seguidores, buscava na noção de rede uma explicação para a estrutura social, que era caracterizada por como sendo uma rede de relações realmente existente. A segunda vertente tem como representante Barnes, e encontra na noção de rede uma forma de descrever as relações sociais

primárias do cotidiano, separando essas relações em fechadas e abertas, elos fortes e elos fracos. Conforme Scherer-Warren,

Na primeira, a rede visa a uma explicação da estruturação do social (teoria da explicação da realidade) e, na segunda, o que interessa é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social - parentesco, amizade, vizinhança, religião, etc. - (modelo metodológico-operacional para as pesquisas empíricas). Hoje essas duas perspectivas, freqüentemente, encontram-se num enfoque denominado de análise de redes sociais (social network analysis/SNA) (2005, p. 30).

O estudo das redes vem acompanhado de dois paradigmas, o de *análise da estrutura ou sistemas sociais* e *análises de processos históricos*. No início os procedimentos utilizados para a análise das redes eram baseados na estrutura social das leis gerais como da física, da matemática e das ciências naturais. As técnicas investigativas eram baseadas nas das ciências exatas, como a sociometria e a teoria dos gráficos. Essa teoria, conforme Scherer-Warren (2005), foi seguida por antropólogos e psicólogos das teorias das organizações e dos pequenos grupos.

Na década de 70, com as novas tecnologias computacionais e as possibilidades de avanços nas análises combinatórias e na aplicação da teoria dos gráficos, surge um campo interdisciplinar preocupado em discutir os padrões da interação humana, via o arcabouço do paradigma das teorias do sistema.

Esse paradigma de análise de rede parte do pressuposto de que a vida de cada indivíduo depende em grande medida da forma que se encontra ligado a um amplo espectro de conexões sociais dentro de uma estrutura sistêmica. Para tanto, desenvolveu-se um conjunto significativo de novas técnicas investigativas: blockmodelling, scale-free, power-law, small-networks, dentre outras. Essas técnicas possibilitaram o avanço da pesquisa em vários campos, como no comportamento organizacional e interorganizacional, na difusão de doenças, etc. (Scherer-Warren, 2005, p. 33).

A nível mundial o tema redes tem sido discutido de diferentes perspectivas e em alguns casos com denominações diferentes, a WWF-Brasil desenvolveu um estudo sobre redes e afirma que:

Redes estão em todo lugar. Falamos de redes celulares, de redes neurais artificiais, de redes sociais, de redes organizacionais, de sociedade-rede, de empresa-rede, de marketing-de-rede, de trabalho em rede, de redes de rede. As cadeias de lojas, bancos, lanchonetes e supermercados são consideradas redes. As facilidades urbanas e os serviços que suportam a sociedade contemporânea são todos apresentados como redes: as malhas ferroviária e rodoviária, o sistema de distribuição de energia elétrica, o sistema de fornecimento de água, os serviços de telecomunicações, o sistema de segurança pública, os serviços de saúde, os postos de atendimento das várias organizações governamentais. Isso sem falar das redes de computadores: das pequenas redes de escritório aos sistemas peer-to-peer e à World Web e à Internet (WWWF-Brasil, 2003, p. 8).

A figura de rede é a imagem mais usada para designar um sistema, uma estrutura, pois é caracterizada por elementos dispersos espacialmente, mas conectados entre si. Se na sociedade industrial os processos de trabalho eram representados pela máquina ou um mecanismo organizado, com funções determinadas, agora a representação é de uma rede, com seus pontos interligados. Tem-se que ter cuidado, nem tudo o que apresenta quantidade, dispersão geográfica e interligação é uma rede. Por exemplo, um grupo de trabalho quando juntos no mesmo espaço pode ser considerada uma equipe, uma turma, um time, entretanto essas mesmas pessoas quando situadas em locais diferentes no espaço, mas desenvolvendo um trabalho em conjunto, passa a ser denominada de rede. Esta é uma concepção baseada apenas na forma, desconsidera a dinâmica horizontal que a rede proporciona.

Essa concepção meramente formal ocasiona um equívoco na concepção de rede, pois quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa idéia afasta o seu caráter libertador.

Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e modos inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não puder estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ser sentido e passa a não servir para nada (WWWF-Brasil, 2003, p. 9).

No desenho de uma rede existem pontos e linhas, os pontos representam as unidades que compõem a rede, que podem ser pessoas, organizações, instituições, locais, entre outros. As linhas (links, ligações, conexões) representam as relações

entre esses elementos, que podem ser canais de comunicação, fios, etc. Essas linhas são as conexões que fazem a rede, pois um conjunto disperso no espaço não representa nada se não houver uma conexão entre eles.

A importância da rede está na propriedade de multiplicação, pois cada linha pressupõe dois pontos, mas cada ponto pode estar na origem de uma infinidade de linhas. Essa capacidade de multiplicação das linhas é que dá a aparência de malha da rede e confere complexidade ao seu desenho (figura 1).

A rede tem sido um instigante objeto de estudo, sendo que variam conforme o instrumental analítico. Autores como Fritjof Capra (2001, 2002) e Manuel Castells(2000), desenvolveram estudos sobre o tema, o primeiro compilou as várias contribuições da física, da matemática e da biologia para a compreensão dos sistemas vivos. O segundo realiza uma análise da sociedade a partir da difusão do uso de novas tecnologias da informação e da comunicação, segundo o autor essas tecnologias proporcionam o crescimento dos fluxos financeiros e da informação, incrementando os processos da globalização capitalista. Mas por outro lado às novas tecnologias também contribuem para a articulação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, começando pelas redes ambientalistas e culminando em encontros como o Fórum Social Mundial.

Aquelas redes que,

[...] anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, propriamente, numa das principais formas de organização desses novos movimentos sociais. Uma multifacetada constelação de redes de ONGs, pessoas e grupos de afinidade em cada uma das áreas da ação política e social humana - educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, gênero, defesa de direitos e economia solidária, entre outros passou a existir (WWF-Brasil, p. 11).

Conforme Scherer-Warren (1999), partindo para o estudo das ciências humanas, observa-se que o termo redes é amplamente utilizado. A geografia utiliza o termo para falar sobre as redes técnicas, de produção, a noção de redes territoriais e redes sociais urbanas, conceito também utilizado pela administração e

pela sociologia. A administração também utiliza o termo no sentido organizacional, empresarial e de mercado. A economia tem o conceito voltado para a esfera do mercado, do consumo e da produção. Na antropologia o conceito é utilizado para trabalhar redes de vizinhança, de parentesco, de amizade. E a sociologia utiliza o termo como articulação política, ideológica ou simbólica. Nas ciências sociais, o conceito foi incorporado a partir da década de 40, nos textos inspirados em Radcliffe-Brown e Simmel e se tornou um paradigma de análise com significados diferentes.

Com a diversidade de formas que o conceito vem sendo utilizado nas ciências em geral (físicas, tecnológicas, da vida, humanas) pesquisadores tem defendido a idéia da realização de combinações, tornando as abordagens cada vez mais multidisciplinares, por exemplo,

Randolph (1994b) propõe uma abordagem que articule perspectivas sociológica, geográfica e histórica da realidade; Villasante (1989) valeu-se de contribuições da Economia, da política e da Antropologia para propor uma metodologia da análise de redes; Fischer (1993) e Moura (1994) integram contribuições sociológicas e antropológicas no estudo das redes (SCHERER-WARREN, 1999, P.22).

As redes também podem ser distinguidas entre as de solidariedade, constituídas no mundo da vida e as estratégicas, originadas no mundo sistêmico. A discussão é sobre a possibilidade de interação entre esses dois campos que permitirão pensar no significado de redes sociogovernamentais que incluem atores do mundo da vida (ou a sociedade civil) e do mundo sistêmico (atores do sistema político /estatal).

O conceito acima é derivado da Teoria da Ação Comunicativa de Jurgen Habermans, ou seja,

A realidade social é composta por subsistemas, em que impera uma racionalidade instrumental (o econômico e o administrativo), cujo contexto (o mundo da vida) é o lócus para o desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa. Segundo essa acepção, sociedade civil refere-se ao nível institucional do mundo da vida, em que são desenvolvidas práticas associativas, a cultura, formadas as identidades sociais e as solidariedades (SCHERER-WARREN, 1999, P. 43).

Na visão de Fontes e Martins (2004) a discussão sobre redes, atende dois focos, um que é a busca de respostas e anseios da sociedade civil e outro interesse dos intelectuais e técnicos que buscam a criação de condições institucionais favoráveis para a emancipação de experiências da esfera pública e democrática.

As redes sociais constituem um tema de maior atualidade sociológica para se compreender a complexidade da vida social, sobretudo nos tempos presentes em que a sociedade civil mundial exige respostas políticas locais, rápidas, eficazes, para assegurar a ampliação dos direitos e do gozo da cidadania (FONTES, 2004, p.21).

A discussão sobre redes atende dois anseios da sociedade civil, o primeiro é de promover políticas de inserção e de participação e o segundo, atinge os técnicos e intelectuais que tem interesse em promover ações de descentralizações em áreas estratégicas, na busca de condições favoráveis para a emancipação da esfera pública e democrática, incentivando a promoção da cidadania via a participação.

As redes sociais surgem como um recurso que pode ser utilizado pela sociedade civil e pelos intelectuais e técnicos, tendo como idéia principal o avanço de programas territorializados, que exigem envolvimento e participação social na vida local.

Também são um recurso para explicar o potencial mobilizador da sociedade civil e as perspectivas políticas inovadoras que as ações solidárias geradas horizontalmente entre indivíduos e grupos sociais - tanto no interior da sociedade civil como nas instâncias de poder e governo municipais e locais - , podem oferecer a compreensão dos desafios de construção e cidadania democrática no mundo globalizado e instável da contemporaneidade (Fontes, 2004, p. 14).

Trabalhar com o conceito de rede social é discutir sob o ângulo da análise dos atores sociais em relação e não fixados em certas posições e status. O valor da ação social não está localizado nas preferências e interesses de atores sociais, mas na relação em si mesma, “ênfatisa não o que se ganha ou se perde materialmente, mas o que circula na vida social em favor da organização coletiva (Fontes, 2004, p. 15)”.

Nesta perspectiva a preocupação do autor é desenvolver o tema “redes” a partir de uma discussão sócio-histórica, mostrando que o tema resulta da busca progressiva de um pensamento complexo e prático da realidade social.

Tal busca encontra-se presente em diversos momentos da construção de um pensamento sociológico antiutilitarista e humanizante que, ao longo do século XX, vem insistindo em valorizar a força da associação entre os homens como recurso explicativo poderoso dos movimentos coletivos e espontâneos. Isto é, como recurso teórico, de valor prático na construção de esferas públicas democráticas a partir da sociedade civil, fora das esferas do Estado e do mercado (FONTES, 2004, p. 21/22).

O estudo do objeto rede social, na perspectiva que se afasta do pensamento individualista e burocrático-funcional (tradicional), responde a demandas práticas e aponta para uma reorganização paradigmática.

Seguindo esta proposição, Martins (2004), desenvolve algumas reflexões sobre três importantes sociólogos, Émile Durkheim, Marcel Mauss e Norbert Elias.

Émile Durkheim – fundador da sociologia – tem uma abordagem pluridimensional, onde a dualidade entre indivíduo e sociedade perde força. Sem negar o valor do indivíduo, considera a idéia de totalidade embora seja vista como distinta das partes como central na constituição da sociedade. Conforme Martins (2004), Durkheim equivocadamente é acusado de renegar o papel do indivíduo na sociedade moderna. O pensamento do autor “é um elo central na construção de um saber sociológico complexo no século XX, o único que pode explicar convincentemente os fundamentos teóricos das redes sociais (p. 32).” Um dos méritos, foi o de separar a psicologia da sociologia onde o indivíduo passa a ser visto como estrutura moral e social e somente como estrutura cognitiva e psicológica.

Nas condições da época, de perspectivas sombrias da sociologia ser absorvida pelo pensamento utilitarista e economicista, seu talento está em perceber existir uma classe de fenômenos chamados sociais, que possuem natureza distinta daqueles psicológicos e que mereciam, por isso, um tratamento teórico e metodológico particular (MARTINS, 2004, p. 32/33).

A contribuição de Durkheim é importante para a discussão das redes sociais por integrar a idéia de totalidade e de que o todo tem sua proeminência sobre as partes.

Marcell Mauss contribui com a teoria da dádiva na medida em que apresenta o valor do paradoxo e por conseguinte, o da complexidade sistêmica inerente ao vínculo social, que explica que o todo está na parte e a parte está no todo. Mauss percebe que todos os fatos, até os mais ínfimos, são intrinsecamente complexos e, por isso, o social aparece sobretudo como um sistema no qual o mais simples símbolo aparece como uma totalidade complexa.

A teoria da dádiva funda-se numa obrigação social de três movimentos: o de dar, de receber e de retribuir. A teoria da dádiva ganha adeptos no Brasil entre aqueles que estão buscando compreender alternativas teóricas e práticas para a democratização dos processos sociais a partir da esfera da sociedade civil. Mas a dádiva permite igualmente rever os dilemas, impasses e perspectivas do Estado e da economia mercantil no contexto da globalização.

Norbert Elias explora a idéia de interdependência entre indivíduo versus sociedade, propondo a noção de redes de funções (é o único dos três sociólogos que utiliza o termo redes). Para Elias as idéias de indivíduo são articuladas por um processo interativo e se aproxima de Durkheim e de Mauss quando coloca que os indivíduos fazem coisas, mas que eles não tem liberdade total, ao contrário eles fazem nos limites das estruturas sociais e de transformações históricas.

“Para o sociólogo alemão o desafio é compreender como se dá a relação das partes com o todo e como aquelas se integram neste, não como objetos estranhos, mas como elementos constitutivos de uma realidade maior (MARTINS, 2004, p. 40).” É importante que se tenha um olhar complexo sobre a realidade, tendo em mente que a sociedade não é formada pela soma de indivíduos livres e egoístas, nem de uma totalidade irreduzível às partes, mas sim um fenômeno fluido onde circulam pessoas e coisas mediante um movimento livre e criativo, mesmo que condicionado pela forma assumida pela troca social.

Progressivamente, então, a tese de uma rede em constante movimento aparece para Elias como um conceito adequado para explicar a dinâmica das relações humanas que não podem ser reduzidas nem à liberdade individual nem apenas ao constrangimento coletivo. A rede em movimento é um tecer e destecer ininterrupto das ligações (MARTINS, 2004, p. 41).

A principal preocupação que leva Fontes e Martins (2004) a utilizar as teorias dos sociólogos é a partir da teoria da dádiva entender que,

[...]o fenômeno da rede social é apenas técnico ou funcional, mas revela uma nova e paradoxal e construção teórica decisiva para se pensar a complexidade da nova ordem social, em particular a sociedade civil. Esta não pode ser mais ser apreendida nem como uma soma de indivíduos nem como uma totalidade funcional indiferente ao sangue que a percorre, mas como um fenômeno aberto, múltiplo, caracterizado por intensidades e descontinuidades entre a ação voluntária e a ação política (p. 41).

Isto significa que discutir rede social é explicar o fato social a partir de uma junção coletiva que se impõe à vontade individual e não mais a partir da liberdade individual – teoria liberal. A idéia não é mais de buscar certezas estatísticas, mas de “curvar à escuta de incertezas estatísticas, de tendências e probabilidades de ação social que escapam em geral da causalidade” (FONTES, 2004, p. 24).

As redes surgem como alternativas e possibilidades inéditas para a democratização da vida social – não apenas do lado da mobilização dos atores, mas como do lado do sistema político.

Rede social, na perspectiva de Fontes e Martins (2004), pode ser definida como um processo de regulação, onde existem membros que se reconhecem como participantes, quer seu estatuto seja o mesmo que o do outro, como nas redes de amigos, quer seja diferente, como é freqüente nas redes de parentesco. O modo de funcionamento de uma rede é a auto-regulação, ou seja, ela não regula um público, mas seus membros ou indivíduos que fazem parte de um mesmo conjunto ou processo. Nesse sentido as redes são caracterizadas por uma estrutura mais leve e não hierarquizada flexível e informal.

Estão surgindo através das redes novas formas de solidariedade, fundadas em mecanismos de sociabilidade que tem sua origem na sociedade civil e calcado no mundo da vida. Existe espaço, cada vez maior, para a realização de ações coletivas localizadas na busca identitária de grupos que se definem como pertencentes a uma mesma configuração social.

As associações voluntárias assumem neste contexto uma importância bastante significativa. Se alguns chegam até a afirmar que o Estado do Bem-estar social acabou, as organizações não-governamentais são vistas como um instrumento substituto dos processos de solidariedade originários do Estado do Bem-Estar Social (FONTES, 2004, p. 57).

Scherer-Warren (1999) aponta que a noção de redes pode ser definida com base na metodologia científica (instrumento para organização de dados), teoria substantiva (conceito teórico), rede técnica (operação e instrumento), e estratégia coletiva (proposição coletiva, movimento social). As duas primeiras noções devem ser vistas como complementares, ou seja, o método iniciando por um problema substantivo, e a teoria sendo validada empiricamente. As outras duas referem-se ao uso operacional-instrumental do conceito, por atores sociais que o usam como conceito propositivo, com atributos ideológicos e que se referem a uma mudança social.

A noção de rede no sentido propositivo tem sido utilizada pelos atores coletivos dos movimentos sociais como,

[...] uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social - que considera fundamental a participação cidadã - e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, P.24).

Para uma análise do conceito propositivo de redes é importante recuperar elementos antropológicos e sociológicos de estudos já desenvolvidos.

Para Scherer-Warren,

A análise em termos de rede de movimentos, implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o individual, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como independente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimento de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (1999, p.10).

Para se discutir as redes no conceito propositivo tem-se que levar em conta as novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganziacional que tem sido apresentada pelos atores sociais. Segundo Scherer-Warren (1999) existem pressupostos ideológicos que confirmam estas novas formas de organização.

Estes pressupostos podem ser divididos em dois, o da construção de uma nova utopia de democracia onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e a aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse geral.

Conforme Scherer-Warren,

Do ponto de vista metodológico, das Ciências Humanas, é necessário analisar se as experiências empíricas de organização sob a forma de rede de movimento, realizam o ideal proposto. Conceito propositivo de redes tem cunho ideológico e tem sentidos simbólicos diversos, cabe as Ciências Sociais interpretar tais sentidos e observar se na prática este ideal de democracia é efetivado (1999, p.29).

Assim sendo, para pesquisar redes sociais como conceito de poder local, e resgatar as contribuições multidisciplinares, implica ter, segundo a autora referida acima, a análise de três pontos e por referência um esquema analítico.

O primeiro é a mobilização dos recursos, que se refere aos recursos humanos, quem são, que elos são estabelecidos entre os atores, qual a base cultural e social desses participantes, como é o processo de inclusão de novos participantes e como se garante a confiança entre todos, já que a rede deve ser o princípio da desterritorialização.

O segundo é a *estratégia de organização e da ação*, onde se deve procurar entender como essa rede se institucionalizou, se ela é formal ou informal, como se deu o processo de formalização, se aconteceu, quais os pontos comuns no pensamento dos participantes, como é concebida a representatividade com base em uma dinâmica política e como se resolvem os conflitos.

O terceiro e último, verificar o *efeito multiplicador* das redes, trata de avaliar o poder de irradiação do ideal de democratização proposto, considerando os processos políticos presentes na rede. Mesmo que os participantes tenham resquícios das velhas formas de relacionamento e de se fazer política, a rede proporciona que o poder seja relevante no plano simbólico e na disseminação de uma nova utopia de democratização da sociedade civil.

Segundo Scherer-Warren,

Essas são apenas algumas sugestões para a investigação e interpretação de redes de movimento, como conceito propositivo dos atores coletivos. Sugestões essas que poderão somar-se ao debate já iniciado em Centos de Pesquisas e ONGs que pretendem entender esse fenômeno (1999, p. 30).

No entanto, estas categorias, segundo Scherer-Warren, devem considerar as dimensões de territorialidade ou espacialidades, de temporalidade ou periodicidade e sociabilidade ou as articulações político-ético-culturais.

A dimensão da territorialidade ou espacialidades realiza a tentativa de encontrar instrumentos metodológicos que permitam entender as redes como integração da diversidade.

A temporalidade ou periodicidade tem como objetivo buscar as formas de sociabilidade desenvolvidas, distinguindo dois tipos de redes sociais: as submersas (parentesco, vizinhança e amizade) e as associativas que identificam e geram relações entre o coletivo.

E por fim a sociabilidade ou as articulações político-ético-culturais numa dada territorialidade e temporalidade, Scherer-Warren , afirma que “trata-se de considerar

tanto a utopia da democratização subjacente a idéia de “rede de movimentos”, como a possibilidade de conectar espaços e tempos históricos diversificados” (1999, p. 36).

Falar de rede é falar de uma forma de se organizar de atuar, de formar parcerias e alianças. É discutir um movimento, uma nova maneira de responder às necessidades de transformação da vida social. Teoricamente uma rede social existe quando as instancias sociais estão articuladas e se disponibilizam para que o ser humano possa usufruir de seus serviços.

O desenho de rede sugere uma teia de vínculos e ações, que pensada no formato de redes sociais, representa as relações entre indivíduos e organizações. Conforme Carvalho (2003),

[...] elas se tecem e se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias) no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação”.

De uma maneira muito breve, pode-se definir rede como um conjunto de pontos ou nós que se ligam a outros pontos por meio de linhas. A formação é um ponto decisivo para se dizer que um grupo funciona como uma rede, como mencionamos anteriormente.

Neste sentido para Scherer-Warren (1999), as ciências sociais tem como objetivo compreender o significado das articulações políticas entre os atores diversos em torno de mensagens simbólicas e projetos comuns. Por isso a noção de rede apresenta-se como precioso instrumento de análise do social.

2.3 – O significado atual das redes sociais

A noção de rede comporta em si mesmo uma variedade de sentidos diferenciados. É comum encontrarmos definições que estão relacionadas aos aspectos arquitetônicos ou morfológicos das redes, outras que valorizam o aspecto da dimensão simbólica do agir coletivo e ainda outras que dão ênfase na relação com o poder que as diferentes redes sociais expressam. Uma compreensão interessante, talvez seja aquela que facilite o entendimento da rede, das suas complexidades, dos seus conteúdos simbólicos e as relações de poder existentes entre os sujeitos, quer eles sejam grupos de pessoas ou instituições.

O estudo das redes está ligado as conquistas sociais, isto significa que o tema não pode ser desvinculado da questão dos movimentos sociais, da organização e estruturação das ONGs e da busca de novas alternativas que atendam a questão social. Conforme Melucci (2001),

Os movimentos juvenis, feministas, ecológicos, étnico-nacionais, pacifistas não tem somente colocado em cena atores conflituais, formas de ação e problemas estranhos à tradição de lutas do capitalismo industrial; eles tem colocado, também, no primeiro plano, a inadequação das formas tradicionais de representação política para colher de maneira eficaz as questões emergentes (p. 95).

Isso demonstra que o mundo mudou, os processos de mudança avançam, tanto na ciência, na tecnologia quanto no social, o processo da globalização varre as fronteiras. A sociedade é complexa, multifacetada, tecida pela velocidade das mudanças, pelo acesso rápido as informações e ao consumo, essas mudanças alteraram os padrões sociais e culturais, aumentando a cada dia as incertezas dos indivíduos e das organizações.

Movimentos sociais surgiram, assumindo um papel de protagonistas na revolução cultural e social, participando casa vez mais na construção das agendas políticas e as ONGs assumem papel importante desse novo protagonismo. O debate sobre a reforma do Estado, as novas e antigas demandas sociais, o agravamento da

pobreza e da desigualdade exigem um novo compromisso social entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada.

A revolução da informação e o processo de descentralização do Estado deram as bases para mudanças que ocorreram nos modelos de gestão social mudando o próprio conceito de rede que pressupõe cooperação, organização horizontal, articulação, negociação, complementaridade, etc.

Aparecem novas formas de organização onde ganham visibilidade os diversos sujeitos do fazer social, o Estado, a sociedade civil, a iniciativa privada, a comunidade e o público alvo das ações. Os serviços são interconectados entre as organizações governamentais e não-governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais mobiliza parcerias e ações multi-setoriais, constrói participação, mobiliza vontades e implementa pactos entre atores sociais, organizações, projetos e serviços, valorizando a cooperação.

As parcerias ganham cada vez mais importância, pois elas asseguram uma maior sustentabilidade da ação e possibilitam o encontro de diferentes atores em diferentes estágios de organização, dando oportunidade de ampliação para as organizações que agregam mais conhecimentos e redefinem focos de atuação, aproveitando o potencial individual de cada organização.

As redes são compostas por unidades diversificadas e autônomas, que mantêm comunicação entre si, as informações circulam pelas pequenas redes, passando de uma unidade a outra, favorecendo a unidade do conjunto. As pessoas podem participar de várias redes e circular nos mais diferenciados meios, isto parece ou torna essa forma um tanto quanto nebulosa e indefinida. Mas por outro lado, essa estrutura incentiva à solidariedade e participação direta, como condição para a ação,

Asseguram aos indivíduos componentes uma notável coesão que lhes permite manter-se, também, nas fases básicas do ciclo de mobilização coletiva. Nota-se, ainda, que a aparente "disfuncionalidade", ligada à duplicação de funções e de papéis, revela-se freqüentemente um meio que permite enfrentar eventuais descrenças, resistir à crise organizativa ou às representações que golpeiam singulares parcelas do

movimento, ou penetrar, de maneira sutil, em áreas diversas social para sustentação e consenso (MELUCCI, 2001, p. 96).

CAPÍTULO III

3 A rede “Nós Voluntários”

3.1 - Localização

No presente capítulo, pretende-se apresentar a rede “Nós Voluntários”, iniciando pela sua localização, discutindo questões relacionadas ao município de Canoas, que atualmente tem grande importância para o Estado do Rio Grande do Sul. O segundo momento, será destinado a discussão com base no material recolhido nas entrevistas realizadas com as ONGs participantes da rede e por fim será realizada a análise dos dados.

Assim como grande parte dos municípios brasileiros, Canoas também teve e ainda tem seus conflitos sociais. Um olhar mais atento sobre a cidade, mostra que a Canoas constitui-se de um dos maiores conglomerados urbanos do Estado do Rio Grande do Sul. Sua velocidade de transformação é grandiosa e nesse processo de substituição, perdeu-se muito dos testemunhos da história. Poucos materiais escritos são encontrados, sendo que um deles é a coleção Canoas – para lembrar quem somos (2005).

As fontes orais são fundamentais para reconstruir a história em cidades sem tradição de pesquisa histórica. Canoas tem pequena historiografia própria, limitando-se a alguns volumes escritos por antigos moradores ou pessoas que, percebendo a carência de informações sobre sua origem e evolução, tentaram contribuir para que a perda da memória não fosse total. A história oral demonstra que o município cresceu e foi marcado por lutas sociais, tendo como grande parceira a Igreja Católica, que desde o início prestava atendimentos na área da assistência social e da saúde, através de freiras e padres que vinham em grande parte da Alemanha. Com o passar do tempo, a comunidade aderiu ao trabalho e organizações e instituições foram criadas com apoio da Igreja.

Um olhar mais atento sobre a cidade, mostra que a Canoas constitui-se de um dos maiores conglomerados urbanos do Estado do Rio Grande do Sul. Sua

velocidade de transformação é grandiosa e nesse processo de substituição, perdeu-se muito dos testemunhos da história.

Existem vestígios destes serviços, uma unidade de saúde funciona no prédio da Igreja, localizado no centro da cidade, e muitos centros comunitários e atendimentos sociais são prestados em espaços que ainda são de propriedade da Igreja ou que foram doados para outras organizações que ainda atuam junto às comunidades carentes. A unidade de saúde conta com mobiliários da época e algumas pessoas que desde de muito jovens aderiram ao trabalho comunitário, relatam os fatos.

A Rede “Nós Voluntários” está localizada no município de Canoas que é a segunda cidade mais populosa do Estado do Rio Grande do Sul, com 330.000 habitantes. Possui um dos Parques industriais mais importantes do Estado e como a maioria das grandes cidades, tem problemas e carências sociais que não são supridas somente pelo poder público e para isso conta com a prestação de serviço provenientes de Organizações da Sociedade Civil.

A formação da cidade começou em 1874, quando foi inaugurada a Ferrovia São Leopoldo Porto Alegre. Uma das estações ficava no centro da antiga fazenda do Gravataí, e os homens que faziam a guarda da estação aproveitaram uma imensa árvore e construíram uma canoa para os serviços da sede. Outras árvores tiveram o mesmo destino e o local ficou conhecido como Capão das Canoas (Canoas-Perfil socioeconômico, 2005).

Hoje, as árvores do Capão das Canoas continuam dando frutos que se traduzem na economia da cidade, dona do segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. A cidade só foi emancipada em 1939, por determinação do então governador do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha.

O marco é a construção da BR-116, que liga Canoas ao resto do País. O crescimento econômico do município acontece a partir da década de 40, época em que muitas indústrias se instalaram no local.

O município de Canoas possui uma área total de 131,1 km quadrados e seu território é dividido pela BR-116. Toda a extensão do município é formada por 18 bairros, ocupados com a maior densidade demográfica do Rio Grande do Sul, que é de aproximadamente 2.470 habitantes para cada Km quadrado.

O município, atualmente está dividido em 18 bairros e tem sua história marcada por lutas sociais, como exemplo podemos citar a formação do bairro Guajuviras, que atualmente é um dos maiores bairros da cidade, com uma população estimada em 36.261 habitantes e que tem uma história marcada por lutas e conquistas.

O bairro Guajuviras nasce em 1973, de uma fazenda que tinha o mesmo nome foi desapropriada e uma parte da área foi destinada a um conjunto habitacional e outra destinada à criação de um parque de preservação ambiental. Devido a dificuldades econômicas do poder municipal, o projeto só é retomado em 1988, contando com a participação dos movimentos sociais organizados da região metropolitana. Em 1989 é criado um projeto de Lei que propõe a instituição do Parque Estadual Fazenda Guajuviras, que mais tarde passa a ser denominada de Complexo Ambiental Guajuviras, controlando a construção de indústrias na região.

O Guajuviras, como outros bairros do município, convive com os problemas decorrentes do crescimento da população, do surgimento de novos bairros e vilas que trazem novas demandas e solicitações de melhorias para o local. O Estado do Rio Grande do Sul no período de 1947 a 1995, que foi estratégico para definir os rumos da modernização, mesmo como crescimento da renda interna teve dificuldades em aparelhar as cidades e em dar condições de ampliação das atividades em geral. Registros sobre os movimentos sociais são importantes em Porto Alegre destacam-se os trabalhos de Ferretti (1984) e Ribeiro (1985).

Os problemas não foram resolvidos e percebe-se que carências específicas tem a raiz no quadro mais geral do Estado e do país. O crescimento da população e suas reivindicações são vistos como problemas, à medida que a pressão por infraestrutura exige investimentos e planejamento, por vezes superiores à capacidade do

Poder Público, colocando em xeque o papel do Estado e incentivando a sociedade civil participar do processo.

Conforme os resultados do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDESE) da Fundação de Economia e Estatística do Estado, divulgados em 2005, Canoas é a cidade com a terceira melhor qualidade de vida do Rio Grande do Sul e na classificação por renda ocupa o primeiro lugar.

Apesar de Canoas ser uma cidade promissora, possuir um parque industrial desenvolvida e ter um dos melhores PIB (produto interno bruto) do Estado, apresenta também mazelas sociais, que o poder público não consegue melhorar. Por possui um parque industrial que chama atenção, atrai muitas pessoas que tem a intenção de melhorar de vida. Esse fato gerou desemprego e exclusão, formação de bairros afastados do centro, invasões de espaços e falta de infra-estrutura e uma parcela da população que fica a margem do crescimento do município. O rápido desenvolvimento da cidade trouxe conseqüências negativas, como grande déficit habitacional e alta taxa de criminalidade. Mesmo assim a cidade, continua crescendo devido possivelmente ao esgotamento da capacidade habitacional de Porto Alegre e por oferecer alternativa imobiliária mais barata.

Como boa parte de sua população desloca-se diariamente em movimento pendular para trabalhar em Porto Alegre, a cidade é considerada por muitos como uma cidade-dormitório. Entretanto, Canoas atrai pessoas de outros municípios por causa de seu centro movimentado, das muitas indústrias e das Universidades como a ULBRA, uma das universidades mais ricas e com maior número de estudantes do país, o UNILASALLE e a Ritter dos Reis.

O trabalho em rede das Organizações Não Governamentais (ONGs) do município de Canoas iniciou em 1997. A idéia foi fomentada pelas Assistentes Sociais da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Canoas logo após a Conferência Municipal de Assistência Social, que aconteceu no ano de 1996, cujo tema era “Redes Sociais”. Nesta época as reuniões eram mensais e tinham como objetivo o encontro das ONGs e a discussão de assuntos pertinentes a melhoria dos

atendimentos oferecidos a população canoense (Fonte: Assistente Social da Secretaria de Assistência Social).

Grande parte dos serviços de assistência social do município são oferecidos por ONGs que na sua maioria possuem convênio com a Prefeitura e recebem verbas através de contratos firmados entre as partes. Surge daí a importância e a tentativa de organização por parte da Secretaria de Assistência Social, de oferecer espaço para discussão dos problemas relacionados à oferta de serviços e a qualificação das instituições.

As reuniões eram mensais, aconteciam sempre no mesmo local, em prédio cedido pela Prefeitura e tinham a duração de duas horas. No ano de 2002 a rede é dividida em quatro setores, que correspondiam aos setores do município. A idéia era de que os setores divididos, poderiam ser melhor representados nos encontros e as “pequenas redes” estariam mais próximas da comunidade. Essas “pequenas redes”, eram compostas pelas ONGs do setor, independente do tipo de assistência prestada. As reuniões eram mensais e em locais escolhidos pelas ONGs participantes, mas de preferência no setor de origem. Eram discutidos assuntos pertinentes aos serviços prestados, que depois eram levados para o encontro mensal da grande rede, contando com a participação de todos os setores.

Em 2003, os encontros da rede foram encerrados, pois a secretaria de Assistência Social dedicou-se a estruturação da Rede “Cuidando Vidas”, que tinha como objetivo principal o atendimento a criança e ao adolescente.

Em 2004 a ONG Parceiros Voluntários ofereceu um curso de capacitação aos dirigentes das ONGs do município, e os participantes retomam a idéia da realização de encontros mensais nos moldes dos que aconteceram até 2002. Como resultado dessa mobilização e de maneira informal foi criada a rede social “Nós Voluntários”, que tem por objetivo a integração das ONGs do município de Canoas, como forma de fomentar a troca de experiências conhecimento e recursos, entre as ONGs, incentivando a busca de soluções conjuntas para a resolução de seus problemas. A Rede inova em alguns aspectos. Ela se propõe a articular todos os serviços

oferecidos à comunidade, atendendo, mensalmente, 9.630 pessoas em vulnerabilidade social, dentre as quais destacam: Deficientes Físicos, Mentais e Visuais; Crianças e Adolescentes; Gestantes, Doentes Renais; e Idosos. É composta por 23 ONGs e uma organização ligada ao Governo Estadual que oferece atendimento a crianças de famílias em vulnerabilidade social (anexo 1).

Tem como missão contribuir para a melhoria a qualidade de vida da população da cidade de Canoas e pretende ser uma instituição de referência em relação à integração social, capaz de propiciar a melhoria da qualidade de vida da população local, pautada nos seguintes princípios e valores: bem comum, solidariedade, participação, responsabilidade e assiduidade, trabalhar por objetivos comuns, aceitar a diversidade, ética, visão global, cooperação, separar profissional do pessoal.

O papel da rede é basicamente unir e inter-relacionar as partes para que estas fortaleçam, cada vez mais, os seus elos, atendendo com maior qualidade as reais demandas sociais. O trabalho em rede incentiva a crença de que os sonhos de igualdade, de garantia de direitos, de participação passam a se tornar reais a partir do trabalho de cada instituição, de cada conexão formada, de cada “nó” atado por cada um dos componentes do “Nós Voluntários”.

As atividades da rede estão divididas em: reuniões mensais para troca de experiências é o momento em que as ONGs da rede se encontram para troca de experiências, informações, materiais e, inclusive o trabalho dos voluntários. Muitas vezes as organizações não possuem voluntários específicos para determinada área e encontram na rede a possibilidade de obter esses profissionais. Cursos de Capacitação que tem o como principal objetivo o fortalecimento da Comunidade, fomentado por meio do desenvolvimento das competências de mobilização e gestão de suas ferramentas.

Está organizada em quatro equipes de trabalho que são as seguintes: de integração e motivação, marketing, capacitação e captação de recursos. Cada equipe é responsável em organizar pautas específicas e discutir as mesmas com o grande grupo.

A articulação em rede possibilita aos participantes da “Nós Voluntários” a troca de experiências e as atividades desenvolvidas até a presente data foram a elaboração do planejamento estratégico, a constituição do regimento interno, criação de logotipo e site da rede, além de reuniões mensais, cursos de capacitação, feiras de artesanato, fomento a uma rede de empresários, participação em eventos, apresentação da experiência em outros municípios.

Os cursos de capacitação visam instrumentalizar os dirigentes das instituições nas áreas de gerenciamento de pessoas, administração e planejamento, para que os mesmos tenham a oportunidade de criar dentro de suas instituições, ambiente favorável ao voluntariado e ao trabalho em rede. Tem também o objetivo de refletir a importância do papel dos dirigentes das ONGs e de capacitar a equipe técnica para a elaboração de projetos sociais, ampliando as possibilidades de captação de recursos.

As feiras de artesanato são espaços onde as instituições que possuem oficinas e produzem materiais tem a oportunidade de vender seu produto, oportunizando fonte de renda para quem faz e parte da sustentabilidade da instituição. A rede de empresas foi fomentada pela rede “Nós Voluntários”, onde participam quinze empresas interessadas em contribuir com a área social.

As atividades em desenvolvimento são: sustentabilidade da Rede, elaboração de projetos sociais viáveis e em parceria, construção de um site, capacitação dos dirigentes das ONGs participantes, fomento e apoio à rede de empresários e redes sociais de outros municípios.

A rede está organizada de forma descentralizada, respeitando as individualidades de cada organização participante. Desde sua criação tem valorizado o trabalho em parceria, apoiando a organização e realização de projetos conjuntos e a troca constante de experiências. Aproveitando os conhecimentos de cada um dos participantes, e incentivando a troca entre eles, a rede tem trabalhado no desenvolvimento e divulgação das iniciativas e dos trabalhos oferecidos por cada instituição participante, entre as quais a maioria presta atendimento de assistência social.

Atualmente a rede é formada por 23 organizações que possuem objetivos diferenciados, a Associação Vó Maria oferece atendimento de creche. O Projeto Criança Feliz e o Primeiro Infância Melhor atendem crianças, o primeiro em turno inverso ao da escola e o segundo bebês de até 1 ano de idade. A Associação canoense de Deficientes Físicos – ACADEF, tem o trabalho direcionado para o atendimento de pessoas com deficiência física, oferecendo reabilitação, cursos, recolocação profissional, etc. A Associação Renal em Ação – AREA presta acompanhamento aos portadores de doença renal crônica e seus familiares, oferecendo auxílio social, cursos e orientações gerais.

3.2 Conhecendo a rede “Nós Voluntários”

O caso específico trata de uma rede de ONGs que se articula com base em interesses locais, em torno de um projeto comum que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram no município. Rede, nesse contexto, assume o sentido de ser o resultado da agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, que no caso é a prestação de serviços. Pensar rede nesta perspectiva exige sintonia com a realidade local, com sua cultura e organização social, articulando as ações e proporcionando a interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção à comunidade, principalmente dos segmentos mais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.

No desenvolvimento da pesquisa realizou-se entrevistas com cinco instituições, a ACADEF, a Associação Criança Feliz, a Associação Lar da Solidariedade, a Associação Comunitária Mato Grande e a Parceiros Voluntários. Essas associações são reconhecidas no município, prestam serviços a comunidade e participam da rede “Nós Voluntários” desde a sua criação. Todas tem trajetórias que marcam a questão da luta por direitos sociais, como a garantia a saúde, os direitos das pessoas com deficiência, a questão da mulher, etc. As instituições são juridicamente formalizadas, possuem estatutos que orientam a forma de como deve ser o andamento das atividades.

O critério de escolha das instituições foi o de buscar instituições que oferecem serviços diferentes, e que estão em momentos diferentes. Duas das ONGs, a ACADEF e a Parceiros Voluntários atuam no município, tendo um reconhecimento da população. As outras três, a Associação Criança Feliz, Associação Lar da Solidariedade e Associação Comunitária Mato Grande, executam trabalhos localizados nos seus bairros e tem reconhecimento da comunidade.

A Associação Canoense de Deficientes Físicos – ACADEF é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, estadual e federal. Tem como missão “desenvolver, capacitar e ocupar o potencial da pessoa portadora de deficiência (PPD), na perspectiva da integração, da cidadania e qualidade de vida. ”

Atua no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos, articulando e realizando ações que desenvolvam as potencialidades da pessoa com deficiência física e outras minorias, garantindo seus direitos e liberdade, promovendo o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Possui sede própria totalmente adaptada, com 2.050 m² de área construída, dispendo de áreas administrativas e de atendimento ao público, salas de cursos, auditório, laboratórios de informática e alimentação, centro de reabilitação e dependências para eventos e convivência.

A ACADEF possui o diferencial de ser uma instituição formada, administrada e mantida pelo trabalho da pessoa com deficiência, possuindo uma gestão auto-sustentável, sem princípios assistencialistas. Os empreendimentos e programas desenvolvidos são sustentados pelos recursos provenientes de parcerias e prestação de serviços para a iniciativa privada e empresas públicas, além dos convênios com a Prefeitura Municipal de Canoas e Governo Estadual do RS.

O tipo de atividade desenvolvido pela instituição é o da habilitação e reabilitação. Através de uma equipe multiprofissional e intersetorial, os serviços e atendimentos são delineados para que a pessoa beneficiária alcance sua independência, dentro dos limites impostos pela deficiência ou incapacidade,

primeiro ajustando-se e aceitando-se a si mesmo e depois se integrando na sua família e na comunidade.

A ACADEF iniciou suas atividades há 12 anos, dentro de um quarto, na casa do atual presidente que tinha claro que o trabalho deveria ser pautado pela luta e garantia dos direitos dos deficientes e não só na questão assistencialista. A instituição foi crescendo, recebendo novos associados, criando cooperativas e oferecendo serviços para a comunidade, atualmente mantêm convênios com empresas como a REFAP e o IMETRO, que contratam funcionários através da seleção e acompanhamento da instituição.

A associação oferece para a pessoa com deficiência e outras minorias serviços gratuitos de assistência social, Passe Livre Municipal, Intermunicipal e Trensurb, treinamento e qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, atividades para o desenvolvimento de habilidades e convivência social e qualificação e capacitação profissional.

Para as organizações públicas e privadas, a instituição atua prestando serviços de terceirização de serviços administrativos/operacionais, através de contratação pela CLT, consultoria de recursos humanos para inserção de pessoas com deficiência e outras minorias nas organizações, treinamento e capacitação de profissionais para trabalhar com pessoas com deficiência e elaboração, implementação e execução de programas e projetos nas áreas de capacitação profissional, cultura, esportes, meio ambiente e saúde.

Executa cursos de qualificação profissional, prestando serviços para a Prefeitura Municipal de Canoas, Governo do Estado do RS e outras organizações, atuando na elaboração, implantação, execução e acompanhamento dos projetos e atua na área de qualificação profissional, delineando os cursos e outras atividades afins a partir das necessidades de seus beneficiários e demais clientes, através de pesquisas e acompanhamento das tendências do mercado de trabalho.

Na prática educativa, tem como proposta metodológica o desenvolvimento de habilidades, voltada para a competência do trabalhador, buscando o “aprender a

pensar”, que permite mais autonomia, maior capacidade de resolução de problemas, adaptação a mudanças, superação de conflitos, comunicação efetiva, trabalho em equipe, tomada de decisões e postura ética (fonte www.acadef.com.br).

O público beneficiado pela instituição é formado por pessoas com deficiência física, a partir de 14 anos de idade e com potencial laborativo. Os serviços prestados também abrangem demais minorias como negros, mulheres, pessoas com mais de 45 anos e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Atualmente a instituição possui cadastrados 3700 associados, sendo 70% pessoas com deficiência e 80% em situação econômica na faixa de carência à 1 salário mínimo.

A Associação Criança Feliz é uma instituição sem fins lucrativos que mantém projetos educacionais, entre eles atendimento de turno inverso ao da escola e um grupo de dança que proporciona uma vida melhor a mais de 80 crianças. Oferecendo as condições básicas para um desenvolvimento físico, emocional e intelectual sadios, através de atividades diárias, a instituição se empenha em aumentar cada vez mais a qualidade do atendimento oferecido e a quantidade de crianças carentes beneficiadas.

A associação é uma ONG focada no desenvolvimento de crianças e adolescentes que faz parte do terceiro Setor, foi fundada em 1999 idealizada por um grupo de amigos moradores do bairro Mathias Velho e tem como objetivo construir e manter um espaço para crianças filhas de mães carentes que trabalham.

Atende um total de 80 crianças na faixa etária dos 5 a 16 anos de idade incompletos, favorecendo o desenvolvimento integral, isto é, são oferecidas atividades educativas, acolhimento e acompanhamento, vídeos educativos, alimentação adequada.

A Associação Criança Feliz, está localizada numa das regiões mais carentes do município e atende crianças no turno inverso da escola. No início as atividades aconteciam dentro do salão da Igreja, junto com o clube de mãe e a Pastoral da Criança e no Centro Social Urbano. Com um ano de existência, passaram a atender no salão de festas da comunidade e depois conseguiram construir a sede atual.

Atualmente atendem em média 90 crianças, oferecendo aulas de reforço escolar, dança e esportes.

A sustentabilidade financeira da organização é garantida por intermédio de doações de pessoas físicas e jurídicas, realização de eventos, projetos, convênios com órgãos públicos e privados, doações, promoções e campanhas.

A Associação Lar da Solidariedade iniciou as atividades em 2001, começou com uma das coordenadoras atuais oferecendo cursos de artesanato para mulheres carentes na garagem da casa dela. Com o passar do tempo o trabalho foi crescendo e a instituição conseguiu uma casa e continuou oferecendo cursos de artesanato e atendimento as crianças filhas das mulheres que participavam dos cursos. Atualmente conseguiram uma sede, em regime de comodato com a Prefeitura, e continuam oferecendo os atendimentos, pensando em oferecer atividades para os adolescentes do bairro. A região atendida é uma invasão, que hoje tem uma população estimada em 3.500 pessoas.

É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos que atua no município de Canoas. Desde seu início esteve preocupada com a questão da mulher e das famílias em vulnerabilidade social. A Organização conta com voluntários, responsáveis pelas oficinas e a realização de palestras.

As famílias atendidas são as que possuem crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos em vulnerabilidade social e renda baixa. As participantes do projeto recebem acompanhamento da assistente social, participam de cursos de artesanato, recebem doações de alimentos, roupas e calçados e fazem lanche nos dias em que estão na instituição. A Associação também oferece oficinas de capacitação profissional e geração de renda. O atendimento é extensivo às crianças. Enquanto as mães estão participando das oficinas, as crianças recebem recreação e reforço escolar.

A sustentabilidade da instituição também se dá via doações de pessoas físicas e jurídicas, projetos e convênios com o poder público e instituições privadas.

A Associação Comunitária Mato Grande, é uma associação de bairro que iniciou seu trabalho reconstruindo o centro comunitário do bairro e oferecendo novos serviços e novas possibilidades para a comunidade. Atualmente mantêm convênio com o Posto de Saúde do bairro e muitas atividades relacionadas à saúde são realizadas no espaço da associação. Estão em desenvolvimento atividades como projeto Agita (ginástica), palestras sobre diabetes, hipertensão, etc., Educar para Crescer (lutas marciais), artesanato, entre outros.

A Associação é composta pelos moradores do local e tem como objetivo manter uma relação de convívio melhor entre si, incentivar auxílio mutuo e promover medidas preventivas que beneficiem o bairro é uma organização que visa construir uma comunidade confortável de se viver realizando diversas atividades cooperativas na qual todos possam se relacionarem e familiarizarem de uma forma prazerosa e divertida.

É uma entidade sem fins lucrativos e apartidária, que tem por objetivo promover a amizade, a comunicação e a cooperação entre os moradores e amigos do bairro Mato Grande, visando a defesa e promoção de seus interesses.

A Parceiros Voluntários é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, apartidária, criada em janeiro de 1997 por iniciativa do empresariado do Rio Grande do Sul, com a Missão de estimular, captar, qualificar e encaminhar voluntários à comunidade gaúcha, para promover a cultura do voluntariado organizado.

Partindo da crença de que toda pessoa é solidária e um voluntariado em potencial, a Parceiros Voluntários esta presente no Rio Grande do Sul, multiplicando, através de milhares de voluntários, seus conceitos e seus conhecimentos em benefício das comunidades onde atua (www.parceirosvoluntarios.org.br).

Tem como visão desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado e como missão promover, ampliar e qualificar o atendimento às demandas sociais pelo trabalho voluntário, visando à melhoria da qualidade de vida no Rio Grande do Sul.

A Parceiros Voluntários oferece cursos de formação que tem como objetivo aportar o conhecimento, metodologias e recursos sobre voluntariado organizado. As atividades da Formação estão diretamente relacionadas à ampliação do Movimento de Voluntariado, por intermédio do fortalecimento da Rede Parceiros Voluntários, buscando articular, mobilizar e apoiar as comunidades envolvidas, através de capacitações, seminários, formação de consultores sociais, execução do Programa de Desenvolvimento do Terceiro Setor e reuniões estaduais de sua Rede.

A organização surgiu com a intenção de organizar a questão do trabalho voluntário. Em Canoas é a instituição que proporciona aos dirigentes das instituições, cursos sobre liderança, projetos, captação de recursos, entre outros, além de divulgar e organizar o trabalho voluntário, que está presente em todas as instituições participantes da rede.

A Unidade de Canoas foi uma das primeiras a serem implantadas, num total de 63 municípios, em todo o Estado, que hoje fazem parte da rede Parceiros Voluntários. Lançado oficialmente em Canoas, em 1999, com o apoio da CICS e empresários locais, o Programa tem oportunizado o encaminhamento de recursos humanos a entidades sociais carentes. A unidade apóia, também, duas redes criadas por iniciativas das organizações locais, a Rede Nós Voluntários e a Rede Social Empresarial.

O emprego da metodologia de análise de redes sociais, aliada à leitura qualitativa permitiu reunir elementos que apontam para o entendimento de como se dá a mobilização de recursos, quais são as estratégias de organização e ação e se existem efeitos multiplicadores na rede social “Nós Voluntários”.

A amostra realizada demonstra que em relação à mobilização de recursos das organizações participantes da rede, todas recebem doações de empresas e três tem convênio com a Prefeitura, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e assistência social. Esses convênios são denominados parcerias e funcionam como parte dos serviços que deveriam ser oferecidos pelo poder público e não são, as instituições então oferecem o atendimento como fica claro no seguinte depoimento: “eu sei que vocês (poder público) deveriam estar oferecendo este tipo de produto, nós temos condições, vamos fechar uma parceria (pessoa 1)?”

Também fica claro que todas as instituições contam com doações da comunidade e das empresas da região. Contam também com o trabalho dos voluntários, tanto no desenvolvimento dos projetos, quanto na construção, execução e desenvolvimento de obras relacionadas à instituição. Uma das instituições que oferece aulas de dança e ginástica tem convênio com a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, e assim não tem gasto com o pagamento de professores. As instituições acabam envolvendo a comunidade nos trabalhos, como aparece na entrevista da pessoa 2, quando ela refere que a comunidade ajudou a reformar a associação e que em troca eles podem fazer uma festa e dividir o lucro. Segundo a pessoa 2, o trabalho é de mão dupla, “eu não peço ajuda ou quero as coisas, mas eu dou também, precisa fazer alguma coisa, ai eles me ajudam, depois que eles fazem um baile, fazem uma festa e dividem o lucro entre eles, então, sem problema nenhum, então dá para a gente fazer muita coisa, o que é, é o espírito comunitário né.”

Em relação às empresas, elas podem ser grandes como uma empresa de ônibus ou a REFAP ou até mesmo um mercadinho que contribui com alimentos, o modo que essas doações são buscadas é que diferencia as instituições. Das cinco entrevistadas, quatro fazem o trabalho indo nos locais ou telefonando, ou seja, solicitam a doação de forma mais informal. Uma das instituições, busca as doações e parcerias de forma mais formal, tem como principal forma de solicitação os projetos sociais, concorrem a verbas em valores altos e não só de assistência social, por exemplo a instituição tem dois grandes convênios, um com a REFAP e outro com o IMETRO, relacionados a prestação de serviços. A instituição A. forma profissionais, que são pessoas com deficiência e seus familiares, que prestam serviços nas empresas citadas, “então a gente tem na REFAP 15 funcionários, tendo a possibilidade de ter até 20, no IMETRO a gente tem quase 100. O serviço que a gente presta é como se fosse uma empresa mesmo. Tem uma seleção, um acompanhamento de funcionários, solução de algum problema, pagamento de folha (pessoa 1)”.

Os recursos desta instituição vem da prestação de serviços, e os projetos são auto sustentáveis, ou seja, cada projeto tem que ter parcerias para se manter, através de convênios onde são estipulados valores que sustentem parte do projeto.

A PV tem outra forma de buscar recursos, por ser uma instituição consolidada, os recursos provêm de empresas mantenedoras e tem como princípio não fazer convênios com o governo, “a metodologia da PV propõe que seja com empresas, associadas com a Câmara de Indústria, então que apoiou também dando a infra estrutura e as empresas, hoje são 27 que nos apóiam com recursos financeiros ou com algum tipo de serviço (pessoa 5)”.

A rede é composta por instituições, que se estruturam de formas diferentes, enquanto uma busca os recursos batendo na porta do possível doador, outras tem convênios com grandes empresas e outras recebem recursos de mantenedoras, mas todas conseguem conviver no mesmo espaço e buscam qualidade de vida para seus atendidos pensando na melhoria do município. A experiência demonstra que existe uma troca, aquelas instituições que estão mais estruturadas tentam repassar para as outras essas formas de trabalho e as associações mostram a importância do trabalho comunitário, como fica claro no depoimento da pessoa 1:

“claro que eu vejo que cada instituição tem um momento e por isso eu acho que a rede tem benefícios diferentes para cada instituição. A A. já tem uma história bem profissionalizada, vamos dizer assim, então ganho com a rede, é muito assim ó, de contato, com as outras entidades, de contato, de conhecimento, e também de disponibilizar, até para tentar ver que o papel da rede era esse, de apresentar a rede em outras redes ou até outras instituições que querem conhecer. Então a rede, na realidade, ela é mais uma rede de relacionamentos, para a associação, para nós. Claro que eu deixo bem claro, tem outras instituições que a rede tem sido fundamental porque ta se profissionalizando, porque ta ajudando a ver novos recursos, ta abrindo novos recursos, novos caminhos, eu vejo que a A. não é bem ai o ganho, é mais nos relacionamentos, acho que de mostrar também...de abrir as portas mesmo”.

Em relação à base social e cultural dos participantes da rede, dos entrevistados, dois possuem curso superior, ambos em administração, três tem nível médio. Uma das entrevistadas tem intenção de fazer um curso superior. A diversidade apresentada na rede é grande, por exemplo, além do nível educacional, uma das entrevistadas vem da sociedade, de uma família que até pouco tempo não tinha preocupações com o social e hoje ela é a presidente de uma associação. Percebe-se também que a questão do assistencialismo está sendo descartada, tanto

pelos serviços oferecidos quanto à construção e manutenção das instituições. Os participantes dos projetos além de ganhar um benefício são orientados a fazer cursos, são encaminhados ao mercado de trabalho, são incentivados a viver o espírito comunitário, etc.

As observações e entrevistas permitem supor que o grupo está unido de forma que quando surgem concursos de projetos, se organizam para construírem seus projetos, aqueles que já tem mais conhecimento ajudam os outros, por exemplo, algumas instituições não possuem computadores, a que tem emprestam. Outro exemplo é o da padaria-escola, conforme relata a pessoa 2:

"Então temo projeto da padaria escola, o projeto foi feito em conjunto com a comunidade toda, participaram primeiro para escolher o que eles queriam, segundo, a pesquisa, quantas pessoas, todas as coisas assim, ai nós ali no Mato Grande, vimos a S (pessoa 4) lá, trabalha com adolescentes, que depois dos 14 anos precisam de uma profissão, então para virem também, os adolescentes de lá fazerem cursos, certo, ali na nossa padaria, então a gente vai colhendo a amizade de todo mundo, então eles também vem de lá, vem para nos ajudar a fazer as coisas na nossa associação, porque? Porque nós somos não somos fechados, porque a cidade na realidade, funciona como um todo, certo, então eu vou melhorando esse bairro aqui, o outro vai seguindo o exemplo, melhorando lá".

Quanto à estratégia de organização a rede "Nós Voluntários" está instituída formalmente, possui um site (www.redenosvoluntarios.org.br) e uma logomarca que representa os vários nós interligados (anexo 2). As reuniões mensais são descentralizadas, ou seja, acontecem a cada mês em uma das organizações participantes, isso proporciona que os trabalhos desenvolvidos sejam conhecidos por todos. Geralmente no fim da reunião, a instituição que está organizando a reunião oferece um lanche, caso não tenha condições os participantes combinam e levam lanches, isso fica claro na fala da pessoa 4:

[...] as reuniões que acontecem cada mês, ser numa entidade, isso faz com que quebre aquela coisa, ai, a entidade tal é assim, assado, mas isso fica só na minha cabeça, ai no momento que eu vou lá, eu vejo que as vezes muitas coisas que eles estão passando, a gente ta passando também. Então eu acho que eles conhecem o nosso trabalho, assim como a gente ta conhecendo também o trabalho deles dentro dessa rede e a gente já provou na prática que quando a gente trabalha unido, ninguém segura, o exemplo, o baile que a gente fez, das atividades que estão

saindo ali na Inconfidência, mesmo poucas entidades participando, mas a gente tá lá presente, né, e eu acho que outros exemplos da rede no Diário de Bairro, também, que as entidades, também, a rede tá presente, eu acho que tá dando algum fruto, já né.

A rede não tem uma participação efetiva nas decisões políticas do município, e uma das exigências de participação é de que os representantes das instituições não exerçam cargos políticos. Fica claro que, mesmo não tendo uma participação efetiva, em muitos casos são elas que efetivamente levam à prática muitos serviços de assistência social que até a pouco tempo eram oferecidos pelo poder público. Conforme declarado pela pessoa 4, ainda não chegou o momento da rede participar ativamente das decisões políticas,

"eu acho que ainda não chegou nessa parte ainda, mais ampla, no meu ponto de vista, da rede. A gente manteve contato com o COMDICA, que é ligado a prefeitura, é ligado as entidades, a gente aprendeu melhor como é o funcionamento da documentação, as coisas, e eu acho que agora a gente tá tendo um melhor resultado com a praça da Inconfidência, onde a gente tá presente nas reuniões, né, eu acho que é a infraestrutura, Secretaria, não sei qual secretaria, mas...e aos poucos eles estão reconhecendo o trabalho da rede, né, mas nós como rede, lá diretamente, acho que a gente não tem grande participação, assim. Eu acho que isso é uma conquista que vai aos poucos, a gente vai chegando, já chegamos ao COMDICA, amanhã ou depois, nós estamos em todas as secretarias.

Existe também a questão da participação via convênio, que fica destacado na fala da pessoa 3: "bom a rede é composta por instituições que às vezes tem convênio, a Prefeitura diz que gosta da idéia da rede, nunca tivemos problemas. Acho que eles gostam por que nós atendemos aquelas pessoas que eles deveriam atender".

Na rede, existem os grupos de trabalho e todos os conflitos e impasses são resolvidos pelo grande grupo, não existe uma pessoa chave, ou um coordenador que tome as decisões. Os entrevistados concordam que a relação entre as instituições é boa, que estão sempre juntos se ajudando, conforme fica claro no seguinte depoimento: "Acho que as pessoas que vão na rede trabalham mais unidas, são mais solidárias e o trabalho fica mais tranquilo. A união também ajuda quando pensamos em fazer projetos juntos, fica mais fácil (pessoa 3)".

Em relação à questão da dependência de uma pessoa ou organização, percebe-se que os entrevistados tem uma ligação muito forte com a ONG Parceiros Voluntários. Praticamente todas referem a importância desta ONG, no sentido da mesma ser articuladora e incentivadora da rede. A representante da ONG relata se considerar a facilitadora, conforme relato:

Bom, eu vejo assim, que o pessoal tem muito respeito pela Parceiros, até porque todas as conveniadas, as organizações, um dos critérios no nosso regimento interno é de que as organizações que fazem parte da rede sejam conveniadas a Parceiros, então eu vejo que as entidades, entre elas, ainda tem um sentimento, assim, de competição, mas com relação a Parceiros tem um respeito bastante grande, até por que eu coordeno a rede, onde eu sou a facilitadora ainda, então eu vejo assim, que tem aquele respeito (pessoa 5).

Percebe-se que mesmo com todas as tentativas da construção de uma organização não hierarquizada, esse papel de coordenador existe. A diferença está na questão de que a pessoa que coordena tem a intenção de trabalhar para que a rede siga seu caminho de forma leve e participativa. Todo o trabalho é orientado para atingir objetivos como: construção de projetos sociais comuns e viáveis, articulação entre os participantes, troca de informações, garantia de direitos e promoção da cidadania. A pessoa 5 faz parte de uma instituição que promove o trabalho em rede, proporcionando que a mesma tenha mais disponibilidade de participação e articulação.

A maior dificuldade apontada é do pouco tempo disponível para a participação, os entrevistados deixam claro que gostariam de poder participar mais, “[...] fico triste quando não posso ir na reunião, mas as vezes não consigo, temos tanto trabalho que quando vejo já passou a hora. Mas como te contei, sempre telefono pra saber o que foi discutido (pessoa 3)”. Outra entrevistada relata que gostaria de participar de todas as reuniões e acredita que a sua instituição poderia colaborar mais, levando a experiência e a vivência, apresentando para as outras instituições outras possibilidades de organização.

Além do tempo, a pessoa 2, relata que algumas instituições participam da buscando ganhos particulares, ainda não conseguem pensar na importância da

união, “querem coisas prontas, pratos feitos, se trabalham com artesanato, querem um local, aonde eles cheguem lá, e vendam todos os artesanatos no dia, botam o dinheiro no bolso e vão embora, isso não existe”. Outras instituições tem a diretoria muito fechada, e mandam um representante que não entende da rede, e eles não tem autoridade nem liberdade de decisão de implementar novas idéias, propor coisas novas conforme relato da pessoa 2. Por outro lado, uma das entrevistadas acredita que essas pessoas acabam se distanciando da rede e os que ficam acabam entendendo a importância do trabalho.

Em relação às conquistas obtidas pelas instituições com a participação na rede, todas relatam que obtiveram coisas positivas. A pessoa 5 relata que a sua instituição não obteve ganhos materiais, que é algo que acontece na rede, mas acredita que o ganho maior foi na gestão do voluntariado que é o seu foco de trabalho. Os participantes realizam trocas, não só de materiais, mas também de conhecimentos técnicos, que em muitos casos são oferecidos por voluntários. Outra questão que ganha destaque nos depoimentos é a importância de saber o que as outras instituições fazem, que tipo de trabalho oferecem, é o espaço onde são discutidos assuntos importantes para a instituição e para a comunidade, e isso ajuda a melhorar a vida das pessoas.

As organizações, além de trocarem informações, trocam também objetos materiais, conforme relato da pessoa 3: “se eu tenho aqui no L. uma máquina que não uso mais, dou para uma instituição que está precisando, só fico sabendo que disso porque vou lá na reunião.

Todas as entrevistadas pontuam que o maior benefício que obtiveram com a participação na rede é a visibilidade que as organizações ganharam, relatam que não eram conhecidas, faziam seus trabalhos e eram conhecidas somente naquele local.

“Ah, lá para nós foi assim uma grande abertura, porque a gente fazia o nosso trabalho lá na vila e é tipo assim, a gente só ia fazendo, não tinha planejamento, ninguém nos conhecia (pessoa 4)”. A rede proporcionou que os trabalhos fossem reconhecidos fora do local de atuação e foi o exemplo de organização seguido pelos

empresários do município. Atualmente, a rede de empresários organizada nos moldes da “Nós Voluntários”, patrocina alguns projetos sociais, um deles é o recolhimento de brinquedos que são distribuídos no natal, todo o processo de coleta é organizado pela “Nós Voluntários”, a rede de empresários forneceu um ônibus e toda a parte logística do projeto.

Quanto ao efeito multiplicador, observa-se que as organizações participantes da rede, tentam trabalhar de forma democrática, e buscam construir algo diferente do que existiu até então: “Uma entidade ajudando outra, tem coisas que eu não uso na minha entidade, mas tem outra que necessita, então a gente...isso tudo dentro da rede, que a gente já começou a fazer esse tipo de troca, porque a rede é exatamente para trabalhar com uma visão diferente, daquilo que fazia até então, porque o resultado era mínimo...e os resultados que nós estamos tendo agora são fantásticos (pessoa 2)”.

Essa é a imagem dominante da rede e que representa uma nova figura de poder:

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisões; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos. [...] a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder (Martinho, 2003, p. 57).

Conforme os depoimentos pode-se supor que mesmo existindo tensões internas na rede, como opiniões diferentes, forma de participação mais e menos constante, o antigo modelo de fazer política ainda está presente, aparentemente o grupo está construindo um novo modelo, fica claro nos relatos, que uma das dificuldades é o tempo, todos gostariam de participar mais, percebem quais instituições querem participar de verdade, e quais só querem tirar proveito, e uma das entrevistadas diz que essas não permanecem por muito tempo.

De acordo com os depoimentos, a rede “Nós Voluntários” possui um propósito unificador, que é o espírito da rede, é o que une as instituições em torno de uma causa comum – melhoria da qualidade de vida da comunidade canoense. Os

participantes possuem independência, são motivados a desenvolver talentos individuais e diferentes, é o equilíbrio entre a independência de cada participante e a interdependência cooperativa do grupo que dá sustentação à rede. Os componentes ou nós participam da rede de forma voluntária, podendo trabalhar em projetos que os ajudem a cumprir seus objetivos pessoais e organizacionais. E por fim a rede não se organiza em torno de um “chefe” e sim de líderes, que é a pessoa que assume e mantém compromissos, mas que também sabe atuar como seguidor – deixa ser liderado. Como cada participante pode levar seus talentos à rede, estes são utilizados para a solução de problemas trazidos pelo grupo.

Conforme Melucci (2001), a rede:

Trata-se de uma estrutura “submersa”, ou melhor, de latência; cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida cotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana (p. 97).

Estudar redes significa observar que os indivíduos são dotados de recursos e capacidades propositivas, que organizam suas ações dentro dos seus espaços e conseguem transpor seus pensamentos, saindo do local e indo ao global. Outro ponto importante que fica evidenciado com a pesquisa é de que a análise do material valorizou os padrões de relação dos indivíduos, e não somente atributos que os definem enquanto atores, independentes do contexto que estão inseridos.

As redes podem ser vistas como uma alternativa, pois como já foi discutido nos capítulos anteriores a sociedade está em busca de melhorias. Os movimentos sociais foram um tipo de ação coletiva orientada a mudança e dão origem as organizações, os partidos e as associações, que a partir de uma consciência de grupo e de afinidades encontradas por indivíduos que estão submetidos ao mesmo tipo de pressão social ou que enfrentam as mesmas dificuldades se organizam.

Os movimentos sociais passam por mudanças no seu perfil, saindo da reivindicação da esfera da produção e do trabalho, partindo para a reivindicação das melhorias das condições de vida da população. “Essa nova face dos movimentos os caracteriza como ações de exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como lutas pela ampliação do acesso político e aos benefícios do desenvolvimento econômico (Marteleto, 2001, p. 73)”.

Essa nova fase valoriza a participação cidadã, na medida em que nasce da convicção de indivíduos agrupados que não decorre de uma estrutura única. Não busca converter pessoas, nem formar militantes e não tem como objetivo a conquista do poder do Estado. O que existe é um sentimento de compromisso, solidariedade e responsabilidade.

Na análise empreendida neste trabalho, o enfoque das redes é empregado para uma leitura das mudanças que vem ocorrendo e das formas de mobilização que as organizações tem encontrado. A partir dos movimentos sociais nasceram as ONGs, que trabalham em muitos casos com temas próprios, como criança, mulher, etc. Essas ONGs sentiram a necessidade de se articular, não num grande movimento, mas em rede, unem seus nódulos e buscam soluções de forma abrangente, discutindo todas as questões, como é o caso da “Nós Voluntários”, onde estão presentes ONGs dos mais variados segmentos.

A rede organiza um novo conjunto de ações e representações que conformam um campo de intervenção social em que se percebe a importância do conhecimento prático de cada um dos atores, para a compreensão da realidade vivida pela instituição participante. Esse conhecimento prático é parte integrante do mecanismo social de qualquer trabalho ou atividade e está ligado à ação.

O estudo das redes coloca em evidência uma realidade social que ainda é pouco explorada, organizado por indivíduos, que possuem recursos e capacidades propositivas, que organizam suas ações nos próprios espaços em função de socializações e mobilizações sugeridas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo de uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora do de seu espaço, nas interações com o Estado, a

sociedade ou outras instituições. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo, em muitos casos a rede como intermediária.

O trabalho em rede fortalece a sociedade civil e aparece como uma alternativa mais aberta aos problemas sociais e a reelaboração de novas formas de relação entre a sociedade e o Estado. Para isso, é necessário levar em conta a visão das pessoas e coletividades sobre os seus problemas, bem como sobre as soluções que constroem.

Pode-se dizer que as redes de movimentos são uma nova forma de abordagem dos movimentos, que ajuda visualizar novos espaços de mobilização e novas formas de se movimentar, de novas ações coletivas que facilitam o entendimento dos seus significados políticos e culturais. Conforme Scherer-Warren, as redes tem proporcionado a seus participantes,

[...] alargarem sua visão cotidiana original e a descartarem os remanescentes de seu sectarismo restritivo, se ramificarem em várias direções e juntarem forças em frentes unificadas de ação... Trata-se de passar da análise de organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação dessas organizações, nas redes de movimentos (p. 22).

A criação e o desenvolvimento de redes é um grande passo para desenvolvimento social do país. Potencializar o impacto social já gerado pela atuação das organizações da sociedade civil através da colaboração em redes organizacionais, significa a tentativa de promover o surgimento de um país mais justo e preparado para enfrentar as mudanças e desigualdades impostas pelo processo tecnológico e globalizante da sociedade.

A importância da análise de redes está relacionada a discussão sobre novas formas e alternativas da sociedade se organizar e dar respostas as transformações da vida social. Uma definição de rede é dada por Scherer-Warren (1993):

Interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades

comuns, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos (p. 5).

O que tem levado a busca de novas alternativas, e uma delas as organizações em rede, é o modelo capitalista neoliberal que suprime e fragiliza as mediações que garantem as liberdades públicas e privadas, na medida em que propaga:

[...] a) a concentração dos recursos materiais e a exclusão das maiorias; b) o controle hegemônico do poder político pelos segmentos que controlam o capital, virtualizando cada vez mais a democracia; c) a saturação de informações e a fragilização da autonomia crítica da sociedade; d) uma moral individualista centrada na vantagem privada (em que as relações sociais ficam subordinadas ao mercado) e que renega a promoção da liberdade alheia, quando esta não contribui, ainda que imediatamente, para a realização do acúmulo de riqueza dos grandes agentes econômicos sob a ordem neoliberal (Mance, 2001, p. 185-186).

Em contrapartida a essa realidade, os segmentos da sociedade civil, passaram a se organizar e nas últimas décadas inúmeras práticas de solidariedade expandiram-se a nível mundial, integrando-se em movimentos e lutando por liberdades públicas privadas e pelo acesso a condições reais de exercê-la.

A partir delas - considerando-se o que começa a emergir em sua consistência complexa de rede -, podem vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos, afirmando a construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que, organizando-se em colaboração solidária, tem o potencial de dar origem a uma nova civilização, multicultural e que deseja a liberdade de cada outro em sua valiosa diferença (Mance, 2001, p. 186).

Pensando neste contexto, as redes são um processo real e que tem como proposta a busca de alternativas para o mundo e está centrada na conexão das mais variadas organizações populares da sociedade civil, como ONGs, sindicatos, associações, etc.

Segundo Scherer-Warren (1999), novas formas de auto-organização e de relacionamento tem sido propostas pelos atores sociais, principalmente aqueles que

tem interesse em construir processos baseados na ação coletiva. Uma dessas formas são as redes que tem como propostas ser mais horizontalizadas, respeitando a diversidade cultural e o pluralismo ideológico, além de conectar o local com o global.

Por outro lado, diversas estruturas organizacionais que se apresentam com o nome de rede definitivamente não o são em função de sua arquitetura vertical, da decisão centralizada e de seu perfil não-participativo e autoritário de gestão. No caso em questão, mesmo existindo uma certa dependência de uma coordenação, a participação é incentivada.

No caso da “Nós Voluntários”, percebe-se que existem tentativas da realização de um trabalho dentro dos moldes de uma rede, mas a questão da participação popular, tema amplamente discutido, mostra que mesmo que o Brasil seja um país democrático, as comunidades ainda mantêm uma certa dependência de instituições mais organizadas como é o exemplo da Parceiros Voluntários.

Percebe-se que já existe uma mudança de cunho político, onde as instituições se organizam com recursos próprios, de doações e projetos. Mas para obterem esses recursos, precisam mostrar que desenvolvem um trabalho sério e comprometido com a questão social. A idéia foi disseminada, e conforme os depoimentos, foi aceita, resta saber se os participantes conseguiram se desvincular da dependência existente e conseguiram atingir os critérios teóricos de uma rede.

A rede social “Nós Voluntários”, surge num município marcado por questões importantes, onde a riqueza e as possibilidades existem por ser possuir um grande parque industrial e isso atrai pessoas que tem a intenção de arrumar emprego e ter um salário digno. E por outro lado essas industrias não conseguem absorver toda a mão de obra disponível, que indo ocupar espaços nos arredores da cidade e acabam criando uma parcela da população que fica a margem da sociedade e em vulnerabilidade social.

Por esses motivos, Canoas apresenta uma história de lutas e conquistas sociais, contando com a participação de instituições, que em muitos casos iniciaram seus trabalhos de forma ingênua e hoje tem reconhecimento a nível nacional, como é o caso da ACADEF, instituição referência no atendimento a pessoas com deficiência e seus familiares.

Construir uma sociedade melhor e mais justa talvez seja o elo que ligue as organizações da rede, claro que algumas ainda tem o pensamento voltado para a questão do assistencialismo, outras buscam a garantia de direitos, mas todo trabalho tem sua validade quando a intenção é proporcionar uma melhor qualidade de vida para a sociedade. A rede além de unir os nós, proporciona que as instituições troquem suas experiências, como fica evidenciado nos depoimentos das pessoas 1 e 5, que são as representantes das organizações mais estruturadas. Elas acreditam que podem contribuir levando um pouco do conhecimento que adquiriram e também ganham no sentido de perceber que o trabalho comunitário é importante.

O trabalho nasceu em um espaço informal, quando alguns líderes comunitários e representantes de associações concordaram que seria interessante trabalharem juntos. A teoria reforça essa questão, conforme Marteleto (2001) é,

Nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização sócio-global, nacional, regional, estadual, local, comunitário. Independentemente das questões que se busca resolver, muitas vezes a participação em redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões (p 73).

A trajetória da formação da demonstra que o grupo resolveu se organizar e aproveitando as possibilidades de encontros que já vinham acontecendo via a Parceiros Voluntários, a questão era de oficializar o trabalho, achar um nome e continuar a caminhada que já dura 3 anos. Ficou evidente que uma das dificuldades apontadas é de que algumas instituições não tem o espírito coletivo tendo a participação pautada em interesses particulares, ou de que não dão a devida

importância a participação, mandando representantes que não tem poder de decisão ou que não tem interesse em participar.

Os integrantes da rede participam de forma voluntária talvez essa seja uma das razões mais simples da capacidade da rede trabalhar sem hierarquia: fica evidente nas entrevistas que as pessoas participam da rede porque assim desejam, não são obrigadas a fazê-lo; decidem compartilhar do projeto coletivo porque acreditam e investem nele.

Nesse aspecto, as redes estão próximas dos outros tipos de organizações baseados na ação voluntária, no caso específico, talvez seja esse o motivo que criou esse laço com a Parceiros Voluntários. Assim como nas organizações da sociedade civil, a rede sustenta-se numa lógica da participação baseada no livre exercício da cidadania e em vínculos de solidariedade estabelecidos de forma espontânea.

Outro elemento importante é a gratuidade, pois ela demonstra que não é a lógica da troca econômica que orienta as relações no interior da rede. Isso fica claro quando as entrevistadas falam sobre a troca de materiais e de conhecimento. E a gratuidade fornece as bases para se compreender o espírito de cooperação que rege o trabalho. Pode-se dizer que a gratuidade por não se encaixar em nenhum conceito do mercado, acaba sendo condição para a participação na rede.

A expressão voluntária, baseada na vontade livre e condição para integrar a rede é expressão de autonomia. Fica claro quando as entrevistadas relatam que gostariam de ter mais tempo para participar, e que gostariam de poder se dedicar mais à proposta de trabalho. Elas estão participando forma voluntária, exceto as representantes da ACADEF e Parceiros Voluntários, que vão a reunião e horário de trabalho, mas que mesmo assim participam de outras atividades fora do horário de trabalho, como as festas e encontros. Percebe-se que a estrutura é horizontal, onde as ações do grupo são dirigidas e decididas por eles. Existe autonomia e as conexões se acontecem de forma não-linear e imprevisível, conforme a vontade, o interesse ou a decisão de cada um dos nós. O exemplo foi a escolha do logotipo da rede, os participantes pensaram em desenhos, apresentaram na reunião e escolheram um

que atendeu a todos, sendo que durante o processo de escolha foi feita uma junção das várias propostas.

O trabalho em rede depende da ação autônoma de cada um, depende da participação ativa, sem a qual nenhuma iniciativa vai adiante. O grupo resolveu que iria organizar o baile de debutantes, depois que a decisão foi tomada e aceita, as instituições de organizaram de forma que o baile aconteceu na data e da forma prevista. Tem-se que ressaltar que nem sempre as instituições aceitam e concordam com tudo, ou tem disponibilidade de participar de todas as atividades. Para solucionar essa questão existe o respeito à autonomia de seus integrantes, baseados em pactos estabelecidos por todos.

A preservação da autonomia orienta o funcionamento e os relacionamentos no âmbito da rede. Na medida em que os integrantes da rede são diferentes e trabalham com causas diferentes, o fundamento do modo horizontal de cooperação é o respeito à diferença.

A comunicação exerce grande influência sobre a rede, a forma as informações são repassadas deve ser dinâmica, não pode ser de mão única e a distribuição deve se dar de forma descentralizada. Na rede “Nós Voluntários” a comunicação acontece via um boletim informativo que é encaminhado pelo correio para todos os participantes da rede. As informações são repassadas conforme o que foi discutido na reunião e também conta com uma parte de informes gerais sobre possíveis doações, festas, promoções, etc.

CONCLUSÃO

O tema redes sociais ainda é desafiador, pois não existe um conceito e sim vários conceitos que abrangem as áreas do conhecimento. A trajetória apresentada no trabalho buscou fazer um resgate das questões sociais brasileiras, na tentativa de entender a importância da organização da sociedade civil, tendo a rede como uma possibilidade.

Constata-se no decorrer do estudo que a questão social sempre existiu, desde os mais antigos tempos pessoas eram colocadas a margem da sociedade de alguma forma e grupos se organizavam para defender os direitos dos excluídos. No Brasil temos como exemplo a questão da escravidão, que durante muitos anos foi utilizada por parte da sociedade e abominada por outra que já tinha em mente a questão da liberdade e dos direitos das pessoas.

Uma das causas do aumento da exclusão social foi à má distribuição de renda, o desemprego, a fome, o progresso tecnológico e a globalização. Grande parcela da população não conseguiu acompanhar o ritmo do progresso e acabou ficando excluída, marginalizada. Quando consegue emprego a remuneração não é compatível, muitas pessoas vivem na extrema pobreza, bairros são criados distante dos centros das cidades, espaços são invadidos por pessoas que não tem onde morar, e em meio a essas dificuldades cidadãos se organizam em grupos para buscar uma alternativa que ofereça uma melhor qualidade de vida a esses cidadãos.

No Brasil, a questão já foi vista como caso de polícia, onde os “pobres”, ou seja, aquelas pessoas que não tinham emprego e salário eram consideradas fora da lei. Depois chegou a fase do desenvolvimentismo, o governo tinha preocupação com a modernidade, a verba pública era empregada em grandes obras que demonstravam a imponência do país. Com a ditadura militar, a situação toma outro rumo, onde o país adquire dívidas exorbitantes e o desenvolvimento continua acontecendo, mas concentrado eixo Rio-São Paulo.

A massa de excluídos sem poder contar com a ajuda do governo começa a se organizar e a lutar por direitos básicos, como saúde, emprego, moradia, etc. As lutas sociais crescem, imigrantes chegam ao Brasil trazendo idéias e experiências novas que somadas ao sofrimento do povo são o impulso que faltava para que os movimentos sociais comecem a tomar corpo e garantir seu espaço junto à sociedade.

A trajetória de lutas culmina na elaboração de Leis que garantem direitos básicos à parcela excluída da população, mas isso não significa que as questões sociais estão resolvidas, ao contrário, novas questões surgem, agora com outro enfoque, não são só a fome, a miséria, o desemprego fazem parte das discussões dos movimentos sociais. Questões referentes à etnia, a mulher, a criança, o idoso, o respeito à individualidade e as identidades, a garantia de participação na esfera pública entram em pauta e Leis são formuladas para garantir justiça e ampliação de direitos a essas camadas da população.

A existência de mobilizações sociais é constatada em toda a história do Brasil, mas é no período da transição democrática que o tema começa a ganhar maior destaque. É nesse período que surgem vários movimentos sociais que lutam por direitos específicos, necessidades especiais básicas, cidadania e participação política.

A partir dos anos 90, os movimentos sociais concentram-se nas questões éticas e reivindicativas, que se tornam ações solidárias, tendo como pressuposto o fortalecimento e organização da sociedade civil que adquire direito de participação dos conselhos e por conseqüência da tomada de decisões importantes.

As decisões não são tomadas somente pelo poder público, a sociedade civil participa, ajudando a elaborar os projetos, apontando as prioridades e necessidades, discutindo melhorias e garantindo o espaço de participação que até então fora negado. A volta da democracia no país traz junto um espaço de criação e interlocução entre o Estado e a sociedade civil.

Com o decorrer do processo a sociedade civil tendo participação efetiva nas tomadas de decisões, começa a se reformular e buscar qualificação. Nesse período surgem as ONGs, que tem o interesse de promover mudanças socioeconômicas. Designa grupos organizados e que não tem interesse lucrativo. Muitas dessas organizações são formadas por militantes dos movimentos sociais que nesse momento perdem forças e por líderes comunitários e pessoas que já atuavam no meio social em seus bairros.

Atualmente as ONGs são diversificadas e atendem os mais diferentes segmentos, como: meio ambiente, criança e adolescente, direitos da mulher, etc. A rede "Nós Voluntários" é um exemplo da discussão é formada por ONGs, que trabalham com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

As redes sociais são formas de organização que tem base na articulação de atores políticos na luta por direitos. Para existirem não precisam estar formalizadas ou institucionalizadas, mas o grupo deve estar organizado em torno de objetivos comuns e da participação coletiva e espontânea. As ONGs revelam uma maior profissionalização de suas atividades e de suas lutas e elaboram uma nova estratégia de intervenção na vida política do país: a organização em forma de redes.

Na sociologia os estudos sobre redes são oriundos de duas vertentes do pensamento sociológico, a Teoria de Mobilização de Recurso (TMR) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A TMR destaca a relação entre os atores com o Estado, na busca de bens coletivos ou de integração política. Os atores são vistos de modo instrumental, destacando-se especialmente o potencial mobilizador de suas estruturas de ação. Para a TMR os movimentos sociais são basicamente "grupos de pressão". Surgem quando a comunidade se organiza e busca reivindicar do estado seus direitos ou determinadas necessidades que não são atendidas.

A TNMS busca a transformação social a partir da defesa de inovações culturais na sociedade. Os movimentos sociais são as forças que buscam mudar a estrutura da sociedade. Mais do que reivindicar interesses específicos, eles atuam sobre o mundo da cultura e das relações sociais buscando renovar as formas de vida coletiva.

A rede representa uma união de pontos, o que significa interligação, mas não é qualquer grupo que pode ser considerado uma rede social. Esta é a representação formal e que faz com que grupos se definam como uma rede. Conforme os estudiosos do tema, uma rede deve ser organizada com uma estrutura flexível e leve, informal, contar com a participação colaborativa e não ser hierarquizada. Em relação à ação deve buscar a construção de projetos sociais comuns e viáveis, articular os atores e as organizações participantes, trocar informações, garantir direitos e promover a cidadania. Deve buscar a participação da população local e promover a articulação entre os atores, movimentos sociais e culturais na busca de recursos.

As redes não podem ser consideradas instituições e sim uma nova forma de organização, de atuação, de formação de parcerias e alianças, de um movimento de uma nova maneira de responder às necessidades de transformação da vida.

Podem ser consideradas uma alternativa de organização da sociedade para a busca de soluções aos problemas sociais que afligem grande parte da população. No caso específico da rede “Nós Voluntários”, percebe-se que existe uma tentativa de organização, que está muito próxima do conceito de rede. Fica evidente que as ONGs estão organizadas, trocam informações, e tem um objetivo comum.

A rede pode ser considerada uma inovação no sentido da construção e busca de uma alternativa de organização da comunidade, nasce de maneira informal, da vontade dos participantes, mas ainda necessita de uma pessoa que coordene as atividades.

Registre-se para finalizar que esse processo – de organização da rede “Nós Voluntários” – é recente. Os rumos que seguirão, os desafios que enfrentarão e os resultados que conseguirão, estão por ser avaliados. Além disso, a rede deve ser considerada como um elo do movimento social e da participação da sociedade do município de Canoas. O futuro da rede será desenhado pelas formas e articulações das práticas dos seus participantes, aliada ao ideal de melhoria da qualidade de vida das pessoas e da construção de uma sociedade melhor baseada nos princípios de igualdade e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução, Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**: tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CAPRA, Frijotf. **A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix/Amaná-Key, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIANI, M, **The concept of movement**. The sociological Review, p. 1-25, 1992.

DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DRAIBE, Sônia. **A Construção Institucional da Política Brasileira de Combate à Pobreza: perfis, processos e agenda**. NEPP – cadernos de pesquisa nº 34. UNICAMP, 1998.

DRAIBE, Sônia. **A Nova Institucionalidade do Sistema Brasileiro de Políticas Sociais: os Conselhos Nacionais de Políticas Setoriais**. NEPP – cadernos de pesquisa nº 48. UNICAMP, 1998.

DRAIBE, Sônia. **O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos**. NEPP – cadernos de pesquisa nº 34. UNICAMP, 1998.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Paz e Terra, 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular – movimentos sociais e participação política pós-70**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: ANPOCS, 1995.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo – reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre**. Tomo Editorial, 1999.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, Porém Público – O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

FERRETTI, Rosmary Brun. **Uma casa nas costas – análise do movimento social urbano em Porto Alegre/RS**, 1984 (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1984.

FONTES, Breno & MARTINS, Paulo Henrique (org.). **Redes Sociais e Saúde – novas possibilidades teóricas**. Recife, Ed. UFPE, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições LOYOLA, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade Civil – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória, **Os sem terra. ONGs e cidadania**. 2º ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 1, nº 1, agosto-dezembro/2003,p. 149-168. Disponível em www.emtese.ufsc.br

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência enquanto ideologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)

HELLER, Agnes & FÉHÉR, Ferenc. **A Condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores)

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais.**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor – desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. **Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Núcleo de Pesquisa ISER. Junho, 1993.

MANCINI, Euclides A. **A consistência das redes solidárias**. Ciências Sociais UNISINOS/Centro de Ciências Sociais, Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. – v. 37, n. 159. – São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

MARTELETO, Regina, M. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTINHO, C. **Redes e desenvolvimento local. Rede brasileira de educação ambiental**. Disponível em: <http://www.rebea.org.br/vtexto.php?cod=228&sec=5>.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento, in Novos Estudos**. Cebrap, n. 40. São Paulo, CEBRAP. Publicado também em Avritzer, Leonardo. Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte, Del Rey.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irllys Alencar F. (org). **Brasil Urbano: cenários da Ordem e da Desordem**. Editora Notrya, 1994.

Parceiros Voluntários. Disponível em:

<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/> . Acesso em 30 de abr. 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate**. Ed. Cortez. São Paulo, 2004.

PEDLOWSKI, Marcos A. **O ressurgimento da sociedade civil e o lugar de suas organizações nos processos de democratização e desenvolvimento econômico.** Ciências Sociais – UNISINOS/Universidade do Vale do Rio dos Sinos – v. 37, n. 159. – São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PENHA, Rejane (coord.), Gayeski, Miguel e Corbellini, Dárnis. **Canoas para lembrar quem somos: Mato Grande – onde o urbano e o rural se encontram.** V. 9, Canoas: Kroma Gráfica Editora LTDA, 2003.

PIES, Marcelino Pedrinho. **A relação Estado e Sociedade Civil no governo democrático e popular do Rio grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

RAZETO, Luis. **Economia de Solidariedade e Organização Popular.** In: Educação comunitária e economia popular. São Paulo, Cortez, 1993.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Movimentos Sociais Urbanos em Porto Alegre.** (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1985.

REVISTA, Canoas-perfil socioeconômico. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas, 5ª edição, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações na era da globalização.** São Paulo. Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais: trajetórias e fronteiras.** (in) DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, Sociedades e Territórios.** Santa Cruz. EDUNISC. 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização.** Rio de Janeiro, Record, 2004.

WWWF-Brasil. **Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**". Edição 1, 2003.

ANEXOS

Entidades que integram a rede social “Nós Voluntários”:

Entidade	Sigla	Principal área de atividade
Assoc. Beneficente Vó Maria		Creche
Assoc. Canoense de Deficientes Físicos	ACADEF	Atendimento a pessoas com deficiência
Assoc. Comunitária do Bairro Mato Grande		Associação de bairro
Projeto Criança Feliz		Atendimento a crianças
Assoc. das Senhoras da Campanha dos Bebês		Atende gestantes
Assoc. de Moradores do Residencial Santa Isabel – Proj. Prepar Arte		Divulgação da cultura
Assoc. dos Amigos do Centro Social Urbano – Dr. Victor Hugo Ludwig		Esporte
Assoc. Espírita Beneficente Caminho da Paz		Assistência social
Assoc. Feminina do Centro Social Urbano – São José		Atendimento a Mulheres
Assoc. Lar da Solidariedade		Atendimento a Mulheres
Assoc. Protetora dos Animais	APA	Proteção aos animais
Assoc. Renal em Ação	AREA	Atendimento a pessoas com insuficiência renal
Conferência Vicentina São Luiz Gonzaga – Lar Vicentino		Idosos
Conselho Comunitário do Bairro Rio Branco	CONSECOM	Assistência social
Fraterno Auxílio Cristão São Critovão		Mulher
Grupo Chimarrão da Amizade Gentil Gomes de Oliveira		Pessoas com Deficiência
Grupo da Ação Social Nossa Senhora Aparecida	GANSA	Mulheres
Grupo Espírita Irmão Ismael		Assistência social
Parceiros Voluntários	PV-Canoas	Voluntariado
Primeira Infância Melhor	PIM	Criança
Sociedade de Reabilitação – Reviver		
Sociedade Civil Instituto Pestalozzi		Pessoas com deficiência

Fonte: www.nosvoluntarios.org.br

ENTREVISTA 1

Carla - Quando que você começou a participar, trabalhar aqui na instituição A.?

Pessoa 1 – No início de 2004

Carla – E na rede quando que tu começou a ser a representante da instituição?

Pessoa – no mesmo... na mesma época, foi quando a A. começou a crescer, em 2004, as primeiras reuniões, as primeiras idéias, acho que foi 2004, foi no mesmo momento.

Carla: Que bom, começou e já foi direto, e quais foram às conquistas obtidas com a participação da instituição na rede, se elas existem, o que tu percebe, que foi?

Pessoa 1 – Claro que , eu vejo bem certo, que cada instituição tem um momento e por isso eu acho que a rede tem benefícios bem diferentes para cada instituição, a A já tem uma história bem profissionalizada, vamos dizer assim, então o ganho com a rede, é muito assim ó, de contato, com as outras entidades, de contato, de conhecimento, e também se disponibilizar, até para tentar ver que o papel a da rede era esse, de apresentar a rede em outras redes ou até outras instituições que querem conhecer, mas a A, em si não deu tanta de importância para rede, porque, dá importância para os relacionamentos, mas assim, não coloca na rede muita esperança para o futuro, a esperança de vir a ajudar a manter a instituição. Então a rede, na realidade, ela é mais uma rede de relacionamentos, para associação, para nós. Claro que eu deixo bem claro assim, tem outras instituições que a rede tem sido fundamental porque ta se profissionalizar, porque tá ajudando a ver novos recursos, tá abrindo novos caminhos, e eu vejo que a A neste ponto não é bem aí o ganho, é mais nos relacionamentos, acho que de mostrar também.....de abrir as portas mesmo.

Carla – E dificuldades, tu teve alguma nesse tempo de participação?

Pessoa 1 – a minha dificuldade principal, acima da associação ou, o trabalho com os voluntários da rede, é minha responsabilidade, e, então aconteceu, como eu estava te falando, nesses últimos 2 meses eu não consegui participar da reunião, porque acontece imprevistos, a gente tem uma responsabilidade com a associação, e são coisas que eu não pude deixar de fazer. Então minha maior dificuldade é isso, é o tempo para disponibilizar.

Carla - ... para estar indo nas reuniões....

Pessoa 1- não só para estar indo, mas para fazer mais. Eu penso assim, que a A podia estar colaborando mais nessa.....nesse repasse assim de profissionalização, como a A chegou onde ta, não foi a toa, foi um bom caminho que ela trilhou, também é um caminho que as outras instituições podem formar, ou de repente, vão ver, como a exemplo da A, não é isso que querem, também. Mas acho que a A tem possibilidade de colaborar mais com isso, com mais repasses de vivência, com mais possibilidades ofertas de empregos, de grandes empresas, profissões e serviços.

Carla – de estrutura e organização?!

Pessoa 1 - de estrutura, como é que chegou na sede que tem hoje, como é que ta ampliando, então, isso tudo são vivências que eu acho podem ser passadas, e que no fim, por falta de tempo, a gente não consegue se disponibilizar, e quem sabe, de repente, a gente se disponibilizando os outros conseguiriam estar participando, né....Aí sim.

Carla – Então tu acha que a dificuldade maior é essa?

E como é a relação, acho que tu até já ,me respondeu um pouco, essa vantagem que vocês teriam em relação com as outras instituições, né, eu acho que um pouco da resposta, já ta dita, como é que você vê agora, não podendo como vocês queriam , mas no que ta dando conta, o que vocês estão dando conta, como é essa relação com as outras instituições?

Pessoa 1 – Digamos assim, eu acho que a A, pode fazer muito mais, eu tenho muita clareza disso, a A pode repassar mais, e eu tenho muito mais a aprender também, como eu disse, eu acho que a A pode colaborar muito mais e aprender também mais, porque , o que acontece que eu vejo, que acontece um processo de profissionalização, a instituição as vezes, acaba, formata toda a empresa, sem entrar na sintonia do funcionário, acaba se esquecendo um pouco do ponto a trabalhar com a, né, qual a diferença de trabalhar numa empresa e tu trabalhar em uma instituição que tem uma luta, que tem uma história, então assim, a gente aqui na instituição, a gente tem prazos, planejamento, setores, tudo bem parecido mesmo, com uma gestão empresarial, isso faz com que o

dia-a dia, as vezes a gente olha assim e as pessoas meio que se perdem, não se percam assim, não é isso, é aquele momento que ela está se perdendo porque a parte administrativa, ela é, ela acaba não tendo contato com o público, e é uma parte bem grande, entendeu, então acho que tem aprender com as outras instituições, isso também, como que elas tem a todo momento clareza da luta, aquela coisa do carinho, da afetividade, do trabalho, acho que é essa troca, assim, que ainda pode ser muito melhor, com certeza.

Carla – e que bom que vocês buscam isso lá e conseguem dar conta, né, de perceber que tem essa diferença

Pessoa 1 – sim, tem essas diferenças, com certeza, isso são instituições que trabalham sem recursos financeiros, quase que nenhum, trabalho voluntário mesmo, e aí, funcionam, levam a diante, então essas trocas, assim, que eu acho que a gente tem muito a ganhar.

Carla – e a A começou assim, por exemplo, lá no começo dela, ela era uma associação que não tinha recursos

Pessoa 1 – sim, não tinha recursos, não tinha nada, era dentro do quarto do seu Jorge, mas ela sempre teve muito claro, que era luta por direito dos excluídos, nunca só o assistencialismo, as necessidades básicas, não, fez por questão da luta, que teria direito a acessibilidade, então, nasceu assim, né, numa caixa, dentro do quarto, do presidente, dentro do quarto do presidente e aí que ela foi crescendo, tomando corpo, aí vieram as cooperativas, né, que era para aumentar, qualificar, servir como sustento da renda, né, e assim ela foi crescendo, ela tem, até que o ponto de maior crescimento, foi quando a A começou a prestar serviço de acessibilidade, ela percebeu que assim que esperar pela prefeitura, esperar por doações, não adiante mais, isso foi a 2 anos atrás, 12 anos atrás, então é uma boa caminhada de prestação de serviço e nesta prestação de serviço a outra empresa, né, a empresa que nos contrata, nos tem como clientes, não tem diferença, não é porque é associação que tem alguma, que tem algum tipo de benefício, né, então a cobrança é igual, e isso também ajudou a A a se profissionalizar aqui dentro, porque tinha cobrança, porque tinha prazo, enfim, né, porque tem documento, porque tem contrato, porque tem que ter acessória jurídica, tem ter acessória contábil, né, se percebeu isso, essa prestação do serviço, também acho que é bastante importante, deu um grande passo para profissionalização da instituição.

Carla – e uma diferença, talvez, perto das outras instituições.

Pessoa 1 – Claro, com certeza, e aí o que que acontece, como a gente é fornecedor de mão de obra, de trabalho, tem que apresentar um bom trabalho, começa a se buscar a qualidade, né, então, foi lá se ver um PGQP, se capacitou, participou do programa, então são coisas que vieram, por isso que se aproximou muito a empresa, hoje para o cliente que tem que ter o melhor serviço, não interessa se nós somos uma associação ou uma empresa, se ele quer um bom serviço, a gente garante.

Carla – e agora, tu até já comentou uma coisa do poder político, que vocês não ficaram esperando, né...

Pessoa 1 – e mesmo assim, o que acontece, a gente tem parcerias com o poder público, então a gente tem uma parceria com a secretaria de educação, é parceria, sentar e conversar, “eu sei que vocês deveriam estar fazendo esse tipo de produto, nós temos condições vamos fechar uma parceria?” Né, então a gente tem parceria com o sus, a gente tem parceria também com a secretaria do meio ambiente, né.

Carla – Vocês tem um bom relacionamento com o poder público?

Pessoa 1 – sim, bastante tranquila, apesar deste ano a gente tem enfrentado muitas dificuldades, como um projeto que a gente tem com a prefeitura, então assim, o relacionamento tem que ser tranquilo.

Carla – vocês recebem algum convênio, além da secretaria do meio ambiente, algum outro convênio com a prefeitura, recebem algum outro tipo de verba?

Pessoa 1 – secretaria do meio ambiente, de educação, e o projeto de saúde que é o SUS.

Carla – Que vai pelo estado, a nível estadual, assim, ou a municipal.

Pessoa 1 – municipal, municipalizou, então ta tudo em um setor único, esses são os três grandes projetos que a gente tem.

Carla – e como é a relação da instituição, acho que tu já respondeu também, com a rede, tu trouxe está questão que ta tentando buscar alguma coisa...?

Pessoa 1 – eu me sinto bastante em falta com a rede, na realidade, mas até o ano que vem eu quero ver se eu consigo envolver outra pessoa, não do meu setor, também, para ir, para a gente revezar.

Carla – Tá, e aqui na instituição tu é o que, qual é o teu cargo?

Pessoa 1 – analista de recursos humanos, trabalho com os voluntários. Só que se assim, eu envolver alguma outra pessoa do outro setor para que a gente possa estar capacitado e se revezando, né, porque uma reunião que a gente não vai, já são 2 meses que a gente fica longe da classe, e faz falta, com certeza.

Carla – E como tu faz o repasse, quando tu participa da reunião, tu traz as informações?

Pessoa 1 – eu coloco num mural, principalmente, a gente também tem um mural eletrônico, que a gente tem uma publicação via e-mail para todos os funcionários, só três vezes por semana, então, normalmente eu coloco ou no mural eletrônico ou num mural físico.

Carla – e tu acha que é bem recebido essas informações, tu ouve algum tipo de comentário, ou não dá tempo.

Pessoa 1 – não, acho que eu não to repassando direito, sabe, eu acho que eu tenho que aprender também, isso, nesse repasse da informação, repasse talvez um pouco mais, um pouco mais atrativo, né, envolver marketing, até agora o que aconteceu, até agora, a gente não tinha artesanato para expor, a gente só fazia oficinas...então a oficina era só aprendizado, era mais para aprender do que exposição de artesanato, depois gente deixou mais para exposição. E a rede teve muito envolvida com a questão do artesanato, porque grande parte trabalha com a questão do artesanato e a A não se envolvendo muito e não achamos muito atrativo também, e isso foi uma coisa que a A acabou não desenvolvendo muito, foi uma grande, foi bastante medido, a questão do artesanato, mas agora no final do ano a gente já tem produto, então, eu acho assim, que para ano que vem, para A, como compromisso, assumir a importância da rede, acho que o artesanato vai ser uma forma, com certeza, vai ser uma forma.

Carla – e até as outras pessoas daqui, até os usuários do serviço, estão participando, junto com os usuários dos outros serviços, dessa feira, de artesanato. E com que recursos vocês se mantêm, eu acho que tu também já fez algum comentário.

Pessoa 1 – O principal, pela prestação de serviços, por funcionários nossos, realizando em outras jurisdições. Hoje a gente tem 2 grandes convênios tem a Refap e Inmetro, então a gente tem na Refap de 15 funcionários tem a possibilidade de Ter até 20, no Inmetro a gente tem quase 100. O serviço que a gente presta é como se fosse uma empresa mesmo. Tem uma seleção, um acompanhamento de funcionários, solução de algum problema, pagamento da folha.

Carla - tudo é gerenciado aqui?

Pessoa 1 – tudo é gerenciado aqui, né, a seleção, o acompanhamento, o treinamento, tudo tem que ser gerenciado aqui dentro.

Carla – e todos, todas as pessoas que vocês encaminham, tem algum tipo de deficiência?

Pessoa 1 – depende, para Refap, todas, para o Inmetro é mais aberto, a gente tem cargos com uma qualificação para uma exigência que as vezes a gente tem... e para o Inmetro também a gente tem uma situação que eu acho que nem é muito interessante, mas só para entender, a gente tem postos em que a seleção é nossa, e postos de trabalho em que a seleção é do Inmetro, que a gente só dá um apoio no recrutamento, depois a seleção é deles. Então assim, nesses postos em que a seleção é A, a preferência total é de deficientes ou parentes de, que estão ali no mesmo grupo familiar, a seleção ou inversa, aí é outra linha de trabalho.

Carla – e aqui dentro vocês dão treinamento para essas pessoas também, por exemplo, para pessoas com deficiência, que vão trabalhar na Refap, chegam aqui e recebem todo apoio, treinamento

Pessoa 1 – um treinamento formalizado até que a gente não tem assim, né, uma coisa mais formal, tem informática, mas é mais no dia a dia, mesmo, o treinamento, é mais com os colegas próximos, o dia a dia, depois tem um acompanhamento.

Carla – os recursos, a maior parte dos recursos para manter a instituição então vem...

Pessoa 1 – vem dessa prestação de serviços, e para manter cada projeto, a gente tem assim, cada projeto tem que ser auto sustentável, então cada projeto tem que ter suas parcerias, então assim, nesses projeto que eu te falei a parceria é a prefeitura, e ai a gente tem junto a fisioterapia no estado , tem uma parceria com empresa, então a gente tenta sempre fazer uma parceria que sustente aquele projeto mesmo.

Carla – tá, então vocês estão trabalhando nesse sistema de fazer projetos, captar recursos junto a empresas?

Pessoa 1 – a A não tem conseguido até tem prêmios em concursos de projetos, e a gente vai tentar buscá-los, hoje a gente talvez tenha que crescer um pouco nesse sentido da formatação do projeto para concurso.

Carla – Para captar recursos através...

Pessoa 1 – esse ano a gente mandou para 4...

Carla – e nenhum foi contemplado?

Pessoa 1 – não, nenhum, essas parcerias é mais, a academi direto com a empresa.

Carla – funciona melhor quando vocês testam na frente do diretor lá, da pessoa responsável?

Pessoa 1 – Normalmente tem funcionado melhor, talvez pela credibilidade, que hoje a A tem... Então hoje, no município tem uma credibilidade, já de...até se tenta ter essa relação com outras empresas grandes e nunca tem tido grandes problemas, enfim, só os do dia a dia mesmo, a empresa já tem uma idéia ...tem uma contabilidade, mas a gente tá tentando compor esse projeto mesmo para ter novos projetos, porque a A tá com os mesmos projetos, só faltava um pouquinho de tempo o ano passado que veio a consumir alguns projetos, mas assim, tem andado com os mesmos projetos e a minha idéia é poder ampliar, tem estrutura para isso né, tem estrutura física, tem pessoal.

Carla – e vocês oferecem uma série de atendimentos também, né além da fisioterapia, me parece também que tem vários grupos de apoio?

Pessoa 1 – tem grupos de apoio, terças tem um projeto com a educação, um projeto que trabalha com oficinas, é capacitação para o trabalho mas na realidade o objetivo mesmo, a capacitação é para uma vida mais independente, e ai cada um segue o seu caminho, né alguns estão tendo chances de emprego, de trabalhar em outras empresas. Então assim, nessa capacitação tem várias oficinas: oficina de informática e cidadania, oficina de papel reciclado, artesanato, enfim...

Carla – Várias atividades

Pessoa 1 – as vezes a gente encaixa outras pessoas para participar por interesse, com indicação, a gente tem. 56 alunos, mas eventualmente também participa um outra pessoa que necessita só daquele, daquele atendimento.

Carla - Me parece que tu trabalha muito a questão da inclusão, né, de não concentrar um mesmo público, num mesmo espaço, trabalhando com a mesma coisa, reforçando talvez até a questão da deficiência, me parece que vocês tem um coral também

Pessoa 1 – isso, tem o coral também, que trabalha 4 áreas de deficiência: físico, mental, auditivo e visual, né, então aí a gente tem realmente um projeto.

Carla – que inclui mesmo

Pessoa – e até pessoas que não tem deficiência, ali a gente tem um grupo e um trabalho realmente bem...bonito.

Carla – mas então é isso, acho que deu para pegar bastante informação.....

ENTREVISTA 2

Carla - Quando tu começou a participar da associação?

Pessoa 2 – Logo que fiquei sabendo que a associação tinha um prédio, mas não fazia muita coisa, conversei com o pessoal e começamos a arrumar o prédio e fazer contatos para melhorar as condições da nossa comunidade.

Carla – E da rede “Nós Voluntários”?

Pessoa 2 – Desde que começou, sou uma das fundadoras.

Carla – Quais foram os resultados, as conquistas obtidas com a participação na rede?

Pessoa 2 – Foi a de mostrar que nossa associação existe e de ajudar outras redes a se organizarem. Por exemplo a rede de empresários de Canoas e eles também não conheciam, eles saiam de Canoas iam ajudar entidades em São Leopoldo e Novo Hamburgo, que estavam organizadas e nós não, porque eles não nos conheciam, não sabia nem que tinha, tá, a maioria das entidades. Aí fizemos uma apresentação para todos os empresários, tá, e a gente estava nos conhecendo, uns dali já saíram participamos já de algumas entidades, ajudando, essas coisas assim, e a idéia de trabalhar em rede, foi exatamente, porque nós não nos conhecíamos e para ter uma visão diferente, que eu sempre achei que o trabalho comunitário é simplesmente, é bater em uma porta, te dar uma ajudam dinheiro e tchau, certo, e o resto não interessa. Não, te sente satisfeito “ai eu ajudei”, não, eu acho que tem que ajudar, ver os benefícios, e tal e a gente também não participa, não só para ser bonzinho, é que no momento que eu mudo a minha comunidade e tal eu to mudando também a questão da violência, a questão da evasão escolar, a questão do desemprego, certo, vários, vários problemas sociais a gente...

Carla – consegue resolver

Pessoa 2 – a gente consegue solucionar com a própria comunidade.

Carla – e tu acha que a rede te proporcionou isso, proporcionou para tua instituição?

Pessoa 2 – proporcionou, primeiro para minha instituição, ela se tornou conhecida, certo, porque ninguém conhecia e nós, por exemplo, não trabalhamos com creche, não trabalhamos com cesta básica, então quando tu não trabalha com essas coisas é mais difícil, certo, porque até tu ouve chegar: “ai, tu tem aonde deixar meu filho?”, ai “tem cesta básica?”, não, nós trabalhamos a família como um todo, então nós fizemos as parcerias todas com as escolas que nós temos 2 ali, o posto de saúde nosso que é piloto, foi trazido o PSF para dentro do posto, que ele estava fechado, pronto, mas fechado, não funcionava. Então ergui a associação, começou a funcionar o posto nós tínhamos um resultado que nós tínhamos que apresentar para o Ministério da Saúde, e as pessoas que vieram trabalhar os médicos e os enfermeiros lá, quase que como voluntários, que o salário era muito pouquinho, aí não tinha mais, mas eles também tinham um ideal, é que era trabalhar com a saúde familiar, a prevenção da doença, ou seja, modificar aquela idéia já pré concebida, tu vai tratar da doença, não do diagnóstico, então nós começamos a trabalhar juntos em parcerias realmente, aí o empresariado também ali começou a ver o trabalho que nós estamos fazendo na associação, trabalhar com política social, projetos, visibilidade social, que a gente aprendeu isso tudo nos cursos de capacitação via parceiros. Uma entidade ajudando a outra, tem coisas que eu não uso na minha entidade, mas tem outra que necessita, então a gente.

Carla – isso tudo dentro da rede...?

Pessoa 2 – isso tudo dentro da rede, que a gente já começou a fazer esse tipo de troca, porque a rede é exatamente para trabalhar com uma visão diferente, daquilo que fazia até então, porque o resultado era mínimo.

Carla – Claro

Pessoa 2 – e os resultados que nós estamos tendo agora, são assim, fantásticos.

Carla – e tu percebe alguma dificuldade no trabalho da rede?

Pessoa 2 – a dificuldade do trabalho da rede, ainda são aquelas pessoas que entraram na rede, mas eles dizem assim, eles querem, tá, empresário que adote a sua instituição, certo e mantenha e eles com as mesmas idéias, querem coisas prontas, pratos feitos, trabalham com artesanato, todas

as coisas assim, então eles querem um local, aonde eles cheguem lá, e vendam todos os artesanatos no dia, botam o dinheiro no bolso e vão embora, isso não existe.

Carla – tu acha que isso é uma das dificuldades

Pessoa 2 – essa é uma das dificuldades, dessas instituições. Outra coisa, tem instituições que tem uma diretoria muito fechada, eles mandam representantes, mandam as vezes, uma assistente social, uma professora, mas elas não tem autoridade nem liberdade da decisão de implantar novas idéias, fazer coisas novas, tá, dentro da instituição, então esse é outro tipo de dificuldade, tá, que tem umas instituições que o indivíduo fundou, tá, então “eu sou o dono da instituição” e aí para tu mudar esse tipo de cabeça, é complicado, e principalmente porque eles não comparecem, eles mandam alguém, porque se eles comparecessem, eles iam ver o que a gente tá fazendo, o que podem fazer.

Carla – ou quem sabe se eles dessem o poder para as pessoas que participam, para essas pessoas poderem decidir alguma coisa por eles, porque aí sim, ela tá representando a instituição, não tá lá só marcando presença.

Pessoa 2 – exatamente, mas tem instituição que manda exatamente o que, com esse interesse “ah, vamos fazer uma festa, vamos fazer uma coisa, aí eu vou ter lucro financeiro”, certo, então nessas ocasiões eu sou todo mundo, eu sou da gente, agora, tem que botar a mão na massa, tem que trabalhar, tem que fazer um projeto, tem que correr atrás, tem que atrás de patrocínio, de divulgação, todas essas coisas assim, aí não sou mais, aí eles ficam parados, aguardando, esperando os outros fazerem, tá, e ainda reclamando, que não deu o resultado esperado.

Carla – tá, me diz uma coisa, como é que é a relação da tua instituição com o poder público, com a prefeitura, com o estado, vocês tem alguma relação?

Pessoa 2 – Não, nós não temos, nenhuma ajuda pública, tá.

Carla – ajuda financeira, tu fala?

Pessoa 2 – ajuda financeira e mesmo o poder público estar presente, essas coisas assim, sabe, é difícil, nós temos a secretaria da saúde, porque? Porque nós trabalhamos com o posto, abraçamos e o projeto foi adiante do PSF, porque nós fomos 3 pilotos, nós começamos lá, também em 2001, tá, então são 5 anos, 5 anos que nós estamos, foi 5 anos que nós abraçamos o PSF, o carro veio, os agentes de saúde entraram no QG é associação, sempre foi e continua sendo, porque na realidade a secretaria até queria um prédio para os médicos, para fazer as ações com as mães, com as comunidades, o atendimento dos agentes de saúde, todas as coisas assim, mas, mas o negócio no papel é uma coisa, pra eles, é outra, então a associação, certo, a gente trabalha realmente em parceria e as coisa são desenvolvidas no posto, a parte médica, o atendimento, as coisas e fora todas as outras coisa é a associação, lá tem o grupo dos idosos, das gestantes, dos hipertensos, dos obesos e dos diabéticos. A gente tem o projeto Agita que trabalha com ginástica também na prevenção da doença, porque todos esses grupos, eles precisam também da atividade física, certo, e a atividade também é feita na associação, aí no caso a Ulbra participa conosco com estagiários coordenados, tem uma coordenadora, uma professora que coordena, porque isso vale para eles como matéria do curso, vale presença e mais, e aí com isso, como nós também já estamos atuando dentro desse área, eles estão conosco já a três anos, a gente oficializou o projeto Agito, que ele foi lançado em toda a cidade mas morreu, eles fazem igual na associação porque a gente não deixou morrer, tá, e aí a partir desse ano, eles têm, os que participam do projeto Agito lá na nossa entidade, eles pagam apenas 25% da matrícula e da mensalidade deles na Ulbra e a secretaria da saúde abraçou o projeto porque? Porque eles querem também, a partir do próximo ano na área da saúde, ter um grupo com 20 estagiários e um coordenador para fazer a parte de ginástica preventiva, certo, em todos os postos que tenham o PSF.

Carla – vão usar o teu, o trabalho lá da tua associação, como evento.

Pessoa 2 – nós somos projeto piloto, então dali ele foi, os outros 2 pilotos foram a Vila Natal, os outros dois postos, a Vila Natal e a Santa Operário, e dali a gente apresentou todos os resultados para o Ministério da Saúde, tá, que geralmente eles pediam 75% no primeiro ano, nós apresentamos 80% de resultado, no segundo ano foi 100%, então deu certo.

Carla – deu certo, e parece que a população aceita muito bem esse trabalho, pelo que tu me disse lá no começo, que no começo eles não tinham muito.

Pessoa 2 – não, porque exatamente também aquela descrença com a associação, ficava fechada, toda quebrada, vidro, todas as coisas assim, daí a gente fez um comodato com uma pessoa para ele morar lá e aí cuida também, para evitar, e nós fomos também fazendo as coisas, arrumando,

botando as coisas dentro, deixando como ela é hoje, porque na realidade nós só recebemos o frete, não tinha nada dentro.

Carla – é, pelo jeito não tinha projeto, não tinha móveis...

Pessoa 2 – não, nunca trabalharam com projeto.

Carla – nada mesmo?

Pessoa 2 – nada mesmo, aí nós fomos trabalhar com projetos, com idéias, no início o pessoal não ia e precisava também reformar e fazer, tava condenado, não podia fazer uma festa, porque estava bajuando o teto, aí então nós tínhamos que fazer obras de uma série de coisas, e ninguém vinha aí, eu fui buscar o pessoal, daí meu amigo de São Leopoldo veio, uns amigos meus de Porto Alegre vieram, a gente fazia mutirão, e um da minha diretoria, que tá até hoje, B., a gente fazia mutirão e fomos fazendo.

Carla – arrumaram a casa.

Pessoa 2 – e fomos fazendo, arrumando, indo num e noutro, pedindo as coisas e aí o pessoal, “aí tem uma tábua lá sobrando, manda para a associação”, “ah, o que tu tiver sobrando lá, manda”, aí o pessoal começou, a gente tem já um monte de coisa, um outra coisa também que eu faço, e aí falou para todo mundo “gente não pede um monte de coisa para um só, “ah, eu preciso de 2 mil tijolos”, certo, aí eu bato em uma empresa, “pode me dar 2 mil tijolos”, muitas vezes ele não pode, agora se eu bato na empresa “olha, nós estamos reformando lá, se sobrar algum tijolo, tá, um saco de cimento, já pode nos dar”, aí sem sombra de dúvida, ninguém nega, certo, porque daí um saco de cimento ali e acolá, quando tu vem, tu tem 10, 20.

Carla – mais até do que tu pedir para um só

Pessoa 2 – exatamente, a companhia da construção lá, o S., nos ajuda e tal, a biblioteca eles nos deram todas as madeiras para fazer a mesa, banco, as prateleiras, já mandaram tudo prontinho, cortado, já, desde dos pregos.

Carla – pelo que tu me falou vocês vivem muito desses tipos de doações, o dinheiro que sustenta a instituição é.

Pessoa 2 – a gente busca na comunidade as doações assim, ó, tem trabalho, aí o pessoal pergunta assim: “ai, como é que a obra tá seguindo aí, todo mundo faz?”, eu faço com o pessoal, eu faço uma combinação com eles, “olha, eu não posso pagar, tá, mas vocês, e o que vocês puderem fazer, vocês vão fazendo, vão formar a equipe, tá, daí o gaúcho é o que comanda aquela equipe ali, e depois quando a gente terminar a obra, eu cedo a associação para vocês, vocês façam uma festa, um churrasco, um galeto, o que vocês quiserem e a renda é de vocês.

Carla – interessante

Pessoa 2 – é mão dupla, né, eu não só peço ajuda ou quero as coisas, mas eu dou também, precisa fazer alguma coisa, aí eles me ajudam, depois que eles fazem baile, fazem uma festa e dividem e renda entre eles, então, sem problema nenhum, então dá para gente fazer muita coisa, o que é , é o espírito comunitário, né.

Carla – e quando tu vai na reunião da rede, tu repassa isso para outros, para o pessoal da diretoria?

Pessoa 2 – repasso isso para rede, qualquer entidade que precise da minha ajuda, eu conheço quase todo mundo, nos 4 cantos da cidade, agora porque? Porque “ah Isabel, nós, vamos fazer um chá, a gente nunca fez e tal, e vocês lá podem nos ajudar”, eu ponho um avental debaixo do braço, pego mais uma voluntária e a gente vai para lá ajuda a fazer, ensinar como é que faz todas essas coisas, não interessa onde seja, tá, porque, porque nós trabalhamos em rede, e então eles também, nas outras entidades, certo, eles vem ajudar a gente porque? Porque a gente vai também e parece.

Carla – e parece que tu trabalha bem no sistema de rede, tem a sua rede, lá no teu bairro, e aí tem a rede, vai ampliando essa rede...

Pessoa 2 – sim, que que a gente faz, a gente amplia. Então tem o projeto da padaria escola, o projeto foi feito em conjunto a comunidade toda participar para primeiro escolher o que que eles queriam, segundo, a pesquisa, quantas pessoas, todas as coisas assim, aí nós não abrangemos só nós ali no Mato Grande, aí nós vimos, a S. lá, trabalhava com adolescentes, que depois dos 14 anos precisam de uma profissão, então para virem também, os adolescentes dela lá fazerem cursos, certo,

ali na nossa padaria escola, então a gente vai colhendo a amizade de todo mundo, então eles também de lá, vem para nos ajudar a fazer as coisas ali na nossa associação, porque? Porque nós não somos fechados, porque a cidade na realidade, funciona como um todo, certo, então eu vou melhorando esse bairro aqui, o outro já vai seguindo o exemplo, melhorando lá.

Carla – e a coisa vai caminhando

Pessoa 2 – é, e a coisa vai caminhando, tá, então não tá para ser fechado, então eu fiquei conhecendo outras entidades vou ajudar.

Carla – e mesmo antes da rede tu já fazia isso, parece que tu é uma das incentivadoras, de rede...

Pessoa 2 – já, eu comecei a trabalhar com comunidade eu tinha 7 anos, com as irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Com 12 anos eu fiz a 1ª comunhão, porque no tempo que eu era criança, a comunhão era uma roupa de noiva, um troço finíssimo, e aí eu fui junto com as irmãs, com as coisa assim, elas falaram “não, depois a gente faz uma 1ª comunhão”, eu e mais umas colegas que a gente tinha, quando é que a gente vai fazer a 1ª comunhão desse pessoal aí, é um luxo, que é uma coisa, que eu já achava desde criança, que era um negócio que não tinha necessidade, não funcionava aquilo, pelos tantos que não podiam, aí, nem iam, e o objetivo principal que era a religião, o Deus e outras coisas assim, estava de lado, né, ía no material, não no espiritual, aí eu junto com as irmãs comecei a trabalhar com elas, com crianças, direto dentro da comunidade, era em Porto Alegre, aos domingos, eu fazia isso, porque durante a semana eu estudava e trabalhava, tá, e aí com 12 anos, nós fizemos eu e mais uma turminha, fizemos a 1ª comunhão, junto com as irmãs, elas organizaram tudo, foi uma comunhão especial, para nós. Aí a gente fez uma roupa branca, saia e blusa, certo, os meninos com uma calça azul marinho assim, as irmãs também arrumaram tudo e todo mundo igual, então ali nós já começamos com aquela coisa da igualdade, todo mundo igual e já fizemos a 1ª comunhão, e a gente nem sabia, depois saímos da Igreja e daí fomos para o salão paroquial e as irmãs tinham feito uma festa para nós, maravilhosa, e as famílias todas lá, um negócio muito bonito, aí, para frente eu sempre vivi em comunidade. Para mim, a minha casa é onde tem a minha comunidade. Eu e os meus vizinhos, eu morava em condomínio, eu ía trabalhar, depois a vizinha levava as minhas crianças para escolinha, quando eu voltava do serviço, daí eu buscava, e as outras faziam as coisas e eu tomava conta das outras crianças, então nós estamos sempre trabalhando assim, em comunidade, claro, dava para trabalhar. Fazendo tudo, sempre, no condomínio. Depois a minha formação também é dentro dessa área de pedagogia, mas sou especializada em síndrome de down, então fui para APAE fazer curso de especialização e aí, também, como estagiária e voluntária, essas coisas assim, a maioria trabalhando, fazendo programas para as crianças, mesmo aonde já existe uma coisa organizada como a APAE em São Paulo, que é muito organizada, é muito boa, dá para a gente fazer alguma coisa ainda melhor, nós temos um programa, de férias com as crianças, lá, e em 25 anos de APAE, foi considerado o melhor programa, que eu e mais 3 colegas estávamos fazendo a especialização e estágio.

Carla – quando é que tu fez a especialização?

Pessoa 2 – Ah, isso foi em 1990.

Carla – e tu fez aonde?

Pessoa 2 – lá em São Paulo, eu morava em São Paulo, morei 22 anos lá, meu marido era paulista, meus filhos são paulistas.

Carla – depois tu voltou, daí tu continuou trabalhando. Mas eu acho que é isso...

Pessoa 2 – voltei.

ENTREVISTA 3

Carla: Quando você começou a participar da Instituição, do L?

Pessoa 3: Eu participo do L desde o início, desde o ano de 2001. Começou com a Solange oferecendo cursos para mulheres carentes na garagem da casa dela. Eu comecei ajudar e logo conseguimos essa casa, o dono emprestou para o L e outras mulheres vieram trabalhar junto. Começamos a oferecer cursos de artesanato e outras atividades. As mulheres vem, trazem seus filhos e ficam no período da tarde, fazem o curso, participam de palestras e recebem o lanche, as crianças são cuidadas e também ganham o lanche.

Carla: E da Rede Nós Voluntários, quando você começou a participar?

Pessoa 3: Desde o início, eu sempre participo de reuniões e quando o pessoal resolveu montar a rede eu concordei, sou eu que represento o L desde o começo, acho que estamos em falta com a rede, não consegui ir na última reunião, estamos todas ocupadas com a mudança. O L vai ter que sair dessa casa, o dono pediu e a casa também já está muito velha. Nós ganhamos uma casa nova lá vila CONTEL, a Prefeitura cedeu o terreno e a Ipiranga construiu o prédio. Nós todas estamos correndo, temos que arrumar tudo para a mudança que tem que ser feita ainda este ano. Mas eu liguei pra Jeane pra saber o que aconteceu na reunião e logo nos recebemos o jornalzinho. A Rede começou como idéia da J, na verdade foram as pessoas, nós, e ela nos ajudou, lembro que nós pedimos pra Parceiros nós dá cursos de liderança e outras coisas e ai a outra moça da Parceiros começou a organizar. Ela foi embora e a J chegou, ai começamos a organizar a rede e ela ajudou e ajuda muito, e também, nós temos muitos voluntários, isso é legal.

Carla: Quais foram às conquistas obtidas – que vocês tiveram com a participação na rede?

Pessoa 3: O bom de estar participando da rede é poder saber o que as outras instituições fazem, que tipo de trabalho elas oferecem. Lá nós discutimos assuntos que são importantes pra nossa instituição e pra nossa comunidade e isso só ajuda a melhorar a vida das pessoas. Outra coisa importante é que nós trocamos coisas, por exemplo, se eu tenho aqui no L uma máquina que não uso mais dou para uma instituição que está precisando e só fico sabendo disso por que vou lá na reunião. Acho que as pessoas que vão na rede trabalham mais unidas, são mais solidárias e o trabalho fica mais tranquilo. A união também ajuda quando pensamos em fazer projetos juntos, fica mais fácil.

Carla: E as dificuldades, tem alguma dificuldade na participação da rede?

Pessoa 3: Só a questão do tempo, fico triste quando não posso ir na reunião, mas as vezes não consigo, temos tanto trabalho que quando vejo já passou a hora. Mas como já te contei, sempre telefono pra saber o que foi discutido. Outra coisa, não gosto de mandar uma representante só pra dizer que tem alguém do L na reunião, acho que vai tem que participar de verdade, eu poderia pedir para as gurias irem, mas acho que elas não iam conseguir discutir as idéias porque não vão sempre e eu é que vou, eu é que sou a representante, acho que para o futuro podemos pensar em trocar essa representação, mas tem que ser alguém que participe de verdade, pra não sair fora da proposta da rede. Tem instituição que manda em cada reunião uma pessoa diferente, que não consegue participar direito e isso acaba prejudicando.

Carla: Como é a relação do L com as outras instituições da rede?

Pessoa 3: Muito boa, até agora sempre estamos juntos, nos ajudando. É claro que as vezes, como já falei, fico chateada com algumas instituições que não dão valor ao trabalho da rede e não colaboram, mas nada é perfeito e nem todo pensa como eu, tenho que aceitar, mas fico chateada. Nunca tivemos brigas e nem discussões nas reuniões, algumas instituições que não concordaram com a forma de trabalhar saíram fora logo no começo, quem ficou é porque tem vontade de trabalhar.

Carla: Como a relação com o poder público, a Prefeitura, o Estado com o governo?

Pessoa 3: a do L ou da Rede?

Carla: primeiro do L.

Pessoa 3: O L quando começou não recebia ajuda da Prefeitura, só trabalhava com doações de pessoas e empresas. Agora temos o convênio com a Secretaria de Assistência Social, eles nos dão uma verba, que deveria ser mensal, mas sempre atrasa, pra ti ter uma idéia, este anos recebemos o dinheiro só no mês passado, você não sabe como é difícil manter a casa funcionando. Agora que recebemos o dinheiro temos que gastar tudo até o fim do ano, pois temos que prestar conta, nem dá

pra acreditar, vamos correr pra pagar as contas. Quando você chegou eu estava fazendo cheques, risos...agora temos dinheirinho. Nunca tivemos convênios com o Governo Estadual nem Federal. Temos uma boa relação com a Prefeitura de Canoas, com a Secretaria de Assistência Social e você pode ver que eles confiam no nosso trabalho, tanto é que doaram o terreno e a Prefeitura fez o convênio com a Ipiranga pra construir o prédio, vai ser um comodato, a Prefeitura vai ceder o lugar, não tem contrato, nada, mas é por tempo indeterminado.

Pessoa 3: você que saber da relação da Rede com a Prefeitura?

Carla: sim.

Rosane: bom a rede é composta por instituições que às vezes tem convênio, a Prefeitura diz que gosta da idéia da Rede, nunca tivemos problemas. Acho que eles gostam por que nós atendemos aquelas pessoas que deveriam atender, risos, não é?

Carla: E a relação com os usuários, às pessoas que vocês atendem?

Pessoa 3: a relação do L com as mulheres e as crianças?

Carla: sim.

Pessoa 3: é muito boa, acho que elas gostam de vir, ganham o curso, lanche e aquelas que participam das atividades ganham uma cesta básica no fim do mês. Oferecemos também as palestras e atendimento da assistente social, isso você sabe, trabalhou aqui né. Elas (as mulheres) ficam felizes por que cuidamos das crianças, então elas podem vir e ficar tranquilas. Tu te lembra que temos aquele grupo que é de fé, que estão sempre juntas e participando de tudo, se tem que trabalhar elas vem, se tem festa elas vem, eu brinco que são as de fé, são elas que cuidam da cozinha, que cuidam da casa.

Carla: quantas são as de fé?

Pessoa 3: acho que umas 10, elas voluntárias, ajudam cuidar da casa, tem a carteirinha de voluntária lá da parceiros. Agora diminuiu um pouco o número das mulheres que fazer cursos, por que o ônibus que trazia elas, o ônibus do vereador não vem mais e ai elas não tem como vir, mas as de fé vem até a pé. Eu já falei que quando o L se mudar lá pra COTEL aquelas que não vieram mais vão ter que se inscrever e esperar uma vaga, a gente já cadastrou muita gente lá da vila e ainda vamos começar a atender os jovens que até agora não atendemos. Isso vai dar mais trabalho, mas nos achamos que é necessário, principalmente lá dentro da vila, percebemos que é mais difícil atrair os jovens e manter eles nos projetos, nós pretendemos oferecer um trabalho voltado pro esporte e pra música, são coisas que eles gostam de fazer, tomar que de certo né, estamos apostando, vamos buscar voluntários, já falamos com um pessoal da escola de samba e já temos um professor de capoeira.

Carla: E a relação com a Rede Nós Voluntários?

Pessoa 3: do L ou das pessoas que vem aqui?

Carla: dos dois, ou tem diferença?

Pessoa 3: na verdade não tem diferença, mas é que nem todos vão lá na reunião. Mas o L está sempre tentando levar idéias para a rede para as outras instituições, queremos que o nosso município melhore e sabemos que podemos ajudar. As nossas voluntárias sempre participam das festas, sábado elas vão participar do passeio no Zoológico em comemoração ao dia Internacional do voluntariado, quase todo o pessoal da Rede vai lá.

Carla: Como você repassa as informações das reuniões para a instituição. Você discute com as outras os assuntos da rede?

Pessoa 3: bom, com as de fé tenho mais contato, e elas recebem o jornal da rede, acho muito legal, as vezes não dá tempo de discutir os assuntos e elas vem me procurar pra falar sobre o jornal. Sempre que posso discuto nas nossas reuniões, mas como te falei, esses últimos dias a coisa ta corrida.

Carla: Bom, acho que você já começou a responder a próxima pergunta, que é com que recursos vocês contam pra manter a instituição?

Pessoa 3: Temos o convênio com a Prefeitura, doações de empresas, de pessoas que nos conhecem, e tentamos concorrer em concursos de projetos. Mesmo pra buscar dinheiro nas empresas temos os projetos, eles gostam de tudo explicado. Agora vamos fazer a inauguração da

casa nova e não vamos conseguir fazer o festão de nata que sempre fizemos, você lembra né, já veio uma vez?

Carla: sim ,lembro, muita comida e muitos presentes.

Pessoa 3: pois é, este anos vamos ter que reduzir, mas ganhamos a casa, vamos fazer a inauguração e distribuir alguns brinquedos, acho que as crianças merecem. Estou ligando para os conhecidos e pedindo doação de brinquedos, já temos uma boa quantia. Outra notícia boa é que vamos manter o nosso telefone que é doado, a linha e a conta, assim vamos indo, sempre buscando mais, tentando mostrar que temos um trabalho legal, as pessoas já conhecem e sabem que somos sérias.

ENTREVISTA 4

Carla – Quando que você começou a participar da instituição, lá da Criança Feliz?

Pessoa 4 – Eu comecei a participar, quando eu criei o projeto.

Carla – Lembra o ano?

Pessoa 4 – Foi em 1999, em 5 de março foi o primeiro encontro q a gente teve, que eu tive com as crianças, né, mas, eu tirei o curso de promotora legal em 1998 e aí eu me formei, o meu curso foi direcionado ao direito da criança e do adolescente, e aí eu vi que o direito das nossas crianças, lá do bairro Matias Velho não estava sendo respeitado, principalmente na região onde eu moro, né, e aí eu comecei a juntar eles, a gente jogar futebol, jogar capoeira no centro social, ali a gente começou até que hoje a gente vai fazer 8 anos, né, e eu to lá desde o começo.

Carla – E vocês já tem uma sede, uma casa?

Pessoa 4 – já, já no começo a gente trabalhava na igreja, somente na igreja, daí a gente não tinha salão, não tinha nada, só era a capela, então a gente trabalhava nas terças-feiras junto com o clube de mães e a pastoral da criança e mais as crianças do projeto. Nas quartas-feiras a Bárbara Pereira, professora de dança, vinha dar aulas de dança, e no sábado a gente fazia o esporte e a capoeira no Centro Social Urbano. Aí depois um ano, eu acho, a gente trabalhando assim, nós começamos a construir o salão de festas da comunidade, onde a gente conseguiu terminar e ficamos 4 anos morando ali, até a gente conseguir a nossa sede, que hoje a gente é dono, a instituição tem a sede na Rua Nossa Senhora da Conceição, onde foi comprado com uma sobra parlamentar da Câmara de Vereadores. A gente conseguiu e comprou.

Carla – E da rede Nós Voluntários, quando que tu começou a participar, tua instituição, começou a fazer parte?

Pessoa 4 – Bom, da rede, desde o começo da rede também né, quando teve o primeiro encontro das entidades com os empresários e dali que surgiu a idéia de se criar à rede, o projeto C F ta presente, desde o começo, tentando construir essa rede, cada vez melhor.

Carla – E tu acha que participando da rede tu conseguiu obter alguma conquista para tua instituição?

Pessoa 4 – Ah, lá para nós foi assim uma grande abertura, porque a gente fazia o nosso trabalho lá na Vila e é tipo assim, a gente só ia fazendo, não tinha planejamento, ninguém nos conhecia, eram poucas pessoas que conheciam, a nível empresarial, então era só o SOGAL a gente já era parceiro, a Local, a Panazollo, que conhecia o nosso trabalho, que ajudava né, e aí quando a gente começou a participar da rede, a gente começou a fazer as formações, os cursos de planejamento, toda aquela, que a Parceiros Voluntários ofereceu para as entidades, a gente começou a ver que o nosso trabalho era maior, e era além daquilo que estava ali na Vila, né, ali tava muito bom, porque o nosso primeiro trabalho foi fazer com que a comunidade reconhecesse o nosso trabalho, e isso a gente já tinha alcançado, né, a comunidade reconhece o trabalho, sabe da importância do trabalho ali. E a rede dos Parceiros fez com que esse trabalho fosse além, fosse visto por mais pessoas, fosse colocado para toda Canoas, hoje grande parte da sociedade sabe que existe um projeto C F que fica na Matias Velho, que atende as crianças, conhece o grupo de dança que já se apresentou em vários locais, os apoios que a gente recebeu das várias empresas e continua recebendo, a partir da rede, eu nem vou citar nome aqui, porque é chato ficar citando nome. Mas deu uma melhorada, o projeto melhorou na parte visual, né, a gente não tinha nem reboco nas paredes, a gente não tinha nada, era só a casa, não tinha cadeira, não tinha mesa, e a partir dessas doações que as empresas foram doando, umas doam as cadeiras, outra as mesas, outra uma tv, ali foi indo sabe, e hoje a gente tem já a nossa casa, já estruturada, agora a gente conseguiu com um senhor empresário ai também, a, toda reforma da casa, sabe, onde era de madeira, é de material agora, conseguimos com a secretaria de obras a parte do muro nos fundos, que era importante para nós, agora existe essa possibilidade da gente fazer o segundo piso, e tudo isso foi a partir da rede porque, a gente conseguiu dar um salto maior, né, tanto na formação nossa, dos voluntários quanto à parte mais visual do projeto, as mães dão mais valor, parece, né.

Carla – E dificuldades na rede, tu percebe alguma dificuldade de funcionamento na rede?

Pessoa 4 – Eu acho que falta mais a união entre as entidades, a participação das mesmas nas reuniões, umas vem 2, 3 meses seguidos, depois não aparece mais, então isso ta difícil com a rede

que a gente ta começando, vai fazer 3 anos a rede, e a união é importante. Então a maior dificuldade que eu acho, na rede, é manter estas entidades, participando, ativa.

Carla – E como é a relação da tua instituição, no caso C F, com as outras instituições participantes da rede?

Pessoa 4 – Ai, eu acho que assim que a gente e bem visto pelas outras entidades, que aos poucos foram conhecendo nosso trabalho, que a gente existia, a gente pode conhecer a realidade das outras entidades também, as reuniões que acontecem cada mês, ser numa entidade, isso faz com que quebra aquela coisa, “ai, a entidade tal é assim, assado”, mas isso fica só na minha cabeça, aí no momento que eu vou lá, eu vejo que as vezes muitas coisas que eles estão passando, a gente ta passando também. Então eu acho que eles conhecem o nosso trabalho, assim com a gente ta conhecendo também o trabalho deles dentro dessa rede e a gente já provou na prática que quando a gente trabalha unido, ninguém segura, o exemplo, o baile que a gente fez, das atividades que estão saindo ali na Inconfidência, mesmo poucas entidades participando, mas a gente ta lá presente, né, e eu acho que outros exemplos da rede no Diário de Bairro, também, que as entidades também, a rede ta presente, eu acho que ta dando algum fruto, já, né. Mas a dificuldade é essa, é manter, no meu ponto de vista, né, um grupo unido e firme, que todos peguem junto.

Carla – E com o poder público, no caso, como é que tu percebe, existe alguma relação da rede com a prefeitura, com o estado?

Pessoa 4 – Eu acho que ainda a gente não chegou nessa parte ainda, mais ampla, no meu ponto de vista, da rede. A gente manteve o contato com criança e adolescente, né, Comdica, que é ligada a prefeitura, é ligada a entidade, a gente saber melhor como é o funcionamento, a documentação, as coisas, e eu acho que agora a gente ta tendo um bom resultado na, com a praça da Inconfidência, onde a gente ta presente nas reuniões, né, eu acho que é infra estrutura, secretaria, não sei qual secretaria, mas.....e aos poucos eles estão reconhecendo o trabalho da rede, né, mas nós como rede, lá diretamente, acho que a gente não tem grande participação, assim “ Ah, a gente teve um planejamento, ah, não teve”. Então, mas eu acho que isso é uma conquista que vai aos poucos, a gente vai chegando, já chegamos a Comdica, amanhã ou depois, nós estamos em todas as secretarias.

Carla – E como é a relação, tu acha que depois que tu comentou né, que a participação da tua entidade na rede melhorou bastante lá para tua instituição, e tu acha que isso teve uma relação com teu usuário, refletiu lá nas pessoas que tu atende? Melhorou alguma coisa?

Pessoa 4 – Ah, eu acho que sim, principalmente as famílias, que são atendidas, né, que a gente tinha, agora esse ano, a gente ta, vai ter eleição, vai ter troca de diretoria, e uma das coisas que a gente não abre mão é continuar ligado a rede, né seja lá quem for, que vai assumir, na assembléia vai ter que assumir esse compromisso, de manter a rede em pé, de manter a participação, e fazendo com que as própria famílias aprendam a viver em rede, né, elas aprendam a partilhar lá, no projeto, a que elas aprendam a conviver em grupo, isso é muito importante, muito bom, e isso vem, faz parte também de uma rede. E a gente só vai adquirir conhecimento, se a gente tiver dentro, quem participa ta por dentro, quem não participa, não vai ter formação, não vai para frente. Então ontem a gente se reuniu e uma das coisas é quem assumir a nova direção vai tem que manter a rede em pé, aqui e passar para o projeto tudo aquilo.

Carla – E como é que tu passa isso, isso é importante. Tu participa da rede Nós Voluntários, e aí como é que tu passa isso lá para teu pessoal, como é que tu leva, que vocês discutiram?

Pessoa 4 – As informações é nas reuniões que a gente tem, a gente tem uma reunião com os voluntários né, e com a direção, a gente não quer deixar a diretoria, né, fora, e onde a gente passa os cursos, as atividades que vai ter, se vão participar, se não vão participar, é o foco né, se a gente não reúne para conversar, a gente não consegue trabalhar.

Carla – E com que recursos que a tua entidade se mantém?

Pessoa 4 – Agora?

Carla – é?

Senilda – Só de vento (risadas), a gente ta se mantendo com doações, inclusive a gente foi assaltado 2 sábados seguidos, né, primeiro levaram as comidas, segundo levaram os garfos e as facas, não sei se não vão voltar para buscar as panelas, mas, e aonde segunda-feira a gente quer reiniciar, né, e ontem a gente chegou lá, ficamos muito em dúvida, agora segunda-feira as crianças

estão aí, segunda-feira vai ter que ter café, vai ter que ter o almoço, vai ter que ter o lanche, né, então a gente já começou a loli, uma empresa, já ta ajudando nós, nosso coordenador já ligou para lá, a gente conseguiu algumas doações, uma amiga minha pegou e depositou dinheiro na nossa conta, nós fomos lá e sacamos o dinheiro, compramos o básico, né, para começar, né, e vamos começar segunda, porque nós não fomos, não foi renovado o nosso convênio, né, em dois mil e...

Carla – Qual convênio é esse?

Pessoa 4 – do ACEMA, PACEMA, é o programa sócio educativo do meio aberto, com a prefeitura, então a gente trabalhou o ano passado no vermelho, só com doação mesmo, né, foi graças à participação da rede que as empresas conhecem a gente, né, que a comida conseguiu chegar através de alguma secretaria da prefeitura, da secretaria de obras, que fez uma campanha grande, de alimentação, a Springer, a Sogal, a Ricardi, sabe, a gente liga “Oh pessoal, a gente ta com dificuldades nisso, naquilo”, né porque, a gente tem convênio com o governo federal, com a compra antecipada, então a compra antecipada é o governo federal, que faz o contrato com o pequeno agricultor, né, o que ele produz, ele manda, só que é o feijão, farinha e leite, então açúcar, azeite essas outras coisas, não vem, e com o Mesa Brasil, também vem arroz, vem algumas frutas, umas verduras, quando sobra, mas, grande parte das coisas miúdas, material higiênico, isso não vem, então o ano passado para nós foi muito difícil, para poder manter o projeto, inclusive esse ano, a gente ta vendo agora segunda-feira, vamos trabalhar uma semana, a gente fez um planejamento coisa que a gente aprendeu na rede, que eu não sabia planejar nada, sentamos, planejamos, alimentação para uma semana, essa semana, para ver como é que vai ser, se nós não conseguir se manter, a gente vai ter que fazer, continuar com essa oficina, normal, com os professores, com os voluntários, todos que a gente tem, só que não vai ter o almoço daí, a gente vai dar um lanche, dez horas da manhã, vamos ter que dar um lanche para eles, vão embora, na parte da tarde a mesma coisa, porque vai ser a saída.

Carla – E quantas pessoas tu atende lá?

Pessoa 4 – A gente agora, para segunda-feira, vamos começar com 50. Mas durante o ano passado a gente trabalhou com 92, então, amanhã, segunda, começa com 50 crianças, 25 de manhã, 25 de tarde. E a gente vê, como é que a gente vai caminhar, não adianta tu chamar os 92 e não ter nada para os 92. Então a assistente social nossa, a Tônia, né, ela pegou, fez a triagem, todas as fichas, porque ela conhece a gente desde o começo, uma das primeiras voluntárias que a gente teve, e continua com nós. Então ela fez um dos mais necessitados mesmos que vão participar do projeto agora no início, por causa da alimentação e se a gente não conseguir manter, infelizmente vamos ter que fazer a oficina sem almoço. Mas é isso aí, não tem previsão também, se nós vamos renovar o contrato, se não vamos, e tudo isso aconteceu devido ao que, em 2005, 2004 as prestações mal feitas.

Carla – A prestação de contas?

Pessoa 4 – A prestação de contas, não tinha a rede dos Parceiros para dar curso para a gente, não tinha nada, tudo a moda louco e ta aí parado, por causa dessa prestação que foi feito errado, então não foi renovado em 2006, não temos notícias para 2007, nem aquelas que prestaram contas direitinho, também não tem previsão, e se for certamente a gente assina em março e só vai vir em julho, isso é normal. Mas a gente vai ver, vamos se virar, né!

ENTREVISTA 5

Carla – Quando que você começou a participar da instituição da Parceiros Voluntários?

Pessoa 5 – Foi em novembro de 2003.

Carla – Tu veio trabalhar fazendo o que aqui na Parceiros Voluntários? Tu começou já fazendo o que tu faz hoje?

Pessoa 5 – Sim, era uma vaga que tinha, que estava em aberto de coordenadora executiva, e eu passei na seleção e comecei a coordenar aqui a unidade.

Carla – E da rede na Voluntários, tu participa a quanto tempo?

Pessoa 5 – Da rede na Voluntários eu comecei quando foi fundado, que foi acho que em junho, mais ou menos, de 2004.

Carla – E tu acha que teve alguma conquista, da tua instituição, da Parceiros Voluntários, participando da rede, o que teve de bom? Teve algum ponto positivo?

Pessoa 5 – Bom, acho que assim, não em ganhos, de repente materiais e tal, que acontece muita na rede, em questões das trocas, mas em termos de gestão do voluntariado, que a gente tenta trabalhar muito com as instituições delas fazerem uma gestão melhor e verem assim as demandas delas, que elas tem nessa área, então, acho que assim, nesse sentindo a gente ganhou bastante, né, com relação as discussões que a gente faz na rede, e também com relação as próprias trocas de voluntários que existem na rede, quando eu preciso de um voluntário e não tenho, o outro acaba cedendo, a gente já fez curso, principalmente na área do artesanato, né, então onde o voluntário de uma instituição das outras, da rede, iam lá, se capacitavam e depois elas então repassavam nas suas instituições. Isso para a Parceiros é bem importante, principalmente na área do artesanato, que a gente não tem muita gente, né, muitos artesãos que podem dar aula, então, assim a gente conseguiu atender esta demanda. Acho que seria mais nesse sentido. E a questão da visibilidade, né, que a gente conseguiu no município, principalmente no ano passado com a questão dos bailes da debutantes que a gente fez na rede, um dos projeto das rede, então, a Parceiros e a própria rede, ficou muito conhecida, muito mais conhecida do que ela era antes.

Carla – E dificuldades, o que tu encontra de dificuldades na rede?

Pessoa 5 – Bom, a gente teve um planejamento, que foi mais ou menos no início de 2005, e eu vejo assim, que o pessoal muitas vezes tem dificuldades de seguir esse planejamento, projeto, que tem, meio, e acabam daí indo pelas demandas que eles tem, né, eles não seguem aquele planejamento, e principalmente assim, a troca dos componentes, né, então, as vezes alguma organização cai, ou começa a participar alguma outra pessoa, e aí, aquele trabalho parece que não anda, ter que voltar a explicar tudo de novo, recomeçar, enfim, né. E acho que assim, é uma grande dificuldade, e assim muito a questão também da falta de comprometimento de algumas pessoas, né, acho que igual a qualquer outro grupo, assim, sempre tem aqueles que puxam mais, aqueles que se responsabilizam, e que vão e fazem as coisas acontecerem e aqueles que não se comprometem.

Carla – E como é que é a relação da Parceiros Voluntários, com as outras instituições que participam da rede?

Pessoa 5 – Bom, eu vejo assim, que o pessoal tem muito respeito pela Parceiros, até porque todas as conveniadas, as organizações, um dos critérios no nosso regimento interno é que as organizações que fazem parte da rede sejam conveniadas a Parceiros, então eu vejo que as entidades, entre elas, ainda tem um sentimento, assim, de competição, mas com relação a Parceiros tem um respeito bastante grande, até porque eu coordeno a rede, onde eu sou a facilitadora ainda, então eu vejo assim, que tem aquele respeito.

Carla – Como é a relação com as outras instituições participantes da rede, tu já vem comentando...

Pessoa 5 – Eu acho que uma outra coisa também que as instituições, elas tem um respeito bem grande assim, pela Parceiros, eles apóiam bastante também, com os nossos eventos, enfim, né, a gente propõe alguma atividade, geralmente as organizações da rede nos apóiam, né, ajudando a organizar, conseguindo material, ou patrocinadores, enfim, então tem esse apoio também bem grande, acho que é mais isso.

Carla – E a relação com o poder público, a relação da rede, como é que tu percebe isso, a relação da rede com a prefeitura, com o estado, tem, existe uma relação? Como é que isso funciona?

Pessoa 5 – Assim, diretamente não existe, o que a gente fez no ano passado, é que várias instituições, elas tinham dificuldades com relação a conseguir certificados tanto da assistência social, do Comdica, enfim né, então a gente definiu que em uma das reuniões da rede, a gente chamaria o pessoal do Comdica, e também da assistência, para nós esclarecer como é que funciona a questão de certificação e tudo mais. Aí nós chamamos, eles vieram e colocaram então tudo que precisavam, enfim, esclarecer dúvidas de algumas organizações que ainda não tem os certificados, né, e na própria rede, tem então uma voluntária que, meio que vai à frente, que é uma advogada, ela vai então ver, no próprio Comdica, as dificuldades que as organizações tem, né, qual a documentação que ta faltando, enfim, fala para a organização também ver qual a dificuldades que ta tendo com relação a Comdica, e ela tenta então, intermediar, principalmente assim, e com o poder público, realmente, outra atividade não consigo me lembrar, uma vez a gente foi na outra rede fazer uma apresentação da rede Nós Voluntários, até assim, para a gente conseguir definir que a rede Nós Voluntários, ela é uma rede que não tem um público específico como é a outra, voltada para a Criança e o Adolescente, então ela não defende só a causa da criança e do adolescente, ela defende outras questões também, tanto que fazem parte da rede asilos, creches e casas de acolhida, o pessoal do Viva mais, que trabalha com Aids, enfim, então não tem, não se trabalha com público bem específico, né, e sim com vários projetos que , por exemplo, o baile de debutantes, beneficiou as meninas das organizações que tem as meninas, as meninas carentes. Agora a gente ta com o projeto de inclusão digital, que também é mais para o adolescente, o pessoal da rede, geralmente a organização coloca assim, as suas dificuldades, seus problemas e um tenta ajudar o outro não da forma, assim tipo, tentar conseguir recursos, mas dentre eles, eles resolverem os problemas, né!

Carla – E quanto aos usuários, como é que tu percebe essa relação da rede, com aquelas pessoas que moram lá, que utilizam os serviços das organizações que participam da rede? Será que mudou alguma coisa?

Pessoa 5 – Eu acho que assim, o baile de debutantes, fez esse contato maior com o usuário porque eu vejo a rede como um meio, e não assim, de atendimento a essas pessoas. Então acaba assim, o usuário muitas vezes não sabe que a organização que ele frequenta faz parte de uma rede maior, né, mas assim, muito a questão de doações que daí acaba recebendo, por exemplo, eu me lembro do Mato Grande ali, que tem mães carentes grávidas, que vão na campanha dos bebês. Então a associação do Mato Grande fez vinte cobertores no ano passado e doou para a campanha para as mães, para a campanha dos bebês. Então uma forma, assim, do usuário também ser beneficiado. Mas eu acredito que muitas vezes, as próprias instituições nem falam muita da rede, mais uma coisa que se fala entre as organizações, mas não com o público que ela beneficia.

Carla – E com que recursos que a tua entidade, no caso a Parceiros Voluntários, conta, para se manter?

Pessoa 5 – Bom, a gente tem empresas que são as nossas mantenedoras, né, a Parceiros tem por princípio não fazer convênio com o governo, né, e sim, até por isso a gente ta aqui na Câmara de Indústria, porque todo o propósito, a metodologia da Parceiros propõe que seja com empresas, associadas com a Câmara de Indústria então, que nos apoiou também dando toda a infra estrutura e as empresas, são, hoje a gente tem 27 empresas que nos apóiam com recursos financeiros ou então com algum tipo de serviço.

Carla – E quais são as perspectivas para tua instituição o que vocês pensam para o futuro, na questão de trabalho, do que vocês oferecem?

Pessoa 5 – Bom, a gente pretende, assim, ampliar cada vez mais e apoiar esses trabalhos em rede, principalmente porque agora ta surgindo também a rede de empresas, então, e essa rede de empresas, muitas vezes quando ela tem alguns projetos, a gente procura a rede Novos Voluntários de organizações para indicar pessoas, ou indicar a melhor forma de fazer aquele projeto, né. E um exemplo é a questão da inclusão digital onde a gente se reuniu, fez o projeto e onde daí a empresa Data Control, ela dá o curso de informática para cada empresa que for pagar o curso para um funcionário e automaticamente, então essa empresa pode apadrinhar um jovem carente, né, e quem indicou esse jovem carente foi a rede Novos Voluntários, então, que indicou, enfim. Então fica fácil para a rede de empresas, por exemplo, ela não saberia como escolher esses jovens, ou de repente, escrever, abrindo o jornal, teriam milhares de inscrições e realmente não se saberia se aquele jovem é carente, teria que ir lá, fazer a visita, seleção, enfim, né, e as organizações indicando, a gente sabe

que eles tem conhecimento da realidade desses jovens, né, porque eles estão ali no bairro e aí conseguem indicar realmente, um sistema, um projeto idôneo, né, nesse sentido assim...

Carla – E isso acaba fazendo a participação da população, do usuário?

Pessoa 5 – Com certeza, e assim, em todos os sentidos, né a gente vê que cada vez mais, a rede Nós Voluntários, ela se fortalece, a gente tem um outro projeto com o CDL que é a entrega de brinquedos no final do ano e a CDL tinha uma idéia de entregar brinquedos para as crianças carentes, mas que tivessem um acompanhamento durante o ano todo por aquelas instituições. E a gente vê que isso não vem acontecendo, porque no final do ano, daí as instituições inscrevem, fazem o cadastro de às vezes mil, duas mil crianças, mas não sabe que isso durante o ano todo a instituição não trabalhou, então ela mudou, a própria CDL mudou esse critério, agora, a partir deste ano vai passar esse controle para a rede Nós Voluntários, então tu vai acompanhar as instituições durante o ano todo, e depois no final do ano, tipo, dá uma testada, assim, de credibilidade com a CDL dizer "olha, são 100 crianças, são 200, são 300, que eles trabalharam durante o ano todo". Então cada vez mais, as empresas, todos acabam procurando a rede para trabalhar.